

Workshop sobre elaboração e financiamento de Projetos de desenvolvimento



Sul
do Rio Grande



Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Clima Temperado
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ISSN 1806-9193

Dezembro, 2007

versão
ON LINE

Documentos 222

Workshop sobre elaboração e financiamento de projetos de desenvolvimento

Editores Técnicos

Luiz Clovis Belarmino

João Carlos Medeiros Madail

Pelotas, RS
2007

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Clima Temperado
Endereço: BR 392, km 78
Caixa Postal 403, CEP 96001-970 - Pelotas, RS
Fone: (53) 3275 8199
Fax: (53) 3275 8219 - 3275 8221
Home page: www.cpact.embrapa.br
E-mail: sac@cpact.embrapa.br

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: Walkyria Bueno Scivittaro
Secretária-Executiva: Joseane M. Lopes Garcia
Membros: Cláudio Alberto Souza da Silva, Lígia Margareth Cantarelli Pegoraro, Isabel Helena Verneti Azambuja, Luís Antônio Suíta de Castro, Sadi Macedo Sapper, Regina das Graças V. dos Santos
Suplentes: Daniela Lopes Leite e Luís Eduardo Corrêa Antunes

Revisor de texto: Sadi Macedo Sapper
Normalização bibliográfica: Regina das Graças Vasconcelos dos Santos
Editoração eletrônica e capa: Oscar Castro

1ª edição

1ª impressão 2007: 50 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

Workshop sobre elaboração e financiamento de PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO (1. : 2002 : Pelotas, RS). Sul do Rio Grande:
palestras... /

Organizadores Luiz Clóvis Belarmino; João Carlos Medeiros Madail. --
Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2007.
226 p. -- (Embrapa Clima Temperado. Documentos, 222).

ISSN 1516-8840

Desenvolvimento regional - Política pública - Agronegócio --
Rio Grande do Sul - Metade Sul. I. Belarmino, Luiz Clóvis (Org.).
II. Madail, João Carlos Medeiros (Org.). III. Título. IV. Série.

Autor

Luiz Clovis Belarmino
Eng. Agrôn., M.Sc.
Embrapa Clima Temperado (belarmin@cpact.
embrapa.br)

João Carlos Medeiros Madail
Economista, M.Sc.
Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS
(madail@cpact.embrapa.br)

Apresentação

O Workshop “Elaboração e Financiamento de Projetos de Desenvolvimento”, ocorrido em 22 e 23 de Agosto de 2002, é uma ação articulada de diversas organizações e instituições estatais, públicas do terceiro setor e privadas, todas com o objetivo de dinamizar as potencialidades existentes no Sul do RS, promover discussões de aprimoramento das formas de encaminhamento das soluções dos principais problemas e atrair investimentos que viabilizem o harmônico desenvolvimento econômico, ambiental e social.

A criação de um ambiente favorável para a competitividade e atuação das empresas é imprescindível, para que sejam atraídos novos investimentos. O processo da diminuição das diferenças entre regiões e classes sociais, aliado ao crescimento das taxas de desenvolvimento nacional ou regional, faz parte das políticas e estratégias da maioria das instituições públicas e privadas do Sul do RS. Muitas iniciativas já foram tomadas e, algumas, encerradas, a maioria por não utilizar princípios técnicos e políticos, em um sentido de seqüência e consequência, especialmente das bases científicas já consolidadas do desenvolvimento regional.

É fundamental que sejam criados e fortalecidos os mecanismos e incentivos para novos investimentos no Sul do RS, articulando uma grande campanha de revitalização da Fronteira Sul, em função das múltiplas oportunidades e da grande diversidade

de iniciativas que podem ser complementadas, baseadas em conceitos expansionistas.

Desta forma, a publicação do conteúdo das palestras apresentadas neste Workshop cumpre o objetivo da Embrapa Clima Temperado de disseminar o conhecimento, além de proporcionar uma reflexão sobre as principais variáveis que condicionam o desenvolvimento do capital humano e social, ambos fundamentais e diferenciadoras da competitividade de territórios.

Luiz Clovis Belarmino
Coordenação do Evento
Embrapa Clima Temperado

Nota da Comissão Editorial

Esta publicação apresenta a transcrição das palestras proferidas durante o Workshop “Elaboração e Financiamento de Projetos de Desenvolvimento”, sendo seu conteúdo representativo da opinião dos apresentadores. Portanto, a Comissão Editorial da Embrapa Clima Temperado, embora tenha realizado adequações quanto à forma e normatização dos textos, isenta-se de qualquer responsabilidade.

Sumário

Abertura	13
Conferência inaugural	25
Política do governo federal para o desenvolvimento de mesorregiões diferenciadas	25
Palestra 1	35
Como criar e dinamizar uma agência de desenvolvimento	35
Palestra 2	51
Política brasileira para o fortalecimento do agronegócio: as influências mundiais em regiões transfronteiriças	51
Palestra 3	73
Organização de arranjos produtivos locais a partir da metodologia de plataformas tecnológicas	73
Mesa Redonda	85
Projetos de desenvolvimento	85
Palestra 4	115
Atuação na área de infra-estrutura da secretaria de assunto Internacionais do Ministério do Planejamento	115

Palestra 5	131
Financiamentos internacionais	131
Palestra 6	149
Linhas de ação na elaboração de projetos	149
Palestra 7	165
Propostas para o desenvolvimento do sul do Rio Grande do Sul: carnes de qualidade	165
Palestra 8	177
Perspectivas do setor florestal no Rio Grande do Sul	177
Palestra 9	181
O papel do BNDS no negócio aquicultura	181
Palestra 10	187
Fruticultura para o desenvolvimento do sul do rio grande do sul:	187
Palestra 11	199
Agentes de desenvolvimento local	199

Palestra 12	113
A agência da lagoa mirim e o desenvolvimento regional	221
Encerramento	221

Abertura

O Workshop “Elaboração e Financiamento de Projetos de Desenvolvimento” é uma ação articulada de diversas organizações e instituições públicas e privadas com objetivo de dinamizar as potencialidades existentes no Sul do RS, atraindo investimentos com vistas ao seu harmônico desenvolvimento econômico e social.

O evento é uma realização conjunta da Universidade Federal de Pelotas, da Embrapa Clima Temperado e do Centro Internacional de Cultura e Eventos da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas. O patrocínio é da Federação das Indústrias do RS e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O evento conta com o apoio do Ministério da Integração Nacional, do Conselho Regional de Desenvolvimento–COREDES/RS, da Fundação de Apoio a Pesquisa Edmundo Gastal – FAPEG, da Universidade Católica de Pelotas, da Fundação Universidade de Rio Grande e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Registramos a presença das seguintes autoridades: o Diretor Executivo da Embrapa, Dr. Dante Daniel Scolari; o Ministro da Integração Nacional Dr. José Luciano Barbosa da Silva; a Reitora da Universidade Federal de Pelotas, Dr^a. Ingelore S. de Sousa; o Reitor da Universidade Católica de Pelotas, Dr. Alencar Proença; o Reitor da UNISC, Dr. Luiz Augusto Costa Acampis; o Deputado Federal Adolfo Fetter Jr.; o Deputado

Estadual Érico Ribeiro; o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas, Luiz Fernando Estima; e o coordenador deste Workshop, Dr. Luiz Clovis Belarmino. Registramos com satisfação as seguintes presenças: José Edson Nobre, Presidente da Associação Comercial de Pelotas; Gilberto Centeno, Presidente da Associação Rural de Pelotas; Odilon Mesco, Prefeito de Canguçu; o Prefeito de Arroio Grande, João Carlos Furtado; o Prefeito de Herval, Rubem Wilhelssen; o Pró Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Ailo Sacol; o Prefeito de Barra do Ribeiro, Dr. César Albuquerque, o Vice Prefeito de Jaguarão, Henrique Knnor e o Prefeito de Morro Redondo, Rui Brizolara.

Convido o Dr. Luiz Clovis Belarmino, Pesquisador da Embrapa e Coordenador do Workshop, que dará continuidade à abertura deste evento.

Dr. Luiz Clovis Belarmino

Bom dia a todos. É com muita satisfação que nós recebemos todas as autoridades já nomeadas. Este Workshop é uma realização que segue uma seqüência de ações bem concatenadas no sentido de trazermos soluções para aquilo que tem sido debatido na região Sul do RS, que possui 103 municípios e representa 61% do território gaúcho, mas possui apenas 16% do PIB estadual.

Algumas publicações chegam a apresentar que existiriam três Rio Grandes do Sul, baseado nos indicadores sociais e econômicos significativamente diferenciadas entre essas regiões. As razões históricas que explicam essa situação, de quase exclusiva dependência do binômio pecuária extensiva e arroz de várzea, são muitas. As duas atividades são de baixa repercussão social e, com cadeias agroindustriais negativamente influenciadas pelo advento do Mercosul,

¹ Pesquisador da Embrapa e Coordenador do Workshop.

demonstrando que a economia regional necessita de urgente diversificação e diferenciação produtiva, além de inserção competitiva nos novos cenários, nacionais, regionais e internacionais.

Para a geoeconomia e geopolítica brasileira, a consolidação da integração econômica regional é essencial. Para o Sul do RS, esse consórcio na América Austral representa uma oportunidade de inserção conseqüente, mas que necessita ser conduzida segundo os fatores de competitividade desta área base, pois são informações indispensáveis na decisão dos investidores de novos empreendimentos privados.

Se não criarmos um entorno favorável para a competitividade e atuação das empresas, não serão atraídos novos investimentos. Os processos de integração de blocos econômicos e a mundialização da produção transformaram esta região, que antes era periferia, no centro do eixo São Paulo - Buenos Aires.

Esse processo da diminuição das diferenças entre regiões e crescimento das taxas de desenvolvimento nacional ou regional faz parte das políticas e estratégias da maioria das instituições públicas e privadas do Sul do RS. Muitas iniciativas já foram tomadas e, algumas, encerradas, a maioria por não utilizar princípios técnicos e políticos, em um sentido de seqüência e conseqüência, especialmente das bases científicas já consolidadas do desenvolvimento regional.

Fundamentalmente, o desenvolvimento regional prevê a participação comunitária e é um componente valioso e freqüentemente indispensável na implementação de medidas integradas e de caráter sustentável.

As organizações não governamentais locais podem ser uma ligação eficiente para disseminação da informação e treinamento, em todos os níveis produtivos funcionais e culturais, com informação à comunidade e público geral sobre medidas para o crescimento econômico social. É um instrumento muito poderoso para diminuir o pessimismo e a

indiferença nas questões de desenvolvimento, sem degradação ambiental e com conservação dos recursos naturais.

É importante gerar conhecimento, através da educação das pessoas (pais, professores, estudantes, consumidores, líderes locais, industriais, agricultores, legisladores, meios de comunicação etc), de forma a aumentar a possibilidade e oportunidade de desempenharem um papel relevante e positivo em assuntos ligados ao estímulo, motivação e produtividade.

O segundo aspecto para o desenvolvimento regional se concretizar é possuir enfoque multidisciplinar, o que certamente bem representa o público presente neste auditório.

O conjunto de atividades propostas neste Workshop visa apoiar instituições públicas e privadas que atuam nas áreas próximas à fronteira brasileira com o Uruguai, especialmente no sentido de superar os problemas específicos derivados do seu relativo isolamento com relação à economia nacional, canalizando através de projetos competitivos o interesse da população local para fazê-las participantes ativas dos benefícios que gera tal processo integrador.

Desejamos firmemente exercitar aqui os princípios da sociedade da informação, que é tema e estratégia de ampla discussão e adoção dos modernos projetos setoriais e nas políticas públicas da atualidade.

Esta realização, portanto, visa a disseminação e a conscientização de informações que promovam o desenvolvimento do capital humano e social, fundamentais e diferenciadores da competitividade de territórios.

É fundamental que sejam criados mecanismos e incentivos para novos investimentos no Sul do RS, articulando uma grande campanha de revitalização da Fronteira Sul em função das múltiplas oportunidades e da grande diversidade de iniciativas que podem ser complementadas, baseadas em conceitos expansionistas.

A organização institucional das iniciativas é uma decisão estratégica que pode atuar condicionando a obtenção dos resultados planejados, pois basta ver a programação técnica que está com os senhores, para que essas condições e esses preceitos aí espelhados e revelados sejam atendidos.

Muito obrigado.

Dr. Dante Giacomelli Scolari¹

Senhor Ministro da Integração Nacional, Dr. José Luciano Barbosa da Silva, Reitora Inguelore S. de Souza, Deputado Fetter Jr, Deputado Érico Ribeiro, senhores prefeitos aqui presentes, empresários, senhores e senhoras, bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de dizer ao Senhor Ministro da nossa satisfação e do nosso orgulho em recebê-lo em nossa casa, a Embrapa da Metade Sul do RS, a qual entendemos que tem um papel muito importante para desempenhar nesse processo de desenvolvimento regional. Escutei com muita atenção o Dr. Belarmino, li com muita atenção o programa técnico de dois dias de trabalho e achei uma coisa extremamente interessante: Primeiro, que tem uma noção muito clara de como se faz desenvolvimento. Desenvolvimento se consegue fazer através de inovações tecnológicas, que são fundamentais no mundo globalizado de hoje e através também, de medidas de caráter político-institucional (BRESSER-PERREIRA; SPINK, 1999).

Temos aqui áreas de governo, ministros de Estado, parlamentares, empresários privados, as universidades e as

¹ Diretor Executivo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

casas de pesquisa e desenvolvimento. Então, acredito que o quadro está completo, que as pessoas e as organizações responsáveis na promoção do desenvolvimento estão nesse auditório.

Acho muito importante contarmos com a presença da experiência de países co-irmãos, como Uruguai, a Argentina, a Espanha e, tenho plena certeza de que ao final desses dois dias de trabalho essa região terá condições de propor, submeter e envolver propostas competitivas.

Então, serei muito breve, porque sei que a agenda do Senhor Ministro está muito cheia, mas gostaria de salientar a importância na busca da competitividade, da visão que nós precisamos ter de cadeias produtivas integradas. Nós temos que entender que o setor agropecuário não é composto de compartimentos distantes, ele é composto de elos que formam a mesma cadeia e, temos que entender que para ser competitivo no agronegócio. As cadeias têm que ser competitivas nos seus elos. Precisamos começar a integrar as cadeias com políticas mais específicas, políticas públicas, fundações específicas de apoio a diferentes elos, considerando o antes da porteira da fazenda e o pós-porteira da fazenda. Necessitamos, Senhor Ministro, de uma governança integrada, pois quando se fala em governança integrada fala-se em governo e estado, governo em todos os níveis (federal, estadual e municipal). Dessa maneira, poderemos ter esta integração e precisamos fortalecê-la ainda mais, pois esta já existe e começa a crescer com uma intensidade entre órgãos de P & D. Entendemos que novas integrações tecnológicas para promoção do desenvolvimento fazem-se basicamente tendo as empresas e propriedades e, nós queremos ser participantes, fazer parte do processo, para que esse desenvolvimento ocorra (PINAZZA; ALIMANDRO, 1999).

Adolfo Antônio Fetter Jr.,¹

Esse evento iniciou com um objetivo muito específico. No Congresso Nacional tramitava, no final do ano passado, um Projeto de Lei de número 3203, de iniciativa do ex-Deputado Nelson Marchezan, propondo incentivos fiscais para o desenvolvimento da metade Sul do RS. Esse projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Finanças e Tributação e hoje está na CCJ, sob relatoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, aguardando ser votado.

Nas conversas que tivemos com as universidades, com a CDL, Embrapa, e outras entidades, a questão era: Precisamos de incentivos fiscais para nos desenvolver? A avaliação era que sim. Por que a Metade Sul empobreceu, já que era a mais rica do RS? A verdade é que essa região foi rica e empobreceu ao longo do séc. XX.

Temos que nos unir para que o Congresso conceda incentivo a uma mesorregião, já que a tradição no Brasil é apenas a de concessão de incentivos para regiões grandes como o Nordeste e a Amazônia. Ainda não existem registros de incentivos a uma mesorregião ou a uma região que seja parte de um Estado. Portanto, temos que nos mobilizar para sensibilizar o Congresso Nacional e as autoridades federais, que essa região merece incentivos porque ela empobreceu essencialmente por culpa de políticas públicas. Por estarmos localizados na fronteira, numa região de transição, onde antigamente se tinha medo de guerra com o Uruguai e a Argentina, se “congelou” a fronteira gaúcha e ela empobreceu. A famosa Lei da Faixa de fronteira, do tempo do Getúlio, que era gaúcho, impediam investimentos aqui, proibia investimentos estrangeiros, dessa forma uma série de coisas aconteceu. Portanto, nós empobrecemos por uma questão geopolítica, fomos prisioneiros de uma geopolítica que

¹ Deputado Federal.

mudou e tínhamos nossa economia concentrada em poucas atividades, que passaram a não ser importantes nessa nova realidade. Estamos há 75 anos tentando nos recuperar.

Feito o diagnóstico, como vamos conseguir sensibilizar? Temos que mobilizar a região. Mas, surgiu uma pergunta: E se o projeto fosse aprovado amanhã, estaríamos prontos para nos beneficiarmos disso? A resposta é não, não estaríamos preparados para recebê-lo. Por isso, surgiu o Seminário, fizemos a Feira justamente buscando nos preparar para investimentos. Nós temos muitas iniciativas de desenvolvimento regional, os COREDEs têm uma atuação importante, temos o Fórum da Mesorregião, cada um com um espírito voltado para obras públicas e de caridade, mas nós estamos preocupados em aprovar a lei de incentivos e preparar os investimentos para a região, mostrar que temos potencialidade na fruticultura, na silvicultura, na pesca, na mineração, no turismo, na tecnologia... Temos enormes potencialidades, aliás, talvez um dos problemas dessa região é que ela tem tantas potencialidades que não conseguimos definir prioridades, pois aqui tudo é possível, ficando difícil concentrar esforços.

Todas essas entidades, como a CDL, a Embrapa e as universidades se uniram para mostrar que nós temos potencialidades, temos que definir prioridades e temos que preparar projetos, porque se “ganharmos” essa lei, se tivermos esses incentivos, no dia seguinte nós temos de estar preparados. Portanto, esta iniciativa não surgiu para concorrer com nenhuma outra, não é apenas mais um Seminário, não tem por objetivo substituir entidades que estão institucionalizadas e funcionam bem e devem ser prestigiadas, como é o caso do COREDE e do FÓRUM. Iniciou, sim, para dar a nossa parte, para organizar as entidades no sentido de quais são as potencialidades, como se fazem projetos, onde se busca dinheiro e, se tivermos dinheiro, como será possível atrair investidores. E, se não tivermos dinheiro, como fazer?

O Ministério da Integração Nacional, para nós, é uma grande esperança. O Ministério não trouxe ainda os benefícios que essa região precisa, e uma das razões disso é que o Ministério trocou demais de titulares, e tem apenas três anos, portanto, com pouca vida e muita instabilidade ele esteve sempre começando. E nós, estivemos sempre próximos do Ministério, buscando seu apoio para iniciativas importantes, seja como agora onde o RS tem no norte uma grande seca e aqui no sul municípios como Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória, extremamente afetados pela enchente, com a Lagoa Mirim quatro metros acima do nível do normal. Precisamos desse Ministério, pois temos barragem eclusa do canal São Gonçalo que tem mais de 25 anos e que sem manutenção irá trazer problemas sérios para a irrigação da lavoura arrozeira e para o abastecimento de água de Rio Grande hoje e, de Pelotas no futuro.

Precisamos desse Ministério porque ele pode ver meso e microrregiões, pois não pode haver desenvolvimento em um país se nós olharmos apenas as grandes cidades e as grandes regiões. As pessoas moram aqui nos municípios, os problemas estão relacionados com a região onde vivem e, se nós não tivermos políticas diferenciadas de desenvolvimento regional e, se nós não interiorizarmos o desenvolvimento, iremos agravar ainda mais os problemas das metrópoles, aumentando as desigualdades pessoais e regionais de renda. Esse país tem grandes potencialidades e seu Ministério tem a grande responsabilidade de tornar o Brasil menos desigual; de trazer o desenvolvimento para o interior e permitir que nós, pequenos do interior, longe dos grandes centros, tenhamos um canal em Brasília capaz de nos apoiar à sensibilizar este e outros governos para a realidade dos desequilíbrios e para as enormes potencialidades que o interior tem com pequenos investimentos (BARROS et al., 2001). No interior, grandes resultados se conseguem com pequenos investimentos, é mais barato e mais prático. Além disso, nós temos as universidades com capacidade de pessoal para sustentar isso, temos também a Embrapa como modelo de empresa de pesquisa capaz de nos oferecer também a tecnologia, e temos os nossos líderes

empresariais. A Embrapa já demonstrou isso mobilizando e motivando a região, unindo os prefeitos, propondo ao Congresso um programa de fruticultura na metade sul em 1997 e, pela capacitação ecológica da Embrapa, pela sua capacidade de mobilização, há 5 anos a bancada gaúcha vem aprovando recursos do orçamento da União para um programa de fruticultura na metade sul que já disponibilizou mais de 20 milhões de reais de investimento público e 80 milhões de investimento privado. Já temos mais de 8 mil hectares plantados com frutíferas diversificadas.

Podemos ter a certeza de que o papel que a Embrapa teve no início é o que nós Deputados sustentamos no Congresso, que é possível ter programas de desenvolvimento regional e que, a exemplo da fruticultura, nós podemos em outras áreas recuperar esse atraso e priorizar o desenvolvimento, revelar nossas potencialidades, atrair investimentos e gerar emprego e renda, que são nossas dificuldades.

Inguelore S. de Sousa¹

Inicialmente, gostaria de saudar o Senhor Ministro da Integração Nacional, Dr. José Luciano Barbosa da Silva, que aceitou prontamente o convite dos idealizadores deste evento, dando uma demonstração de que o Ministério está disposto a apoiar os projetos conjuntos que vêm sendo gestados nos municípios da metade sul do Estado, com a participação das universidades que estão aqui sediadas, além das duas Embrapas. Este evento, que é uma tríade, e já estamos no terceiro evento dessa tríade, corrobora que é possível realizar projetos de interesse regional pela articulação de instituições de ensino, pesquisa, iniciativa privada, através da associação de profissionais, de empreendedores e dos municípios. Creio que temos ainda um caminho muito maior para percorrer do que este que nos trouxe até o terceiro evento, mas completamos neste terceiro evento as propostas iniciais, trazendo também,

além de experiências de sucesso, a oportunidade de contato direto com aqueles que tem a condição de elaboração de projetos por competência técnica e, aqueles que conhecem porque fazem parte das agências de fomento de como buscar esses recursos.

Portanto, Senhor Ministro, aqui lhe digo que nosso esforço tem sido constante, de uma união cada vez maior entre as várias instâncias públicas e privadas, e que esse esforço continuará sendo feito, com o apoio dos nossos Deputados Estaduais e Federais, e do Governo Federal.

Conferência Inaugural

Política do Governo Federal para o Desenvolvimento de Mesorregiões Diferenciadas

Dr. José Luciano Barbosa da Silva

Julgamos de suma importância a situação do País como um todo. O Deputado Fetter Jr. colocou há pouco a importância do Ministério da Integração Nacional, de que nós temos que trabalhar explorando o aspecto que é extremamente positivo das diferenças regionais. No Ministério da Integração Nacional, que é o Ministério de articulação, pois o seu foco é muito abrangente, as diferenças são bem-vindas, não se pode conviver é com a desigualdade. Então, o nosso foco não é acabar com as diferenças e sim explorá-las, é potencializá-las nelas residem todo o potencial que o Brasil possui, as desigualdades não, as desigualdades imperam que possamos desenvolver o potencial que as diferenças encerram.

O fato de o RS ter muitas regiões diferentes é uma vantagem e não uma desvantagem, o que não se pode permitir é o que no RS, ou no Brasil como um todo, exista tanta desigualdade, com indicadores econômicos e sociais tão diferentes de região pra região, muitas vezes de regiões bem próximas (PUTNAM, 1996). Acredito que houve, pela falta de políticas públicas regionalizadas; uma política pública do “salve-se quem puder”,

Ministro da Integração Nacional.

em que se induziu o desenvolvimento, não através de estudos científicos que determinassem onde deveriam ser alocados os recursos, onde poderíamos potencializar os poucos recursos que o Brasil possui. Os recursos foram canalizados para quem tinha mais força, não com uma política pública nacional que diferenciase as regiões e tentasse fazer com que o Brasil se desenvolvesse no seu todo. Talvez resida aí o grande problema que nós enfrentamos até hoje, de crescer ou até fazer crescer, mas não descentralizar esse crescimento.

Hoje em dia, ouve-se muito falar que nós devemos promover o crescimento com distribuição de renda. Não há como fazer o crescimento com distribuição de renda se o País não se voltar para as políticas regionais, se nós não interiorizarmos, usando “interiorizar” como um contraponto do que houve no passado. Porém, não vamos cometer o mesmo erro, de não interiorizar o desenvolvimento no país, e de não estudar atentamente onde deve ser alocado o pouco recurso público que se dispõe, para que possamos potencializar esse recurso. Nesse sentido, para potencializar os nossos recursos, é importante que quando se fale em recursos, não se fale só em dinheiro, e também quando se fale em dinheiro, não se fale só em dinheiro público. Nós temos capacidade, pelo nosso poder de alavancagem, de estabelecer uma palavra, que é a palavra chave com a qual o Ministério trabalha a toda hora, e que este evento simboliza muito bem. A palavra chave para que possamos promover o desenvolvimento, principalmente em países chamados em desenvolvimento, é a parceria.

A parceria entre o setor privado e o setor público, a parceria dentro do próprio Governo Federal, incluindo os Ministérios, a parceria entre as esferas de poder, entre Governo Federal, Estadual e Governo Municipal.

É na parceria com a comunidade científica e a sociedade, e aqui estou vendo um bom e grande exemplo de que é a capacidade que tem tanto a Embrapa como as universidades de estabelecerem contato direto tanto com o setor produtivo como

com as outras classes sociais, no sentido de buscar soluções para os problemas, levando o conhecimento científico até a sociedade. Vemos muito por aí, algumas universidades que se encastelam, que não mantém contato com a sociedade, que produzem pra si mesmas. Já aqui em Pelotas, a gente vê uma boa ligação, um bom entendimento, simbolizando essa parceria entre a comunidade científica e a sociedade como um todo, cumprindo seu verdadeiro papel. Ninguém está fazendo ciência pela ciência, estamos fazendo ciência pela sociedade, e dando um retorno à sociedade da aplicação dos recursos que são destinados às universidades.

Se tiver pouco conhecimento sobre o RS, eu tenho um grande conhecimento, até de vida, do Nordeste, e seria bom se colocássemos aqui algumas questões do Nordeste para que possamos ver o Brasil como um todo. Eu conheço o que todo mundo chama de seca, ou como dizem aqui no RS, a estiagem, por ser menor. Nós não conhecemos a seca pela literatura, mas sim porque a vemos, porque muitas vezes convivemos com ela. Sei também o que é, na região nordestina, a falta de condições para que o homem possa produzir, possa viver. O maior fator limitante do nordeste, mais particularmente do semi-árido, é a água, tanto do ponto de vista espacial como do ponto de vista temporal. Temos uma precipitação média de 8000 mm, e uma evaporação de 2000 mm, sendo difícil o acúmulo de água. Há muito tempo atrás, através da SUDENE, que foi o órgão que cumpriu um papel importante dentro de um determinado momento da história, e principalmente na sua concepção, através de seu criador Celso Furtado, foram desenvolvidas junto com uma comunidade científica local, grandes discussões que resultaram em propostas concretas e estratégicas para acabar com o problema da seca no nordeste. Mas, infelizmente, essas discussões e o resultado dessas discussões não foram levados avante porque havia, também, grupos cujos interesses se perpetuavam através da seca. Hoje já existem grandes projetos. O Vale do São Francisco, por exemplo, que tem 2700km, pegando 23% do Distrito Federal, o estado de Goiás, Minas Gerais, a Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. São cerca de

800 mil hectares de terra que podem ser irrigados, dos quais 300mil hectares já estão irrigados. Hoje se exporta fruta de Petrolina para a Europa, e com grande qualidade, e também são produzidos bons vinhos, o que há algum tempo parecia impossível.

No semi-árido, nós temos capacidade de 2,4 milhões de hectares de solos já mapeados pela Embrapa e pelos outros institutos de pesquisa, como a SUDENE, que podem ser irrigados. Portanto, percebemos que é possível fazer alguma coisa, quando juntamos a vontade política, o conhecimento científico e setores produtivos, começamos a ter mecanismos de financiamentos para que possamos colocar em pratica aquilo que foi idealizado. Isso é apenas um exemplo de como podemos atacar um problema concreto, de uma região que seja tão problemática quanto a metade sul do RS.

O que vejo pelas minhas passagens aqui no sul são algumas coisas que não encontro no nordeste. A primeira delas é a interiorização da universidade, a presença da universidade no interior do estado é extremamente importante para mudar a fisionomia econômica desse estado, para dar mais dinamismo a nossa economia. A segunda coisa muito importante e que se vê muito pouco por aí, é a capacidade que tem o povo do RS de se aglutinar, de se juntar para discutir os problemas. Vejo hoje um potencial enorme para formar associativismo, cooperativas, para atacar conjuntamente o problema. Portanto, queria propor que a Universidade Federal estabelecesse um termo de cooperação técnica com o Ministério da Integração Nacional, para que nós pudéssemos fazer, se é que ainda não existe, o zoneamento ecológico e econômico de toda a metade sul do RS. Para que pudéssemos fazer o mapa de produtos que hoje são produzidos, e que poderiam ser produzidos dentro do potencial econômico que temos e, a partir desse mapa de produtos, desenhar a cadeia produtiva de cada produto e através do desenho dessas cadeias produtivas e do adensamento dessas, pensarmos como poderíamos encerrar o máximo possível dessa cadeia dentro do RS. Fazer com

que aqui na metade sul do RS se consiga agregar valores e, através desta agregação de valores, ganhar mais dinamismo econômico nessa região, gerando emprego e renda, que é o grande problema nacional.

A principal missão do Ministério da Integração Nacional é a redução das desigualdades sociais e regionais, utilizando-se de instrumentos institucionais e financeiros para a obtenção de eficiente gestão regional, e do ordenamento territorial para melhor qualidade de vida da população. As atribuições do Ministério, definidas pela Presidência da República, centram-se na formulação e na coordenação de políticas, planos e programas de desenvolvimento integrado, no estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais, de diretrizes e prioridades para os fundos de desenvolvimento regional, no acompanhamento e avaliação de programas integrados de desenvolvimento regional sustentável, na execução de obras de infra-estrutura hídrica e na execução de ações emergências e preventivas de defesa civil.

Cabe ao Ministério da Integração atuar como órgão de coordenação. Quando falamos que o Ministério da Integração era um Ministério de articulação, isso significa que o Ministério, como tem um foco bastante abrangente, não pode atuar em todas as áreas. Se o que precisamos para diminuir as desigualdades existentes nas regiões é mudar, é incrementar os indicadores sociais e econômicos, precisamos contar com todos os Ministérios. Não podemos melhorar os indicadores de educação através do Ministério da Integração Nacional e não podemos mudar as desigualdades regionais sem atacar os indicadores de educação. Então, o Ministério da Integração Nacional é por si só, pelo seu foco tão abrangente, um Ministério de articulação que deve trabalhar com o Ministério da Educação, da Saúde, da Agricultura, de Ciências e Tecnologia e dos Transportes, tentando melhorar a matriz de transporte, a matriz de telecomunicações, a matriz energética daquela região, para tentar fornecer a infra-estrutura necessária para que a sociedade possa se desenvolver e modificar os seus indicadores

sociais e econômicos. Nesse sentido, essas políticas contribuem para a integração nacional e o desenvolvimento regional, catalisando também os esforços descentralizados e endógenos de sub-regiões, denominadas de mesorregiões diferenciadas e de comunidades em busca de melhores padrões de vida.

Estas atribuições devem contar com a participação ativa da sociedade local, e ações cooperativas das instâncias federais, estaduais e municipais. As ações do Ministério da Integração devem considerar como fatores de importância a política nacional de integração e desenvolvimento das regiões, tais como a retomada do planejamento em novas bases e as atuais discussões sobre integração e desenvolvimento regional. Aliás, sobre a questão de planejamento, o governo federal tem avançado muito. A própria confecção do orçamento geral da União nesses últimos quatro anos tem sofrido uma modificação muito grande e tem sido uma grande contribuição para o povo brasileiro nessa esfera federal, que é o link entre o planejamento e o orçamento, através de programas, de metas, de indicadores que possam fazer com que se possa medir o quanto está sendo eficaz o gasto público no Brasil, dando maior qualidade aos gastos. A implementação do desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade a médio e longo prazo, a necessidade de ajustes faz-se ao esgotamento dos modelos anteriores e aos processos contemporâneos de integração em escala global, as mudanças vindas da globalização, a extensão acelerada de redes interdependentes de fluxos de capitais, informação, tecnologias e consumo, a exclusão social aprofundada pelo progresso técnico, favorecendo o desemprego, a informalidade e a concentração de renda. Novas atitudes frente a natureza para garantir seu uso para as futuras gerações, novas formas de desenvolvimento comunitário e associativo, característicos de uma nova organização social, com a participação da sociedade e controle social. Em nível continental, torna-se imperativa a formação de alianças com países vizinhos, e em nível global a busca da inserção competitiva por meio de alianças seletivas.

Os valores básicos à integração nacional e ao desenvolvimento regional, constituem um processo de aprofundamento da democratização no país (COHEN, 1998). As exigências de melhoria da qualidade de vida, da qualificação do trabalho e desenvolvimento científico e tecnológico, o desenvolvimento social no sentido da realização plena da cidadania, com equidade, contemplando dimensões tais como a educação, saúde, segurança, água, energia etc (IANNI, 2001). Os pressupostos do desenvolvimento sustentável e a cidadania incorporam o uso racional dos recursos naturais e um equilíbrio ambiental, o respeito a diversidade cultural que confere ao país legitimidade singular na defesa de princípios universais de equidade. Além disso, dentre os valores básicos à integração e desenvolvimento regional, faz-se necessário esforços para a manutenção da estabilidade nos países vizinhos e considerar a importância de buscar a defesa dos interesses nacionais no contexto dos desafios e oportunidades apresentados pela globalização.

O Ministério da Integração Nacional tem ciência dos desafios a enfrentar, e são eles particularmente três: Primeiro, os desafios tornam-se maiores pela evidência de enormes desequilíbrios de renda *per capita* e de qualidade de vida entre macro e mesorregiões, e localidades dentro dessas regiões. Segundo, o desafio da integração competitiva, com a aceleração do progresso técnico, mudança do papel do Estado e concorrência estrangeira podendo favorecer a concentração espacial da atividade econômica e a redução da articulação intra e inter regional. Terceiro, ao mesmo tempo ocorre uma desconcentração seletiva de investimento de grandes empresas em ilhas de dinamismo em todas as regiões. Para enfrentar esses desafios tornam-se necessárias articulações. Que articulações são essas? A implementação de uma política nacional de integração e desenvolvimento regional que enfrente possíveis tendências de fragmentações econômicas, sociais e territoriais. Ações que promovam a coesão pela integração sócio-econômica e cultural, com relações de interdependência entre regiões e sub-regiões. A legitimação de

novas regionalizações mais próximas das identidades locais, com associações entre municípios e estados e com questões comuns que favoreçam a cooperação com atores locais. As próprias empresas modelam os espaços locais que podem oferecer oportunidade de trabalho e de renda. Torna-se ainda necessária a articulação e a ação para a cooperação em torno de objetivos comuns, recompondo regiões de baixo para cima e constituindo redes sócias-políticas, que extrapolam o limite político administrativo para um federalismo mais cooperativo.

Deve-se considerar algumas questões nesse sentido: primeiro, o valor econômico e estratégico de um território depende também da adoção de novos padrões técnico econômicos. Segunda inserção nos sistemas globais de logística e informação permite ao local relacionar-se diretamente com o espaço transacional, em algumas áreas o crescimento econômico rápido se faz principalmente por meio da exploração da base de recursos naturais. A terceira, regiões urbanas menos afetadas pelas “deseconomias” de aglomeração oferecem como atrativo a infra-estrutura, os serviços, a estrutura industrial, os mercados consumidores e a mão-de-obra qualificada. Nesse sentido, portanto, os desafios sugerem um grande leque de ações do Ministério, tais como a função principal de articular e coordenar programas intra e inter ministerial, e inter e intra-regional, que devem ser concretizados através dessa nova concepção. E que concepção é essa? É a concepção de nacionalizar as políticas regionais como parte de uma agenda nacional. Acredito que a nacionalização das políticas significa o próprio Governo Federal tomar para si a incumbência de definir políticas regionais e que possa levar em consideração o que já vem sendo feito em nível dos estados e ao nível dos municípios, e o que já tem sido feito, no caso aqui do RS, através dos COREDEs e da iniciativa dos senhores em se articular em micro regiões e nas duas mesorregiões que contemplam o RS. Isso deve tornar-se uma política nacional que, inclusive, deve ser contemplada no orçamento geral da União. O próprio orçamento geral da União ao ser planejado, e ao ser elaborado para sua execução, deverá levar em

consideração a questão das políticas regionalizadas, que são um preceito constitucional.

Que os programas de infra-estrutura hídrica do Ministério sejam integradores e impulsores do desenvolvimento com equidade social e sustentabilidade ambiental, promovendo o que chamamos dentro do Ministério de “a integração pelas águas”. A interiorização do desenvolvimento deve considerar as bacias hidrográficas como patrimônio nacional e fato de desenvolvimento regional, e de integração nacional e regional. Algumas prioridades são estratégicas à integração e ao desenvolvimento regional, neste caso, nós temos no Nordeste a ADENE, que é um órgão muito importante, pois é um órgão de articulação da região, que pode nortear as políticas regionais para a região nordeste, que conta inclusive com o Fundo Constitucional do Nordeste e, além disso, temos em nível do norte a ADA, que é a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, e que tem, também, um fundo constitucional que é o Fundo Constitucional do Norte.

Um grande exemplo para o país de dinamismo econômico que está acontecendo nos últimos dez anos e que tem superado a média nacional, inclusive do PIB e de outros indicadores, é o Centro-Oeste, que tem dado um impulso muito grande, e com a contribuição dos senhores. Boa parte da população que hoje habita o Centro-Oeste veio do RS, do PR e de SC. Nesse sentido, essas regiões já contam com um fundo constitucional, acreditamos que é uma questão muito importante e saudável que, para a indução do desenvolvimento econômico se consiga, também, para a metade sul do RS, esses incentivos fiscais, para que se possa promover o dinamismo econômico que todos daqui pretendem. Na macro região econômica da Amazônia devemos atuar junto as vulnerabilidades regionais, mas valorizando as diferenças e as potencialidades sócio-econômicas, culturais e ambientais, priorizando o uso da biodiversidade para o agronegócio e bionegócios sustentáveis e proporcionando acesso às tecnologias e informações por meio de rede de telecomunicações, transporte e energia. Na macro

região do Centro-Oeste, criar a agência de desenvolvimento do Centro-Oeste, de acordo com diretrizes da Política Nacional de Integração e Desenvolvimento Regional e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Priorizar o desenvolvimento com base em potencialidades e vulnerabilidades sócio-econômicas e ambientais, promovendo um estabelecimento de infra-estrutura logística da agroindústria e da comercialização inter e intra-regional. A cerca das novas regionalizações ou da estratégia de ações nas meso-regiões diferenciadas, poderemos colocar as coisas da seguinte forma: O Sul, Sudeste, Nordeste, Amazônia, e Centro-Oeste, o Ministério da Integração Nacional deve voltar-se para os espaços.

Palestras 1

Como criar e dinamizar uma agência de desenvolvimento

Dra. Primavera Garbarino¹

Em primeiro lugar, peço desculpas por não falar em português, mas entendo-os perfeitamente e, em segundo lugar, quero agradecer o convite feito pelo Sr. Luiz Belarmino que, como sempre, está buscando a possibilidade de criação de espaços para que agentes do Mercosul, agentes de nossos países, preocupados com a integração e com a criação de novos paradigmas em matéria de desenvolvimento, possam intercambiar idéias.

Primeiro, quero apresentar o que hoje se entende por Agência de Desenvolvimento Local (ADL). E aqui se faz uma referência às palestras anteriores as quais estive escutando e, ao fato de que, quando falamos em ADL, estamos falando de uma dimensão, que é a dimensão dos municípios. Quando falamos de Agências de Desenvolvimento Regional (ADR) estamos elevando um pouco mais a análise, para conformar territórios comuns, com objetivos comuns ou desejos comuns. Neste caso, o tema a ser desenvolvido é o das ADL, cuja primeira experiência em matéria efetiva de participação estou realizando no Uruguai, em uma aposta que fez o litoral uruguaio em criar uma ADL em três municípios e uma ADR, que por sua vez assume esses municípios.

¹Ex-Ministra de Indústria do Uruguai.

A ADL e a ADR, cuja organização institucional se deriva do ano de 1990, são organizações novas, ou melhor, modernas, as quais se originam em modelos de países desenvolvidos, sobretudo na Europa, mas que hoje também estão nos EUA. Elas surgiram como consequência da necessidade de melhorar a competitividade dos nossos entornos e dos entornos das empresas.

Nesse sentido, e para desenvolver a temática de minha palestra no tempo disponível, tratarei de trabalhar com quatro conceitos.

- A competitividade e seus novos conteúdos, porque a ADL e a ADR estão diretamente relacionadas aos enfoques da competitividade.
- A dimensão regional dessa competitividade, ou seja, o que se denominou de as “Áreas Base” ou a aterrissagem dos conceitos de competitividade em nível local.
- As Agências, que são os instrumentos institucionais que se criaram como organização, que são as ADL e sua relação com a promoção econômica.
- Metodologias aplicadas em experiências exitosas, as quais resgatamos ou por termos participado de forma colateral ou por participar do empreendimento de criação.

Antes de iniciar o tema de conteúdos de competitividade, gostaria de destacar porque falamos em competitividade e de melhorar os entornos competitivos das empresas. Em primeiro lugar, há que se destacar a aceleração das mudanças que provocam alterações permanentes para quem trabalha com desenvolvimento e com empresas. Tratei de resumir, para não ser exaustivo, focalizando aquilo que nossas empresas do Mercosul estão enfrentando no dia a dia. Constatamos que viemos de uma visão empresarial e organização dos Estados centralizados, passando a uma visão distribuída; viemos de processos simples para a criação de processos complexos; viemos de uma ênfase na produção para uma ênfase na clientela; viemos de uma mentalidade rígida para uma empresa mais bem estendida; viemos de uma análise de integração

vertical para um enfoque de ecossistemas; de empregados e diretores para uma análise de empregados e sócios; da necessidade de prever para a necessidade de respostas mais rápidas que a possibilidade de prever; a necessidade de sair de produtos de mercados tangíveis ao enfoque de produtos e mercados intangíveis; de limites setoriais estáveis para limites setoriais variáveis e difusos; de vantagens competitivas estáveis para vantagens competitivas temporais; e de tempo e espaço determinado para as compreensões de espaços.

Essas mudanças exaustivas não se produziram em longo tempo, mas sim em muito curto espaço de tempo. Falamos de mudanças que ocorreram dentro de 10 ou 15 anos.

Então, essas rápidas alterações nos fazem ver que os limites existentes entre provedores e competidores, clientes e colaboradores são muito porosos. A meta de qualquer organização, seja uma empresa ou Estado, é obter uma posição competitiva sólida.

Para isso se requer uma composição pró-ativa. E aqui vem o primeiro conceito que gostaria de trabalhar em matéria de conteúdos: a competitividade se cria; a competitividade se constrói. Esse tipo de competitividade que se cria, possui alguns conteúdos mais fortes, como por exemplo, a importância do conhecimento e da inovação. O conhecimento e o talento são atributos que nas empresas já se usam e se traduzem em gestões. Então, as empresas gerenciam e trabalham a gestão de seus conhecimentos como fator realmente diferenciador. Cada vez é mais simples reproduzir os elementos físicos dos negócios pelos quais as empresas exitosas estão reproduzindo mecanismos de incentivo, de geração, armazenamento e, sobretudo a reinvenção deste conhecimento. Por sua parte, a criatividade, a capacidade de reinvenção de operações, se constituirá em uma base sólida para gerar valor. Hoje ninguém mais discute que informação e conhecimento são armas muito importantes. Stiguar, em seu livro sobre capital intelectual, os denomina de armas termonucleares do século XXI. A ninguém

escapa que o desenvolvimento da informática e o acesso à Internet geram novas capacidades de criar e melhorar a competitividade das organizações. Informação, telemática e informática são trilógias presentes. E nesse sentido, gostaria muito de resgatar essas três variáveis, porque são as armas com as quais têm trabalhado o desenvolvimento local e as ADLs exitosas, tanto na Europa como nos EUA. Hoje as ADLs do País Basco, as ADLs de Madri e dos arredores de Madri, as ADLs de Connecticut ou do Tennessee, trabalham em tempo real unem-se em tempo real, também, com as empresas e com os cidadãos.

Por isso, destacamos fundamentalmente o papel das tecnologias de informação. E o fato de que as ADLs começaram naqueles países como agentes dinamizadores da informação para os cidadãos e para as empresas.

Por outro lado, também gostaria de valorizar o conceito de Estado, ou seja, a mudança do conceito de Estado. O papel do Estado e dos organismos de Estado, com respeito à temática da competitividade, mudou. Hoje, o que se observa é que nos países mais competitivos (sobretudo, alterou-se em nossos entornos), principalmente quando somos agentes de governos, luta-se por essas mudanças nos fóruns setoriais, contra as visões macroeconômicas e contra o fato de que a estabilidade macroeconômica era elemento absolutamente necessário. Reconhecemos isso, mas temos presente que não são suficientes.

Então, hoje se reconhece que os países mais competitivos não são aqueles que somente apostam na competição entre empresas que operam isoladamente, pelo livre comércio incondicional e por um Estado que se limita a regulamentar e monitorar. Os mais competitivos, são aqueles que trabalham ativamente para criar vantagens competitivas, esses têm obtido resultados promissores.

Dentro de uma economia mundial, que se distingue por novos padrões competitivos, novos conceitos organizativos e novas

tecnologias, os países mais eficientes são aqueles cujos grupos de atores sociais conseguem organizar processos rápidos e efetivos de aprendizagem e de tomar decisões, moldando-se, concomitantemente, o entorno das empresas aos novos requerimentos.

Dentro dessa aproximação, visualiza-se o Governo, mais do que como ator principal ou como um organismo prescinde, mas como um grande articulador de agentes e facilitador ativo de condições nas quais as empresas vão atuar. É um verdadeiro promotor da competitividade.

Frente a todos estes desafios, não é fácil, então, trabalhar solitariamente. E, como não é fácil trabalhar sozinho, o Estado articulador, o Estado promotor, deve promover alianças e uniões. Deve pôr a pensar as organizações em rede, em conjunto. Por isso, falamos desses novos conteúdos de competitividade.

Por outra parte, se “baixarmos” esses novos conteúdos ao que é a dimensão local, então vemos que com estas mudanças conservamos a dinâmica competitiva, tanto nos entornos como dentro das empresas. Revitalizamos o papel que desempenham os níveis mais próximos aos atores, níveis onde as singularidades e diferenciações são mais adequadas para trabalhar. Por isso, falamos dos níveis locais, que estão mais próximos das pessoas, mais próximos de quem pode participar na criação e na potencialização dessas diferenciações.

Resgatamos, então, o papel das regiões e dos municípios na hora da construção de um mapa competitivo e de diferenciação do “local”. Transformadas nas bases da competitividade, aproximam-se cada vez mais à criação e à assimilação do conhecimento, então o papel das regiões, tem crescido. Essas regiões são concebidas como verdadeiras Áreas Base, espaço onde interajam governos, empresas e sociedade civil em prol da criação de capacidades sustentáveis.

As vantagens competitivas são criadas através de um forte processo de localização geográfica. As diferenças locais, com respeito aos valores culturais, estruturas econômicas, história etc, constituem sucessos competitivos. Isso quer dizer que as formas como as regiões competem estão diretamente relacionadas com o ambiente local onde estão inseridas.

Um exemplo disso é o que estamos realizando no Departamento de Rio Negro no Uruguai, o qual produz fundamentalmente *commodities*, especialmente trigo. Estamos trabalhando para uma marca “Rio Negro” desse grão, o qual em um ano obteve cerca de 20% a mais de valor que o restante do trigo do País. Esse é um exemplo de como uma *commodity* tradicional, através de uma diferenciação estabelecida na comunidade entre técnicos e gestores, pode obter um aumento na cadeia de valor.

A essas visões somam-se outras que sustentam que o âmbito regional produz uma maior criatividade cultural, uma maior capacidade para o desenvolvimento, cooperação e para definição de uma estratégia conjunta.

Longe de pretender ser nominativa, existe uma série de fatores ou características que se observam como viés na hora de encarar um processo de desenvolvimento da competitividade do local, entre os quais se destacam:

- O processo é contínuo e de esforço conjunto. Não pára e não termina nunca. A competitividade, como é contínua e como se cria continuamente, exige um processo permanente de acumulação.
- A necessidade de se atingir produtos singulares e diferenciáveis, sempre.
- Os resultados são medidos em longo prazo, com os quais saliento as relações com o local, de maneira imperiosa, porque implica uma maior dose de compromisso e de satisfação.

- Deve-se partir da melhoria dos próprios recursos e vocações, e nunca ante uma mudança radical dos padrões competitivos de arranque.

Por outro lado, existem fatores ou *drivers*, ou ainda efeito-guia, nos quais temos que dar conteúdo através de ações para se chegar aos mercados globais desde os mercados locais. Esses fatores não são exaustivos, mas se constituem em uma das formas e nos alicerces do sucesso de muitas agências de desenvolvimento nos países desenvolvidos. Como eles, estamos tentando dar conteúdo e êxito aos nossos processos em andamento.

Em primeiro lugar, falando agora de desenvolvimento local em nível municipal, a necessidade de gerar uma visão na qual a ação governamental sistêmica é muito importante na hora de trabalhar com as prefeituras do município. Não podemos encarar uma ADL ou agência de promoção econômica se nosso município ou nossa prefeitura são ineficientes nos serviços tradicionais. Então, se realiza uma ação conjunta da melhoria de competitividade e dos serviços tradicionais junto com a modernidade que traz a inserção da promoção econômica.

Trabalha-se com uma liderança compartilhada entre Governo, empresa e comunidade, geram-se espaços, diálogos estratégicos, fóruns etc., onde, em nível local, nas unidades menores, inicia-se uma interação.

O trabalho é realizado com o sentimento de pertencer a uma comunidade ou a determinado local. Cada um dos atores tem a possibilidade e a credibilidade para integrar o trabalho de melhora da competitividade.

Desenvolve-se um trabalho com a marca. Uma marca regional, da qual falamos há pouco, “Marca Rio Negro” por exemplo, com uma diferenciação e com um comportamento para elevar a cadeia de valores dos produtos regionais.

A cooperação, a conectividade, a informação e o conhecimento completariam o que podemos chamar de “drivers”, com os quais estamos trabalhando para a melhoria da competitividade dentro das ações das ADLs e ADR.

Tudo isso é para enquadrar a ação dos municípios ou regiões em assuntos de promoção econômica.

O que entendemos hoje por desenvolvimento local ou desenvolvimento regional em um ambiente competitivo? Ao começarmos a trabalhar, demos uma nova definição para este tema e o concebemos como um processo de crescimento econômico e de mudança organizacional que conduzem a uma melhoria do nível de vida da população local.

Estamos pensando em um princípio dinâmico e não em um conjunto de normas estáticas. Estamos inclinados a uma aproximação aos conceitos de gestão.

Pensamos que desenvolvimento é, sobretudo, uma questão de motivação, de participação consciente e deliberada. O atalho ao desenvolvimento por imposição é um caminho perigoso. Acreditamos que não existe substituto para a vontade de se fixar como indivíduo e como unidade social, com metas maiores e mais ambiciosas estabelecidas, além de adotar novas formas de fazer as coisas e compartilhar responsabilidades que lhes competem nas unidades maiores. Creiam, quando trabalhamos em nível local, em unidades menores, as pessoas participam.

A importância do organizacional também está ao lado da significância do local. A construção de uma agência ADL não implica na construção de um grande lugar burocrático, mas sim em algo moderno, pequeno em burocracia e eficiente em matéria de gestão.

A tendência descentralizadora, que vemos hoje nos Estados, soma-se à intenção de se obter mais participação para que as pessoas se envolvam no processo de desenvolvimento.

Os Estados tendem a descentralizar suas funções e decisões, restando a função de promoção econômica, pois descentralizam as políticas, as matérias de tecnologias, realizar as promoções de investimentos e a criação e apoio às pequenas e médias empresas.

É nisso que a ADL deve dar resposta, sobretudo em canalizar esses componentes, que em matéria de recursos estão nos Estados Centrais, e tratar de baixá-los de forma eficiente ao local. A ADL se configura como unidade organizacional da promoção econômica das regiões.

O que são as Agências de Desenvolvimento, como estão constituídas e que serviços prestam? Extraído de modelos europeus e norte-americanos, estamos tratando de construir ADLs cujos serviços são os seguintes:

- Informação, em primeiro lugar, para o qual a informática e a telemática são absolutamente imprescindíveis. Não vamos imaginar uma ADL onde o empresário se aproxima e não existe um computador e uma base de dados para interagir.
- Pessoal treinado e especializado em orientar e prestar os serviços definidos, em especial em assessorar as empresas, em melhorar a gestão e em trabalhar com as empresas. Além disso, buscar recursos externos, elaborar projetos, em coordenações técnicas e promoção do emprego.

Sua organização institucional possui várias formas de ser desencadeada. Pode ser através da ação catalisadora dos municípios ou através da ação catalisadora das instituições maiores que estejam presentes na região e que provoquem o desencadeamento das ações. Em todos os casos, os Estados ou os Governos possuem um papel em sua formação.

Quais são os resultados que já obtivemos e que, de alguma maneira, falam de metodologia aplicada e experiências exitosas? As linhas e conteúdos para as ADLs possuem uma dose de êxito maior quando partem da construção de uma visão compartilhada sobre o futuro regional. As ADLs

que partem da possibilidade de criar dentro de sua própria organização visões de futuro dos cidadãos que vão participar, melhora a performance das mesmas.

Em segundo lugar, se essas formas de organização se obtém em antifóruns competitivos, onde de alguma maneira os diálogos se baseiam em estratégias, isto redundaria em mais credibilidade para as agências.

Outro fator que temos visto, sobretudo nos Países Bascos, que tem logrado estabilidade e um lugar por si mesmos, é que através da consecução e acordo de medição conjunta de avanço, como as agências de desenvolvimento local, essas estão logrando resultados com o tempo. Para isso, quando se cria a visão do futuro, se trabalha sobre drivers que a própria região quer para si mesma, os fatores guia que essa região vai trabalhando para lograr sua medição.

E, por último, a possibilidade de fazer alianças, que se denominam clusters, que são grupos nos quais se coopera e se compete às vezes. Dando a informação está se colaborando e está se competindo de uma forma conjunta nas externalidades, estas são maneiras novas de se traduzir em ação essa competitividade.

Por fim, gostaria de informar o que foi feito como *drivers* no Rio Negro, Zona Litoral do Uruguai, para começar a trabalhar na construção dessa visão do futuro mensurável. Temos trabalhado com seis *drivers*, o do conhecimento, o da infra-estrutura, o da condição social, o da conectividade, o da produtividade e o do papel do Governo. Em cada um temos colocado conteúdos e materiais indicadores, indicadores que nos fóruns locais e nos fóruns regionais temos consenso como uma meta para 2010.

O que significa capital humano? Significa o conhecimento que possui os indivíduos de uma região, a educação, a experiência adquirida. Até onde vamos e o que queremos obter?. Em matéria de capital estrutural, a forma que as regiões se organizam, pesquisa e desenvolvimento que tem a região, a

criação em função do conhecimento da própria região, a forma de medi-lo para crescer, o capital relacional e a aquisição do conhecimento a partir da construção de relações entre as próprias organizações, as alianças, os clusters. Quantos *clusters* tínhamos quando começamos, e quantos *clusters* nos propomos a conseguir para 2010?. Em matéria de infraestrutura, nós a dividimos em básica e avançada. Quantas rodovias tínhamos quando começamos e quantas rodovias desejamos para o futuro, quanta informação produzimos no início, quantas empresas conectadas teríamos, quanta fibra ótica tínhamos quando iniciamos e quanto teremos em 2010? A condição social, os valores empresariais, o caráter empreendedor das pessoas, as ISOs, a ética dos negócios, para tudo isso temos tentado achar indicadores e medi-los para que processo e que variável queremos conseguir para 2010. O mesmo para a conectividade dentro e fora da região, variáveis de como está a região conectada hoje e como esperamos que se conecte daqui para frente, internamente, e como está conectada hoje para fora, e como esperamos que ela esteja futuramente.

Debates

Coordenação

Dr. Carlos Rodolfo Hartman¹

Queremos agradecer a brilhante exposição da Dra. Primavera e recuperar alguns aspectos. Vou tentar reproduzir fielmente a exposição da professora.

Sobre o desenvolvimento local, com base em experiências no Uruguai aborda inicialmente aspectos conceituais, onde destaca a competitividade e seus novos conteúdos, citando de onde partimos e para onde queremos chegar e destaca, ainda, que a competitividade que se quer construir leva em consideração a importância do conhecimento e da inovação e, entre outros, destaca a necessidade de somar para competir. Faz referência sobre a importância do “local” e destaca os fatores que o guiam, orientando seu desenvolvimento, entre eles cita especialmente a visão governamental e a liderança compartilhada, faz considerações sobre as Agências de Desenvolvimento Local e a promoção econômica a qual considera como instrumento organizacional que promove o desenvolvimento da economia regional, não só pela gama de serviços que presta, mas também, entre outros, pela participação na gestão do desenvolvimento.

Cita também alguma experiência aplicada e êxitos, onde mostra um organograma que tem como centro uma rede base de competitividade, interligada ao conhecimento, a infra-estrutura, a coesão social, ao papel do governo, a produtividade e a interação interna e externa. Diante disso, abrimos espaço para as perguntas e discussão em torno do tema abordado pela professora Primavera.

¹Reitor da FURG.

Pergunta: Sr. Dante Giacomelli Scolari, Diretor da EMBRAPA

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-la pela brilhante palestra, assisti com muita atenção e acreditando que a senhora abordou pontos fundamentais. Gostaria que a senhora falasse um pouco mais sobre o empresário, o homem, o capital intelectual, o modelo mental, a necessidade de transformar produtor ou empresário em empreendedor. Como podemos estimular essa visão de mercado integrado, transformando produtores convencionais de agronegócio em empreendedores dinâmicos?

Resposta: Dra. Primavera Garbarino

Creio que essa é uma das principais dificuldades que estamos enfrentando quando queremos dinamizar ou colocar novos conteúdos aos empresários que produzem tradicionalmente commodities. A experiência, no ano passado, a experiência regional, estivemos trabalhando com cinco empreendedores-produtores pilotos, produtores agrícolas da região do litoral. Um desses produtores era exitoso, outros três tinham grandes problemas de combinação de aplicação de tecnologia e gestão. Pelo menos no Uruguai, a tecnologia esta disponível e existem produtores agropecuários que aplicam essa tecnologia, ou seja, não têm problemas em sua aplicação, mas, em sua gestão. Por sua vez, também possuem problemas na questão empresarial, limitantes para essa aplicação, que são os fatores tradicionais da infra-estrutura e os entornos. Então, se busca colocar um valor e transformar essa restrição em oportunidade. Trabalhamos diretamente em três das empresas com problemas, por sorte, (consequimos mudar) a gestão direta das atividades que não eram rentáveis em negócios fez com que estas florescessem. Não creio que isso possa ser estável, de forma permanente, porém, constatamos algumas diretrizes, alguns drivers dessa atividade.

O primeiro refere-se fundamentalmente a gestão, a capacidade do empresário de saber gestionar seus recursos e as

oportunidades de aplicação. Por outro lado, tem que trabalhar com apoios locais, analisando o que esses apoios locais aportam para uma melhor gestão das empresas e com essa interação melhora os resultados. Não se transforma de um dia para o outro, somente com trabalho constante e permanente.

Pergunta: Sr. João Viegas Soares da Silva, Diretor da Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim da UFPEL

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-la pela exposição e fazer a seguinte colocação e pergunta. Temos dentro da Agência da Lagoa Mirim uma experiência que iniciamos há três anos, na qual procuramos trabalhar com jovens empresários, com estagiários, exatamente com o objetivo de desenvolver o empreendedorismo de forma matricial, buscando uma matriz institucional de demandas e disponibilidade. Eu lhe perguntaria o seguinte: dentro da experiência uruguaia, como se fez ou como se dá a interação governo, empresa e comunidade na prática?

Resposta: Dra. Primavera Garbarino

Em primeiro lugar, estou desarticulada. Por mais que tenhamos tratado, trabalhamos com uma interação diferente, porque como dizia em minha exposição, em nosso país, creio que também na Argentina, não tanto no Brasil, passou por processos nos quais os ajustes macro econômicos foram com tal nível de intensidade que não nos deixaram ver, nas equipes econômicas que estavam liderando, espaços para gerar políticas ativas. Quando voltei ao país em 1997 para trabalhar diretamente no Ministério da Indústria, percebi que a primeira luta que teria que travar seria fazer entender aos que dirigiam a política econômica, que existiam as empresas e, que na realidade, quem gerava valores na economia eram as empresas e os empresários, e que a esses empresários tinha-se que dar lugar.

A outra luta com a qual me deparei, e posso dizer que foi uma luta muito grande, dos quatro primeiros meses como ministra, é referente aos diálogos estratégicos. A grande briga que vi foi entre os interlocutores, que para mim eram os empresários, não as organizações intermediárias de classe, porque nosso país e as organizações intermediárias de classe não estavam com a representatividade da diversidade de problemáticas que apresentavam os fatores empresariais, nos encontramos dirigindo agentes que de alguma maneira poderiam ser interlocutores válidos de gerar processos novos.

Então, nesse sentido, a articulação que existia, não era uma articulação que me permitira trabalhar em melhoras organizacionais e introduzir competitividade. Assim, a primeira briga que houve com essas mesmas organizações de classes, que afinal acertaram essa situação e que se não participassem deixaram livre para que outros agentes eleitos de outra forma pudessem ser atores na hora de trabalhar em prospectivas. Isso provocou uma crise forte e catalisadora, e também tem provocado a existência de plataformas novas e de espaços para debates novos.

Hoje se fala que não existem setores ganhadores e perdedores, no Uruguai, por sorte, não existe o feito de que as commodities são um atraso, temos podido recuperar os commodities como atividades rentáveis e de possível diferenciação. Hoje a briga e o debate é que as empresas são competitivas e os setores são não competitivos, há empresas não competitivas porque estas empresas não têm sido fatores de mudança não aplicam novas tecnologias para melhorar esses apoios.

Palestras 2

Política brasileira para o fortalecimento do agronegócio: as influências mundiais em regiões transfronteiriças

Dr. Dante Giacomelli Scolari

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a coordenação do evento pelo convite e pela honra que me deram em vir aqui expor algumas idéias. Gostaria, também, de agradecer aos meus companheiros de mesa e dizer rapidamente o que pretendo fazer. Vou tentar apresentar, de uma maneira bastante rápida, algumas idéias do que acontece no mercado mundial, qual é a posição do agronegócio brasileiro na economia brasileira, alguns desafios do agronegócio que considero importantes, algumas medidas de fortalecimento e alguns programas de Governo já existentes no país. Embora eu não tenha conversado com a Dra. Primavera em outra ocasião, muitas das idéias que ela expôs aqui, eu vou a exposição e reforçando. Talvez nós dois tenhamos o mesmo vício de origem, por sermos economistas agrícolas.

Eu mudei um pouco o título da palestra para Desafios e Medidas de Fortalecimento, independente de ser uma região fronteira ou não, os desafios são os mesmos.

¹*Diretor Executivo da Embrapa.*

Primeiro, uma visão rápida do que acontece nesse cenário atual globalizado. Nós brasileiros não estávamos acostumados a trabalhar em um mercado globalizado até 1990-1992, quando então houve a abertura do Brasil ao mundo globalizado, a economia brasileira era uma economia essencialmente fechada, com pouca articulação e muito protegida. De uma hora para outra entramos no mercado global, onde existiam, e ainda existem, subsídios, regulamentações, proteções. Nós saímos de uma situação econômica interna e passamos a fazer parte do mundo globalizado, tendo que rapidamente, em questão de uma década, nos adequar a toda uma regulamentação interna nacional. O Brasil, de um modo geral, conseguiu fazer isso de uma maneira bastante rápida. Outra característica muito importante nesse mercado internacional, nesse cenário globalizado, é que começa a ocorrer uma profunda revolução tecnológica, em todos os setores da economia. No agronegócio acontece a mesma coisa, concomitantemente, uma forte carga de subsídios e protecionismo. No primeiro mundo inicia-se uma revolução tecnológica muito importante, com novos produtos, novos métodos produtivos, cadeias integradas, padrões globais, regulamentação internacional e, mais recentemente, todo um processo de origem, rastreabilidade e certificação de produtos e de processos produtivos (LOUREIRO, 2001).

A questão ambiental passou a ser encarada não mais como uma barreira protecionista, mas como uma relação consensual em todo o agronegócio mundial, onde a sociedade quer produtos limpos em processos limpos.

O que aconteceu no Brasil nos últimos dez anos? Nós fomos obrigados a fazer um processo de ajuste extremamente rápido, onde fomos trabalhar num mercado aberto, com pouca proteção em setores muito sensíveis, vários setores da economia brasileira não estavam preparados para enfrentar a competição internacional, notou-se que na segunda metade da década de 90 houve um forte problema de falências internas, uma adequação acelerada para inovação tecnológica, uma importação acelerada de bens de capitais. Na verdade, grande

parte dos esforços brasileiros de importação é de inovações tecnológicas, rapidamente o Brasil tenta se adequar e tenta competir através de tecnologia e de bens tecnológicos.

No campo, houve um grande deslocamento de pequenos produtores, trabalhadores sem qualificação, em direção às grandes cidades, esse processo já aconteceu no passado na região sul. Acontece com mais intensidade na região centro-oeste e nordeste: 45% da massa assalariada rural se encontra no nordeste brasileiro, são cerca de 12 milhões de pessoas, e os setores da indústria de prestação de serviços sem capacidade de absorver esse excesso de mão-de-obra. Como consequência, nós temos a problemática de emprego-desemprego, extremamente severo no país, com fortes características sociais e que pressiona de alguma maneira todo o segmento de previdência social (CAMPANHOLA; GRAZIANO-DA-SILVA, 2000).

Quando se olha rapidamente para o agronegócio brasileiro, notamos que na economia nacional o agronegócio participa com 27% do PIB, e aqui acontece uma coisa muito interessante, dentro da porteira da fazenda a composição é de apenas 8%, quando colocamos o segmento processamento servicial, passamos para 27%. Isto significa que a economia agrícola brasileira é duas vezes mais importante no pós-porteira da fazenda.

O que se observa, também, é que o Brasil no ranking mundial é uma transparência bastante crescente, em termos de produção ele tem uma posição muito boa em laranja, cana-de-açúcar e café é o primeiro produtor mundial, em soja, carne bovina, frango, milho e frutas. O Brasil não aparecia na área de trigo, no entanto, começa a aparecer, isso significa que o Brasil é um grande trailer em commodities, proteínas animais e frutas com produtos de valor agregado.

Nos últimos dez, doze anos, notamos que houve um grande crescimento da produtividade em um conjunto muito grande de grãos no Brasil. A área plantada está relativamente estável,

na realidade esta estabilidade de área cultivada ocorre a cerca de 40 anos. O crescimento da produtividade significa que a inovação tecnológica nesse momento desempenha um papel de crucial importância na competitividade.

Quando olhamos o que aconteceu com a população economicamente ativa na agricultura, notamos que houve um grande aumento na produtividade da mão-de-obra, isso quer dizer que o Brasil, (isso é um fato histórico bem conhecido dos economistas), da mesma maneira que outros países como a Argentina, México, Espanha e Austrália, em 40 anos teve uma redução substancial da população empregada no campo (BUAINAIN, 1999). Isso significa, na prática, o crescimento da automação e da produtividade do setor primário dentro da porteira da fazenda.

Concomitantemente, o aumento da produtividade e a diminuição da quantidade de mão-de-obra empregada no campo fizeram com que o Brasil conseguisse nos últimos 25 anos uma taxa de variação de preço real decrescente. De 1976 até 2001 conseguimos colocar no mercado produtos cujo o preço real era 5,25% menor a cada ano que passava, sendo essa uma produção anual de preço, isso significa que hoje o brasileiro gasta muito menos de sua renda na compra desses alimentos do que gastava no passado.

Tomando como exemplo o caso de um pedreiro do estado de São Paulo, entre os meses de janeiro de 1978 e 2000, nos quais nota um crescimento da taxa média e do salário substancial a partir da década de 90, percebemos que o poder de compra do salário médio do pedreiro, medido a preço da cesta básica, aumentou grandemente a capacidade de consumo do trabalhador urbano brasileiro.

A medida em que um país cresce e se desenvolve, o setor agrícola torna-se mais importante, essa é conhecida como a “importância relativa declinante do setor agrícola”. Portanto, se analisarmos o percentual de exportações agrícolas

brasileiras sobre o total das exportações, o Brasil, na década de 50, quando existiam grandes produções de café, chegou a ter 90% do valor das exportações baseadas na agricultura. Isso caiu substancialmente, hoje estamos entre 20 e 25% das exportações. É importante salientar também que a participação do Brasil no comércio mundial de exportação é muito pequena, tendo menos de 1% de participação nesse comércio. O Brasil não é do ponto de vista das negociações de importação e exportação, um país *big-trader* ou um grande comerciante. Somos um comércio pequeno, o que mostra, também, que temos uma grande oportunidade de levantar a nossa participação percentual nesse mercado.

Olhando para esse quadro, notamos que mesmo com a importância terminante, com o aumento do valor da produção econômica brasileira no setor industrial e prestação de serviços, o Brasil conseguiu, no ano 2000, manter no agronegócio 36% do valor total das exportações e, em 2001, foram 41%. Esse número chama a atenção porque, mesmo caindo a participação do agronegócio no total das exportações, nós aumentamos o percentual, e isso significa que os outros setores da economia exportaram um pouco menos. Isso mostra também que em 2002 o crescimento das exportações no primeiro semestre, sobre base de 2001, já foi de 8,3%. Os números indicam que de fato o agronegócio nesse momento é o grande setor dinâmico da economia brasileira.

O Brasil é o único país do mundo que tem uma área a ser explorada de cerca de 90 milhões de hectares, com preservação ambiental, com centro urbano, com floresta amazônica, etc. Esta é a grande reserva agrícola mundial.

Quais seriam os grandes desafios? Vamos colocar três grandes desafios. O primeiro seria o que chamamos de aumento da competitividade, e quando falamos em competitividade dividimo-la em alguns segmentos, sendo muito importante para qualquer região, país ou estado se posicionarem para atingir qualquer desenvolvimento. No primeiro segmento,

uma cultura empresarial exportadora com mentalidade empreendedora deve ter um empresário com visão global, para ter no seu negócio, na sua empresa, no seu modelo mental, o conhecimento de que preço, prazos, origem e qualidade são variáveis que hoje em dia estão presentes em qualquer negociação.

O consumidor brasileiro é, hoje, um consumidor globalizado, ele vai a qualquer loja e consegue escolher produtos produzidos em diferentes partes do país. Não interessa para a dona de casa se o produto que ela vai comprar no supermercado veio do Chile, Uruguai, Argentina, São Paulo ou da França, ela quer preço e qualidade. Portanto, o empresário precisa estar ciente de que para aumentar a competitividade ele deve ter essa cultura empresarial, entendendo o que acontece nos demais países com relação a esses produtos, conhecer as cadeias produtivas, os pontos fortes e os pontos fracos dos competidores. Precisamos ter uma clara noção, também, de redução de custos, nesse país o custo é muito elevado, a nossa carga tributária em alguns segmentos pode chegar a 30 ou 35% em cascata, o que é muito elevado.

O Brasil tem um problema muito sério de capital: o uso do capital é extremamente caro, a taxa média é de 18% ao ano, nos EUA é de 1,7 a 1,8%. O Brasil consegue cobrar dez vezes mais do que os americanos cobram pela taxa de juros e temos ainda um problema muito sério de logística. Além disso, a nossa disponibilidade de créditos, seguros e financiamentos, embora em volumes pequenos, não atende a necessidade do País como um todo, nem a quantidade, nem as condições. O Brasil precisa, para aumentar a competitividade, ter crédito, seguro e financiamento em condições adequadas e oportunas, de tal maneira que ele possa ser competitivo. Portanto, temos que trabalhar muito nessas três variáveis.

E, finalmente, a parte de inovações e sustentabilidade mental são fundamentais. O mundo todo quer, inclusive o consumidor urbano, um produto que tenha certificado, que possa ser

rastreado e que possa chegar na casa dele com um processo ambiental limpo.

O segundo grande desafio é a organização do agronegócio. Eu acredito que os empresários precisam ter essa visão empreendedora e estratégica de futuro, de cadeias produtivas integradas, não dá mais para pensar no agronegócio como se fosse uma atividade estanque. Vou tomar como exemplo o sul do país, onde temos o produtor de milho, o produtor de porco e o produtor industrial, o que acontece com a cadeia de suínos? Não é uma cadeia integrada, então quando há uma super oferta de milho quem faz o ajuste da cadeia é a origem do processo, o produtor de milho não consegue capitalizar processo de oferta, ele perde, o preço diminui. O produtor de suínos ganha um pouco, e a indústria, quando fecha um processo de exportação lá fora, ganha uma fatia maior do bolo. Então, não existe uma retribuição igual nos componentes da cadeia. Quando existem incertezas no mercado, as cadeias não são integradas.

O que aconteceu recentemente no país? Nós vimos os nossos produtores de suínos e aves fazendo uma guerra lá fora, baixando o preço para exportar o produto. Devíamos sentar e fazer um acordo, negociar, tentar estabelecer repartição, qualificação, atender mercados diferenciados, segurando os preços.

O ideal seria ter uma cadeia integrada, de tal maneira que pudéssemos ter produtos diferenciados e agregação de valor. Por exemplo o café, o Brasil é um grande produtor de café, mas o Brasil não tem marcas, não tem produtos de valor agregado. Um dos maiores exportadores mundiais de café é a Alemanha, sabem quantos pés de café a Alemanha planta? Nenhum é um grande importador e um grande exportador de café, porque ela importa matéria-prima e exporta produto com valor agregado, com marca, com promoção comercial de marca em toda a Europa.

TÉ necessário ter, também, rastreabilidade, certificação e acesso a mercados e, quando se fala em produtos certificados, significa que os processos que levam os produtos foram certificados.

Tomando a produção de carne suína como exemplo, o processo de produção do milho, o processo de produção animal, abate, o processo ambiental etc., todos os processos têm que ter certificado.

É o caso do processo de produção de frutas, produção integrada, onde todo o processo tem que ter certificado da origem até o consumidor final, de tal maneira que o processo, em qualquer ponto da cadeia, possa receber um selo de certificação.

Um ponto importante dentro da organização do agronegócio é a coordenação em todos os níveis. A Dra. Primavera falou um pouco sobre isso, sobre governança integrada. O Ministro hoje pela manhã falou-nos sobre governança integrada. Qual o problema que temos em nosso país? Temos uma série de Ministérios setoriais nos quais nem sempre a locação e as prioridades são feitas conjuntamente. Temos vários Ministérios que tratam do agronegócio, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação, Ministério da Integração Regional, entre outros, e ainda não se vê, em nível de Brasília, uma situação de governança e estabelecimento de prioridade de um modo global, em que exista Governo Estadual, Governo Federal e local, organizações regionais e locais trabalhando com os mesmos objetivos. Esse é um problema que teremos que resolver.

O segundo ponto importante é a visão global, ter a visão do que acontece nas cadeias produtivas internacionais mas, a ação tem que ser local ou regional. O Ministro teceu um comentário muito interessante pela manhã, que foi o seguinte: "A situação do semi-árido nordestino é a situação do Rio Grande do Sul". Embora gaúcho, estou na região centro-oeste há 25 anos, e tudo o que eu queria ter nessa região era o clima da metade sul do Rio Grande do Sul.

O Sul do Rio Grande do Sul tem um potencial muito grande e de repente algumas ações locais e regionais são o que falta para se poder dar “o pulo do gato” e, também, se começa a colocar que o capital humano na organização é fundamental, a gerência tem que ser profissional, tem que ter profissionais capacitados, habilitados, com visão empreendedora. Temos aqui alguns dados que mostram que em outras regiões do país nos últimos anos o crescimento foi sensacional, encomendamos um trabalho na Embrapa, em que se procurou mostrar quais as regiões de maior dinamicidade no agronegócio nacional, foram identificados 23 pontos no país nos quais o agronegócio acontece com um impacto muito importante.

No período de 1975 a 1996, vimos regiões e Estados. Quando se olha o crescimento do PIB total, se nota, por exemplo, Rondônia crescendo em 25 anos quase 1,25% ao ano, Roraima crescendo 9,3% ao ano, Acre, Amapá, Brasília, Amazonas e Pará com crescimento bastante elevado. Quando se olha o PIB na agropecuária brasileira, nos últimos anos crescemos 3,7%. São Paulo cresceu 4,6%, Minas Gerais 3,7% mas, Rondônia cresce 12%, Pará cresce 8%, então se nota que em outras regiões do país está acontecendo um crescimento muito acelerado do agronegócio, com cadeias primárias existentes. Há a questão empreendedora que é muito presente lá e, também, existe o capital humano.

Capital humano, gerência profissional, empreendedorismo e treinamento são de fundamental importância para a organização, da mesma maneira que a infra-estrutura logística. De um modo geral, eu entendo que o Sul do Rio Grande do Sul tem boas condições de infra-estrutura.

Quando se olha a concentração de pessoas com grau de formação universitária por km quadrado, a maior concentração do país está nesta região, No entanto, infelizmente, o desenvolvimento não tem acontecido. Temos, então, que trabalhar um pouco mais na parte de infra-estrutura e na parte de logística.

Entendo que o terceiro grande desafio, seja a geração de renda e oportunidades, é um desafio para todo o país, há necessidade de estabelecermos mecanismos que preservem a equidade social. A diferença de renda é muito elevada. Uma parcela de menos de 10% consegue acumular, basicamente, metade da renda nacional. Então, esse é um problema sério e a maneira de se tentar resolver é gerando empregos, oportunidades, qualificando mão-de-obra e educando o trabalhador. A partir do momento em que se consiga dar ao trabalhador, que tem um salário baixo, melhores condições de salário, esse é o verdadeiro motor econômico do agronegócio, o setor agrícola irá crescer, pois o mercado interno compra, logo a economia toda cresce.

No meu ponto e vista a grande característica para competitividade é a organização e, para a geração de renda e oportunidades é a inovação tecnológica, aqui é que está o pulo do gato.

Como fortalecer o Agronegócio e vencer todos os desafios? De quem são os compromissos? Os compromissos são de todos, os atores, não apenas da Universidade, do Governo, das organizações de P&D, mas também da iniciativa privada. Todos os atores do processo produtivo são responsáveis. Essa é a visão de governança integrada, o governante mais poderoso, o trabalhador mais humilde, devem ter essa visão, que dá para fazer acontecer.

Notamos que o uso econômico do espaço rural não deve ser baseado apenas em atividades agrícolas, se faz o desenvolvimento com uma visão global, com uma visão de cadeia integrada, com uma visão efetiva do uso do espaço rural. A última parte importante pode ser a atividade agrícola, mas tem outra parte, não menos importante, que pode gerar renda e empregos com atividades não agrícolas (HAYAMI; RUTTAN, 1988). Precisamos que entendam que do ponto de vista macro econômico o discurso da solução da pobreza no campo não passa necessariamente pela produção agrícola. Vários

países mostraram isso, a solução não está dentro da porteira de fazenda, está fora da porteira. Hoje, temos o mecanismo para fazer isso, existem vários casos dentro e fora do país, casos de turismo e lazer que na Europa, por exemplo, são poderosíssimos, e a preservação do espaço rural para turismo e lazer já começa acontecer, inclusive aqui na metade Sul do Rio Grande do Sul. Temos algumas fazendas de turismo rural onde as pessoas vão para aprender desde como se carneia uma ovelha até observar animais selvagens. Existe um mercado agroindustrial na qual a indústria está sendo interiorizada, a indústria sai da grande cidade e vai para o interior. As pequenas indústrias rurais, que têm uma grande capacidade competitiva, começam a se estabelecer, começa com essa visão integrada de mercado, colocar no mercado internacional excelentes produtos.

Quero contar duas histórias rápidas de indústria, que não tanto no meio rural, mas que tem essa visão de integração de mercado. Na região Centro-Oeste existe uma pequena firma que começou nos arrabaldes de Brasília e que está exportando pão-de-queijo para o Japão. No interior do Ceará, existe um empresário que está exportando rapadura para a China. O que esse pessoal fez? O do Japão eu acompanhei bem de perto, colocaram pão-de-queijo para consumo da dona de casa japonesa, foi um sucesso. Eles foram entender qual é o hábito alimentar do japonês, fizeram seis ou mais meses de estudos no Japão, com firma contratada lá. Chegaram a indicação que, de um modo geral, o japonês entre levantar, fazer a higiene pessoal e sentar para tomar café, leva 18 minutos, e que a dona de casa japonesa tem na cozinha um forno elétrico. O japonês ingere pela manhã suco de fruta, frutas e alguma fonte de carboidratos (pão), e ele adorou o pão-de-queijo. Montaram, então, uma bandeja de pão-de-queijo congelado, que a dona de casa poderia pôr no forno elétrico e, em 18 minutos, o pão estaria pronto. Com isso, eles conheceram a demanda do mercado, as características do mercado e atenderam o mercado.

É o mesmo caso do cearense que está exportando rapadura para a China. No Centro-Oeste brasileiro a rapadura é um tijolo, pesa um quilo. A rapadura do Rio Grande de Sul há anos tem o mesmo formato, enrolada em palha de milho. É muito complicado colocar no mercado brasileiro, em qualquer ponto fora da zona de produção, um produto que não tenha características de embalagem, de sabor e de origem, é um produto que tem qualidade, mas que essa tem que ser trabalhada, tem que ter visão de mercado.

Imagino que, se tomarmos um avião de Porto Alegre, para irmos a Montevideu, voaremos 40 minutos, olhando para baixo veremos os campos pelados, campos limpos, com um enorme potencial de recomposição florestal, já temos programa de governo para fazer isso, com dez ou doze anos de prazo para pagar e com até oito de carência. Isso começa a acontecer, já houve um brasileiro que conseguiu alguns milhões vendendo preservação florestal para o mercado internacional. É um mercado que tende a crescer, enfim estamos mostrando que o uso econômico do espaço rural não precisa ser só através da atividade agrícola, mas temos que entender que quando se fala em desenvolvimento na atividade agrícola, no agronegócio, precisamos de renovação tecnológica, isso vale para todo o segmento da economia, mas precisamos de mudanças estruturais e institucionais.

Só a inovação tecnológica, a pesquisa e a recomendação técnica não fazem a diferença. Novamente, é um compromisso de todos os atores, e nós da Embrapa temos claramente uma certeza sobre os processos. Nós, através das inovações tecnológicas, somos parte do processo, somos parceiros do processo, é uma condição necessária, mas não é uma condição suficiente (Delgado et al., 1996).

Para que se possa fazer desenvolvimento, temos que acabar com alguns mitos. Quantas pessoas aqui acreditam nesses mitos? Primeiro, que é impossível importar toda a tecnologia, é um mito, isso não existe. Quem detém conhecimento

tecnológico no mundo, detém o poder, detém o mercado. Inovação tecnológica atualizada é manutenção de mercado. ninguém vai transferir tecnologia para perder mercado, Tecnologia não está na mão de Governo, tecnologia está na mão das empresas, e as empresas que transferem tecnologia, transferem tecnologia de segunda linha e criam dependência tecnológica.

Segundo, que a globalização resolve o problema. A globalização não resolve o problema, ela acentua algumas diferenças. Principalmente no agronegócio, as diferenças e as soluções têm que ser regionalizadas. Nós temos que criar, seja através dos nossos países ou dos nossos blocos, as nossas soluções.

A defasagem tecnológica é crescente, não adianta investir. Isso é uma realidade, a lacuna tecnológica está aumentando, mas, é por isso que temos que investir. Com a revolução da biotecnologia que começa a colocar na mão de todo o segmento econômico, não apenas do agronegócio, ferramentas sensacionais, teremos que investir pesado para diminuir essa defasagem tecnológica. Eu acredito que o Brasil demonstrou ser possível fazer isso. O Brasil hoje, do ponto de vista do seqüenciamento genômico, de clonagem animal, de transgenia, de bio-sensores, mostra que nessa área a defasagem tecnológica está longe.

Quais seriam algumas das medidas recomendáveis? Algumas coisas aparentemente óbvias como o aumento da produtividade agrícola via inovação tecnológica. Vamos tomar novamente o Rio Grande do Sul como exemplo, este Estado é um excelente laboratório para aumentar a produtividade de algumas culturas vegetais, milho, soja, pecuária, leite etc.

O crescimento da produção, promoção e aumento das exportações de proteínas e frutas e valor agregado têm que aumentar, a produção tem que fazer promoção comercial.

O Brasil, como diz nosso Ministro Pratini, sempre foi um país comprado, nunca foi um país vendido. Eu recordo,

quando estive aqui em Pelotas em um Seminário sobre frutas, há aproximadamente quatro anos, que vieram alguns comerciantes da Inglaterra, e estavam interessados em comprar certa variedade de pêssegos que se consegue produzir aqui em final de outubro. Esse é um momento em que na Europa não se tem pêssego, nós temos uma janela comercial, uns quarenta dias para colocar o pêssego lá. Ninguém tem pêssego nesse momento, se o Brasil tem pêssego para colocar durante 40 ou 50 dias, ele tem o mercado na mão.

Quando se olha rapidamente para o cenário mundial, ainda existe uma expectativa de crescimento da população mundial, com diminuição da área plantada *per capita*, que já foi quase um hectare por pessoa no passado e hoje é de aproximadamente 0,25 a 0,26 hectares *per capita*. Em 2050, a expectativa dada ao crescimento da população é de que se tenha somente 0,15 a 0,16 hectares *per capita* no mundo, isso significa uma pressão muito grande sobre os meios produtivos. Um aumento muito grande da renda dos países asiáticos, no caso da China com um bilhão e trezentos milhões de habitantes, é uma coisa sensacional. A China passa a fazer parte da organização mundial do comércio e é um grande mercado consumidor. Aconteceu uma profunda revolução econômica na China e ao mesmo tempo está acontecendo a diminuição dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.

No ano passado compravam trigo antes do plantio a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) a tonelada. Existem produtores com trigo irrigado, produzindo 5.000 quilos de trigo por hectare em 120 dias, com uma margem de retorno espetacular, isso se chama relação contratual na agricultura. É um instrumento moderno de comercialização, contratação. Apoio técnico-financeiro, ampliação das linhas de créditos a juros fixos e outras medidas financeiras e cambiais enfim, essas coisas já começam a acontecer.

Quando se olha o que aconteceu no crédito rural nos últimos anos, principalmente 2002 e 2003, temos cerca de R\$21 bilhões

à disposição do agronegócio nacional. Oitenta e cinco por cento desse dinheiro já está disponível imediatamente a juros fixos.

O dinheiro deve atender uma série de ações, nas quais as prioridades são relacionadas a infra-estrutura produtiva, sanidade animal e vegetal, qualidade e competitividade, geração de emprego e renda e preservação ambiental, as grandes prioridades estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para podermos cumprir essas prioridades temos que colocar alguns instrumentos a disposição dos empresários.

Temos os programas de investimento, algo em torno de R\$ 3 bilhões este ano. Todo esse investimento, ou grande parte dele, a juros fixos, com prazos de pagamento em que alguns parecem ter sido feitos para o Sul do Rio Grande do Sul. Nesse ano, R\$ 2 bilhões foram colocados a disposição do Moderfrota, e consumidos praticamente 100% deste recurso pelo empresário. No Pró-Pasto, foram R\$ 400 milhões para todo o Brasil para a correção das deficiências nutricionais do solo. Temos a fruticultura e a vitivinicultura, em que praticamente uma parte do Rio Grande do Sul e uma parte do Nordeste foram beneficiadas, e ainda temos recursos para a ovinocaprino cultura e floricultura. O único programa de Governo que na Metade Sul do Rio Grande do Sul não se pode apanhar recursos porque não tem condição de se fazer produzir é o caju.

Destaco ainda os recursos para a sistematização de várzeas, feito especialmente para a Metade Sul do Rio Grande do Sul, com R\$ 50 milhões disponibilizados porem, só foram captados R\$ 700 mil.

Então, os instrumentos estão aí, o dinheiro está aí, logo o Governo Federal, do ponto de vista do financiamento, está fazendo a sua parte. Além desses, existe uma série de novos programas, dos quais vou falar muito rapidamente. A parte de agricultura irrigada, R\$ 200 milhões para implantação e

renovação do sistema de irrigação, obras de infra-estrutura e culturas associadas para todo o país, programa para arte de cooperativas, com prazos de até doze anos e com três anos de carência.

Não se pode esquecer das florestas, que pela primeira vez o Ministério da Agricultura coloca à disposição do agropecuarista, do florestador, o programa de floresta, com prazo de até 12 anos, carência de até 8 anos, limitado ao primeiro corte mais seis meses.

Não há porquê não pegarmos nossos “campos pelados” e transformá-los em floresta. Em uma conversa que tive com o ex-Deputado Federal Adroaldo Streck, ele contou-me que havia pego metade de sua fazenda e entregue para o pessoal que está produzindo madeira e que eles garantiram que produzindo carne nesses campos eu teria lucro bem menor. Dá muito mais dinheiro produzir madeira nesses campos do que produzir carne.

O relatório da ONU sobre inovação de tecnologia e desenvolvimento, com uma publicação no ano de 2001, mostra que novas tecnologias trabalham para o desenvolvimento da humanidade e fazem uma colocação muito clara e muito importante: novas tecnologias podem desempenhar um papel central na redução da pobreza mundial, a tecnologia reduz a pobreza mundial. Esse relatório refuta, de maneira muito veemente, o ponto de vista de que a tecnologia é um luxo e é apenas para os países ricos. Isso não é verdade e aqui no Brasil estamos mostrando isso: que países em desenvolvimento podem ter tecnologia de ponta e serem competitivos em função da tecnologia (LAMOUNIER, 1994).

O que acontece no mercado internacional, que começa a transacionar bens para o nível tecnológico? Em 1976 apenas 11% dos bens transacionados no mercado internacional eram bens de alta tecnologia, vinte e cinco anos depois, cerca de 54% dos bens transacionados são bens em média ou alta tecnologia.

A cada ano que passa, o mundo transaciona mais bens com inovação tecnológica incorporada nos produtos ou até nos serviços (GOODMAN; WATTS, 1997).

A primeira bezerra clonada no Brasil foi feita pela Embrapa e se chama Vitória, daqui a três meses ela vai ser colocada à disposição dos inseminadores para ter a sua primeira cobertura animal. Perfeita tecnologia brasileira que em nada deve aos outros países do mundo em termos de competência tecnológica para fazer clonagem.

Gostaria de chamar a atenção de que não basta se ter a visão de antes ou dentro da porteira da fazenda, temos que ter a visão do antes, dentro e após a porteira da fazenda. Isso é uma cadeia de produção integrada, na qual se consegue transformar um produto, plantar e agregar valor.

Hoje o mercado quer qualidade, funcionalidade, segurança e sustentabilidade, mas quer também rastreabilidade e certificação. Todo o consumidor deseja isso, então acredito que todos os envolvidos no agronegócio precisamos ter essa visão. Se conseguirmos fechar todo esse circuito temos grandes possibilidades de sermos uma empresa de sucesso.

Vou expor algumas questões fundamentais para se poder fazer do agronegócio um negócio vencedor, via inovação tecnológica, via independência tecnológica. Nenhuma organização do mundo detém todo o conhecimento então, precisamos ter redes tecnológicas, redes importantes, clusters tecnológicos. Primeiro, precisamos que ter uma valorização muito grande da sociedade e do governo. Vale para todos os países, historicamente nos países abaixo da linha do Equador a valorização institucional de P&D, que não tem acontecido plenamente aqui no Brasil, de alguma maneira foi fortalecida (COHEN; FRANCO, 1998).

Precisamos do arcabouço legal moderno, neste semestre o Presidente Fernando Henrique Cardoso irá encaminhar a Lei de Inovação Tecnológica, coordenada pela equipe do MCT, para o Congresso Nacional. O país não tinha e, ainda não tem

uma Lei de Inovação Tecnológica (LOPES; BRANDÃO, 2000). Os norte-americanos fizeram essa Lei na virada do século passado. O Brasil ainda não tem modelo de gestão adequada, nem para P&D em organizações públicas, nem nas universidades. As regras da administração pública e o engessamento administrativo é o que predomina em todas as organizações.

Falta agilidade operacional para se transformar conhecimento científico em tecnologia e, falta também a ponte da tecnologia para inovação tecnológica das empresas. Então, não se tem um modelo de gestão adequada e não se têm engajamentos do setor privado.

Via de regra, o setor privado nacional acredita que fazer investimentos em ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e em inovação é função do Estado, do Governo, ou seja, função pública. Porém, não o é. Por exemplo, 95% das patentes da Coreia estão na mão da iniciativa privada, quem faz o desenvolvimento da ciência e inovação tecnológica dos EUA são as empresas privadas. Aqui no Brasil é o contrário, pois 90% da geração está no órgão público e não se consegue transformar conhecimento científico em inovação tecnológica, porque o empresário não tem essa visão.

Abordaremos, agora, quais seriam as medidas recomendáveis para o Brasil e para os outros países, para se ter de fato um agronegócio forte e competitivo, via inovação tecnológica (MARSDEN et al., 2000). O Governo, de um modo geral, necessitaria que ter uma idéia de comprar P&D, com planejamento de médio e longo prazo, com políticas públicas adequadas. Ele é indutor de projetos. É o que chamo de Governança Integrada em todos os níveis.

Via de regra, em nível de Governo Federal, temos P&D apenas na agricultura, no MCT e no Ministério da Saúde. Os demais Ministérios não aplicam dinheiro na inovação tecnológica ou aplicam muito pouco.

Os governos estaduais também investem pouco, hoje o Brasil tem pouco mais de um milhão de pesquisadores.

Acredito que as universidades brasileiras, me perdoem os reitores aqui presentes, não formam cientistas e engenheiros para as empresas privadas. O profissional que sai da universidade, da graduação, não está preparado para fazer uma inovação tecnológica nas empresas. Não se trabalhou um modelo mental do estudante e, em muitos casos, na pós-graduação também, pois ele poderia prestar serviço para a empresa privada fazendo inovação tecnológica.

O Brasil depositou na Organização Mundial, correspondente nos EUA, apenas 135 pedidos de patente de proteção industrial. A Coréia, por exemplo, colocou lá 3.500 pedidos. Dos pedidos brasileiros, 80% são de origem pública, já dos coreanos são 100% de órgãos privados. Essa é a diferença, então, acredito que a universidade deve realizar uma forte interação governo-empresa. Não dá mais para pensar que ensino brasileiro está dissociado da empresa, o ensino tem que estar dentro da empresa e a empresa têm que estar dentro da universidade. Não é fácil fazer isso, mas já está começando a acontecer. No Estado de São Paulo já temos alguns cursos de mestrado e alguns cursos de especialização bancados pelas empresas privadas, onde se coloca o estudante de pós-graduação, alguns com bolsa MBA e, com bolsas específicas de estudo. Quer dizer, o indivíduo já sai do mestrado com o emprego garantido, e o empregador, se quiser, já sinaliza em quais as áreas que ele quer inovação tecnológica, quais as áreas onde ele não é competitivo, onde ele precisa avançar.

As organizações de ensino e pesquisa no país, e são mais de 100 organizações de P&D, querem viabilizar as soluções tecnológicas integradas, pois ninguém domina todo o conhecimento e, temos que trabalhar em rede de pesquisa, temos que criar clusters tecnológicos em P&D.

Somente vamos oferecer soluções de competitividade para o agronegócio nacional se formos capazes de trabalhar em rede, em todos os níveis. A grande inovação tecnológica acontece nestes seminários e, se o empresário não estiver atento, terá muitos problemas. Vejo com pesar que tenham poucos empresários nesse plenário. Na realidade, esse tipo de encontro deveria ser destinado aos empresários ao invés dos acadêmicos.

Então, como já disse, precisamos ter uma visão de empresário. Em primeiro lugar e, vamos nos organizar aqui dentro para isso, são necessárias as Agendas Convergentes, isso vale para o Brasil, para o Uruguai etc. Por que não fazer Agendas Convergentes? No caso da ovelha, por exemplo, começou um pequeno núcleo no Rio Grande do Sul, ótimo, só que a Arábia Saudita consome 12 milhões de cabeças de cordeiros por ano, consome o dobro do rebanho do Rio Grande do Sul em um ano só.

Todo o mundo muçulmano não consome carne de boi, consome carne de ovinos e caprinos preferencialmente. Vejam, são 2.500.000.000 de pessoas no mundo muçulmano que comem carne de ovelha e de caprinos, não podemos esquecer de que se trata de um mercado rico. Vamos fazer Agendas Convergentes e vamos criar uma filosofia, vamos colocar um novo modelo mental, com a seguinte frase: “Melhor, mais cedo e mais barato”. Com isso nós vamos ganhar mercado.

Tratemos de outro assunto, extremamente importante: os Arranjos Produtivos Locais e a criação de Fundos Privados feitos pelos empresários para o fortalecimento das cadeias produtivas. Por exemplo, o Fundo Privado do Leite nos EUA, que arrecada uma pequena quantidade por litro comercializado, consegue por ano ter US\$ 170 milhões de dólares para a promoção comercial do leite.

De um modo geral, era isso que eu queria apresentar para todos. Muito obrigado e permanecemos ao dispor para eventuais esclarecimentos e ajudas.

Debates

Coordenação

Dr. Morvan Ferrugem¹

Pergunta: Sr. Raimundo Caminha, Banco Mundial - Escritório Recife

Alguém investigou ou existe alguma hipótese para explicar porque existe tanta oferta de crédito e os demandantes não estão atrás desse dinheiro público. Isto porque, às vezes do outro lado, eu vejo queixas de que não há crédito. Nessa linha, Dr. Dante, onde estaria o estrangulamento para não ocorrer este ajuste entre oferta e demanda?

Resposta: Dr. Dante Giacomelli Scolari

É uma boa pergunta. Nós estudamos muito este assunto junto ao Ministro Pratini no Conselho de Política Agrícola, algumas medidas foram tomadas. Primeiro, depende muito da linha de financiamento que aí está. Em algumas situações a limitação no valor a ser tomado pelo mutuário, pela pessoa que tomar o dinheiro, era relativamente pequeno, e como o agente financeiro exigia uma garantia real, o pretendo tomador não estava disposto a dar a propriedade em garantia para pegar uma quantidade pequena de recurso. Então, foi aumentado muito o limite por mutuário, e em alguns destes casos, como no caso do Pró-Pasto, em que a pretensão era dispor dois bilhões de reais para reformar a pastagem toda do país, ao aumentar o limite do mutuário, o dinheiro foi quase todo embora.

¹Reitor da URCAMP

Outro problema, é que para o mutuário de pequeno tamanho, é bastante arriscado colocar a hipoteca de sua propriedade para pegar um financiamento bancário para ser pago em seis, sete anos. E outras situações, ocorrem quando o mutuário não tem mais garantia para dar. Por exemplo, se pegarmos o caso deste Estado, onde existe uma quantidade grande de produtores que foram negociar a dívida e que não tem garantia adicional para novos empréstimos, isso acaba limitando também. Então, são várias as causas e, em algumas situações, a pessoa não pega o dinheiro porque não tem mentalidade empreendedora. O dinheiro para a ovinocaprinocultura é um dinheiro barato, em doze meses se tem o produto na mão para vender. Então, falta um pouco de organização e, também, a noção de organização do mercado. Às vezes o pessoal não está organizado, um mercado mais competitivo é um nicho de mercado

Palestras 3

Organização de arranjos produtivos locais a partir da metodologia de plataformas tecnológicas

Dra. Glória Beatriz Gama¹

Boa tarde a todos, gostaria de agradecer a organização do evento, ao Doutor Pereira e Doutor Belarmino, por nos terem trazido aqui para mostrar um pouco dessa ação que vem sendo implementada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Para contar um pouco das ações voltadas para a plataforma tecnológica, até entrar na questão de arranjos produtivos, separei um pouco a palestra, porque amanhã eu continuo com outra palestra chamada Projetos Cooperativos, dando ênfase a estrutura da plataforma tecnológica.

Vou contar um pouco da origem. Quando iniciou essa ação, e quero ressaltar alguns pontos que foram colocados aqui pela manhã: o Doutor Belarmino, falando sobre a diminuição de diferenças regionais, segundo o Dr. Dante em relação a cadeias produtivas e a processo de integração, o Deputado Adolfo Fetter Júnior que ressaltou a questão de problemas de definição de prioridades, e o Ministro José Luciano que ressaltou as diferenças que, são bem vindas, e as potencialidades e potencializar as diferenças.

¹*Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, Ministério de Ciência e Tecnologia.*

Então, com ênfase nisso, caracteriza-se um pouco do que tem sido feito na ação regional. Em 1996, no Ministério de Ciência e Tecnologia, eu estava no programa PADCT- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e o grupo desse programa de biotecnologia percebeu que ao final do mandato, da implementação dos recursos, sempre havia recurso para pesquisa tecnológica e pesquisa básica. Esse processo era diferenciado. O que acontecia no final do programa é que você acabava repassando os recursos da parte tecnológica para a pesquisa básica porque não havia demanda específica para isso. Então, o grupo pensou em uma estratégia de como trazer o setor produtivo para esse processo, em uma metodologia que pudesse chamar a atenção deles. Houve um projeto na época que se chamou Indução de Metodologia de Demanda Tecnológica, que foi a campo com três exercícios metodológicos: um na área de citros, que obteve grande avanço desde 1996, outro exercício na área de avicultura e outro na área da saúde e diagnóstico do câncer do colo do útero.

A estratégia daquela época era de como trazer o setor produtivo. Primeiro, porque ele não tinha conhecimento do que estava disponível pra ele; segundo, como proceder para trazê-los, sensibilizá-los, para eles descobrirem que aquilo não era mais um programa de governo, e sim uma estratégia da qual ele iria participar, da qual ele seria envolvido e, a partir disso, começar a trabalhar nas questões de planejamento e estratégias e, posteriormente, montar os projetos. Portanto, foram feitos esses três exercícios, e isso entrou como uma luva para o PADCT e, assim foi criado, então, o nome de Plataforma Tecnológica.

Em 1998, parte desse grupo montou o Programa de Agronegócio no CNPq, no qual implementaram várias ações de Plataformas Tecnológicas, inclusive, na maioria delas a Embrapa participou implementando a coordenação. O que acontecia após esse trabalho de levantamento nos grupos, era que tínhamos que elencar os projetos e concorrer nos editais.

Essa história toda foi contada, simplesmente, para ressaltar o avanço que isto gerou na ação regional. Foi criado, então, um programa no qual tínhamos que consolidar a ação regional baseada na estratégia das Plataformas Tecnológicas com um diferencial: ela é construída com planejamento participativo e, hoje, não há existência de um edital para isso, são projetos chamados de “Encomendados”.

Por que se criou, então, nessa estratégia do Ministro Sarderberger, uma articulação? Primeiro, as Secretarias de Ciência e Tecnologia solicitaram maior interlocução com o MCT e o Ministro então, montamos uma assessoria de regionalização das ações de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo era implementar um Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para o desenvolvimento regional e de sua efetiva implementação. Ele criou, então, uma equipe dentro do MCT onde existe um responsável para cada região para poder implementar uma agenda de pontos principais que poderiam ser discutidos com os Estados, e a participação de uma pessoa que pudesse levar os resultados aos Estados e explicar o que o MCT tem para negociar.

O objetivo maior foi, e ainda é, consolidar, formalizar e acompanhar as parcerias entre o Ministério de Ciência e Tecnologia, os Estados e os atores sociais locais voltados para o desenvolvimento regional, que visem o estabelecimento de sinergia entre as Políticas Públicas Federais para Ciência e Tecnologia com as Políticas Públicas Estaduais, ou seja, descentralizar algumas ações de Ciência e Tecnologia e interiorizar nos Estados.

Criou-se, então, com os fóruns de Ciência e Tecnologia, uma agenda em que existem ações de Secretarias do Ministério, bem como ações dentro de suas agências, que são o CNPq e a Finep.

Um dos itens principais são os Arranjos Produtivos Locais e as Cadeias Produtivas Regionais, cuja assessoria ficou responsável

por coordenar o processo. Primeiro, porque dentro de cada ação no Estado, para articular essa agenda regional, foram feitos convênios de cooperação técnica, então foi implementada uma ação de gestão, e para isso era preciso partir de um ponto, que assim como as Plataformas Tecnológicas faziam para solucionar um gargalo, começamos com os Arranjos Produtivos Locais, pois eles chamavam a atenção dos Estados para se promover o aumento do setor. A partir daí criou-se, então, com quase todos os Estados, esse convênio de cooperação técnica. Só resta o Distrito Federal, com o qual já se está assinando este mês e, ainda, o Estado do Tocantins. Todos para promover integração das ações regionais que foram destinadas para essa articulação.

Foi criado dentro de cada convênio de cooperação técnica um Comitê de Gestão de Ciência e Tecnologia no qual participam a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Federação de Indústrias e o Reitor da universidade local fazendo, então, um planejamento de como se dará esse processo da agenda regional.

Destaca-se, também, que quando passa o processo de plataforma vem o processo produtivo e nos deixa muito confortáveis, isto já foi dito em palestras anteriores, tanto na do Dr. Dante como na da Doutora Primavera. Portanto, vamos mostrar exatamente o que o MCT está fazendo em relação ao tema de “fazer a ação local”. Dentro do arranjo produtivo, o conceituamos como Michel Porter, ou seja, aglomerado significando agrupamento geograficamente concentrado em empresas inter-relacionadas e instituições correlatas em uma determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares.

Plataforma é uma metodologia, tanto pode ser aplicada em outras ações como dentro de uma metodologia que vai ajudar o arranjo produtivo a ter maior competitividade. Essa é a idéia, fazer uma interlocução local onde vamos viabilizar através de parcerias, identificações de necessidades tecnológicas dos produtores e das empresas, formação de parcerias para atendê-

las, induzir a demanda de projetos articulados e cooperativos e definir uma agenda de Ciência e Tecnologia.

O que nós chamamos de Plataforma Tecnológica, não enfatiza só a parte tecnológica, uma vez que ela agrupa todos os elementos da cadeia produtiva, e aí se chama a atenção para a visão sistêmica que o Dr. Dante comentou, é justamente para provocar isso e ver quais são os gargalos e entraves tecnológicos, ou não, que precisamos atacar e solucionar para dar maior competitividade àquela cadeia.

É como se estivéssemos fazendo um planejamento participativo, no qual vamos descobrir o que são ações tecnológicas e o que não são. Estamos envolvendo as pessoas, deixando-as responsáveis, porque dentro do trabalho forma-se um grupo executivo, um grupo gestor, uma câmara técnica que vai efetuar as ações. O envolvimento da parte de Ciência e Tecnologia é vital para esse processo porque só as ações não irão responder a alavancagem, existe todo um processo de governança, de liderança, tudo isso para dar uma maior competitividade. Portanto, nesse trabalho que estamos efetuando em todo o Brasil, existem pessoas como eu, que cuido de parte da região Centro-Oeste, e ainda faço alguns processos de gestão em toda essa região.

A idéia principal é de articular as ações com os estados através dos programas. O programa trabalha muito a questão da cooperação, não somente a cooperação do MCT, pois quando tratamos da questão de Plataforma Tecnológica envolvemos o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio (MDIC), através dos Fóruns de Competitividade, já que eles também tem interesse, pois os Fóruns são nacionais, mas a atuação é local.

O MI vem implementando os pólos dinâmicos, o Ministério da Agricultura (MA) já fez algumas ações de plataformas conosco, como nos temas de fruticultura e, também, da parte da aqüicultura. Não é um planejamento do Ministério da Ciência e

Tecnologia, é uma provocação do próprio setor, simplesmente só se estimula o processo, porque o governo passa mas, fica ali aquele grupo que vai continuar discutindo, implementando as ações que foram colocadas como estratégias para a solução dos gargalos. Então, esse seria o plano que fizemos para o desenvolvimento regional.

Tratemos um pouco do sistema de indução, para trazer o segmento científico e o segmento produtivo empresarial através dessa metodologia, para implementar a cooperação. Quando temos alguns de nossos parceiros para essa ação regional, temos o próprio MCT, existe a introdução da lógica regional e as possibilidades de formação de parceria com os Estados. O BASA - Banco da Amazônia regional e o Banco do Nordeste também participam e se constituem em estratégia para a solução que vem sendo implementada nas Plataformas Tecnológicas, pois o risco deles diminui quando atuam em projetos desse nível, porque estarão refletindo o desejo da cadeia produtiva, o que for definido naquele planejamento é o que realmente será necessário fazer.

Então, o BASA apoiou na Região Norte para fazer toda essa articulação e estamos sendo apoiados até hoje. Quem gerencia os recursos é a ABIPT, que tem agora a oportunidade de apoiar a sua missão como entidade de representação política e de articulação institucional do segmento de pesquisa tecnológica, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Tudo isso que vem sendo feito é um processo de gestão diferente, visto que a articulação que o BASA está promovendo permite a contratação de Especialistas da própria região, o qual pode fazer o trabalho de articulação, quer dizer o desenvolvimento da cadeia produtiva. Assim, se consegue ter o interlocutor do próprio local, que é a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Então, agrupam-se todos os elementos chave para se estabelecer o processo com o mínimo de recurso.

Onde são feitas essas reuniões? Nos locais e, aí se destaca a vantagem importante, porque o tecido da cadeia produtiva está em alguma região, então vamos ao local, analisamos com o produtor, passamos a visão estratégica, passamos a questão da visão sistêmica e, então, ele passa a entender um pouco mais do processo. Quando se implementa uma ação de Ciência e Tecnologia vai se produzindo, no local, estrutura de maior competitividade.

As cadeias são diferenciadas porque são locais, precisamos ver as diferenças de Estado para Estado, o que precisa melhorar. Envolve-se quase sempre, com questões políticas e, assim, quando bem administrado, isto pode se integrar no processo de coordenação daquela cadeia, dentro de uma gestão estratégica. A importância do território, a importância das aglomerações econômicas em determinados espaços territoriais, a importância dos processos locais de aprendizagem etc., permitem que aquele indivíduo, que não conhecia a tecnologia do vizinho, comece a se integrar e, então, comece a haver interlocução e, assim, difusão tecnológica.

Além do processo, a ABIPT está promovendo cursos de elaboração de projetos para capacitação de pessoal para alavancagem. Dentro de cada Estado o MCT deixou capacitação para três ou quatro ações de arranjos produtivos. No ano passado foram contratados 25 milhões em projetos surgidos destas iniciativas. Então, pode-se ver a ação tendo seqüência até o final, com cerca de quatro ações por Estado.

A importância da análise centrada, não na empresa individual, mas nas relações entre elas, a boa convivência, a competitividade da cadeia local etc., é o que é necessário fazer.

A proposta de trabalho é avaliar por meio de um diagnóstico o que precisa ser feito e o que pode ser feito via Plataforma Tecnológica. Solicitamos, também, um roteiro do qual irá surgir um fluxograma de características úteis, em que se observa que tipo de implementação de ação de plataforma realizamos.

Dentro da plataforma também se produzem técnicas de grupo e, com isso, se avalia qual é o grau de organização que vai ser dado para a cadeia produtiva.

Buscamos estimular a interação e a sinergia entre os diversos atores locais, possibilitando a aproximação entre os conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos por meio da câmara técnica, pois, a deixamos instituída para servirem de embriões de entidades as quais darão seqüência as ações. Objetiva-se, com isso, contribuir para ampliar as formas de competitividade das empresas envolvidas nos APLs, com um sólido plano de ação, quer dizer, avalia-se por meio de diagnóstico e, através de planos, outras ações, sendo que depois se aplicam as estratégias conjuntas.

Também, se quer implementar a gestão participativa e compartilhada, com instâncias e processos de gestão, utilizar estratégia a atuação nas fases de estímulo à formulação e de implementação dos projetos dentro dos processos de Plataformas Tecnológicas.

O diagnóstico sempre vai explicitar uma estrutura produtiva e de mercado, enfatizando as relações econômicas e técnicas ao longo da cadeia produtiva, caracterizando a estrutura produtiva e de serviços, além de mostrar a densidade da cadeia, do local e as formas de inserção, inclusive no mercado externo.

Sobre capacitação, o diagnóstico deverá analisar um grau de confiança entre os agentes, identificar o fluxo da informação, os processos de geração, adaptação e difusão tecnológica, além da infra-estrutura de capacitação.

A questão da governança no diagnóstico vai apontar as formas de coordenação da estrutura produtiva das instituições de pesquisa e capacitação e, a coordenação geral do processo. Tudo isso vai nos mostrar que tipo de ação que deverá ser feita.

Vamos identificar os agentes econômicos locais, externos e os de maior poder de influência, lembrando sempre que estamos

trabalhando com o tema de desenvolvimento regional, pois as realidades mudam muito de região para região.

Inventariar a infra-estrutura educacional e tecnológica do local e a externa, a capacidade de melhor contribuir para o aumento da competitividade do arranjo e as instituições relacionadas ou não ao sistema produtivo, capazes de mediar relações de poder entre atores locais e destes com os atores externos.

Quem participa das reuniões técnicas? As lideranças locais, empresários relacionados aos diversos elos da cadeia produtiva, instituições de pesquisa e capacitação que melhor vem interagindo com os atores da produção local, instituições públicas e privadas de fomento, além de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, todas consideradas como embriões de entidades de gestão capazes de facilitar o fluxo de conhecimentos, idéias e aprendizagem.

Qual é o objetivo desse plano de ação? Orientar as ações estratégicas de estímulo ao desenvolvimento dos APLs. As ações podem ser de aprofundamento, de especialização e graduar o *upgrade*, de diversificação produtiva de produtos, podem estar focadas na consolidação, ampliação de estruturas locais existentes, na intensificação das interações, entre os atores, etc.

Como se dá a entrada de projetos dentro do MCT, dentro da ação dos Arranjos Produtivos Locais? O Comitê de Gestão Regional / Estadual que está formado na Região Sul vai apresentar para o Ministério a demanda de um roteiro, uma caracterização do Arranjo Produtivo Local. Neste roteiro estarão as relações do setor produtivo, o que o APL influi na economia do Estado, ademais uma caracterização para se ver qual é o grau de organização do arranjo.

Depois, o Grupo de Gestão Compartilhada, composto pelo MCT, CNPq, FINEP e os bancos envolvidos ou outros parceiros, deverão avaliar o roteiro e ver se isso é um arranjo produtivo ou não, para depois dar um enquadramento. Na seqüência, é

encaminhado para a Secretaria via Câmara Técnica. Esta etapa foi criada para evitar os projetos que não tivessem pertinência com toda a gestão do processo produtivo, pois quando se está envolvido com o grupo é possível saber se aquele projeto tem aderência à cadeia produtiva ou não.

Assim, a assinatura da câmara técnica passa a se constituir em uma demanda encomendada. Este é um processo muito sério porque vem como recomendado e não entra via edital. Esse projeto, então, é avaliado. Caso ele não esteja bem adequado, volta para ser reformulado até que ganhe estrutura para que possa ser considerado plenamente um projeto recomendado.

Ato contínuo, a proposta entra na fase de apreciação das agências (CNPq e FINEP) e o projeto é aprovado, com uma dotação de recursos dentro do Fundo Verde e Amarelo para esses programas de arranjo produtivo. Então, todas essas etapas de análise servem para se levar as estratégias de soluções de gargalos produtivos das cadeias, as quais foram priorizadas pelos Estados como uma demanda encomendada. Não se justificaria uma demanda ser levada depois de uma articulação com todo o Estado, com todos os elementos da cadeia produtiva envolvida, para um edital público.

Esse foi um avanço que tivemos desde 1996 até os dias de hoje. Isso quer dizer que já se teve um processo de gestão direcionada para a alavancagem da competitividade das cadeias produtivas.

A definição dos arranjos prioritários pelo Comitê Gestor do Estado, com foco no produto ou no serviço macro-territorial, observado nas aglomerações produtivas e as consistências das interações entre os agentes, é o processo de gestão dos APLs. A designação das Câmaras Técnicas de Arranjos e a elaboração de Câmaras Técnicas de Planejamento de cada arranjo, com a participação dos atores envolvidos. É um processo de articulação e cooperação nas cadeias produtivas.

Como está a situação dentro dessa ação regional e nacional? Tínhamos uma meta de 100 ações de plataformas, conseguimos até esse mês (agosto de 2002), cumprir 81 ações, o que é um grande avanço, uma vez que você tem equipes nacionais implementando ações de estratégias, reunidos com produtores e com universidades, levantando as demandas necessárias para o desenvolvimento das cadeias produtivas. Logo, seria um pouco do trabalho regional que o MCT vem desenvolvendo.

Chamamos a atenção para os projetos que foram implementados dentro da ação regional, dentro do Fundo Verde Amarelo de arranjos produtivos.

Dentro das ações de móveis e artefatos em Santa Catarina tiveram uma demanda de quatro projetos e foram implementados em apenas um projeto, no qual incluíram, então, essas quatro ações do arranjo produtivo local de madeira e móveis de SC.

Na ação do arranjo produtivo do Nordeste, aprovamos uma proposta de teste, melhoria na qualidade de fibras e fios do algodão.

No Rio Grande do Sul foram implementadas propostas dentro do arranjo de autopeças, gestão dinâmica da cadeia automotiva gaúcha, dentro de quatro ações demandadas. O setor coureiro-calçadista é outro arranjo aprovado, com um programa de capacitação ambiental de organizações de Novo Hamburgo e região. O arranjo de máquinas e implementos agrícolas não teve implementado o projeto e, foram apoiados dois projetos suporte, o Centro de Excelência de Tecnologia Avançada do RS e o Pólo de Saúde, considerado um aglomerado baseado em conhecimento para um arranjo local de produção inovador.

No Paraná, para a indústria de alimentos foram apoiadas as ações da DETEC, a implantação da Londrina Tecnópolis e da cadeia produtiva de fornecedores da indústria automobilística, com o objetivo de estabelecer o Programa Brasileiro de Formação em Motores e Combustível. O valor solicitado em

2000 é de R\$ 6.253.458,00, o valor solicitado para a Região Sul em 2002 é de R\$ 479.977,00. Esse, então, é um trabalho de ação regional do Ministério de Ciência e Tecnologia com suas agências FINEP e CNPq.

O profissional responsável pela Região Sul é o Dr. Gilberto Vernet, que trabalha para solucionar qualquer dúvida em relação aos projetos e de como se estabelece a articulação.

Debates

Coordenação

Dr. Paulo Sarkis

Pergunta: Dr. Luiz Clovis Belarmino, Embrapa Clima Temperado

Esses valores que foram apresentados na fase final de sua palestra, são valores atualizados, essa solicitação pequena, nesse ano, não tem a ver com a dotação que tenha sido abortada?

Resposta: Doutora Glória Beatriz Gama

Esse valor pequeno, em relação ao todo, foi estipulado porque havia um projeto que estava com demanda retida, que era o de Malalocultura, que foi implementado agora no dia 5 de junho. Temos aqui o representante da FINEP, o Dr. André Cabral, qualquer dúvida sobre a contratação ele é a pessoa indicada para responder.

¹ Reitor da UFSM.

Mesa Redonda

Projetos de desenvolvimento

Dra. Francisco Barros Coelho¹

A PUC, Campus de Uruguaiana, situada na região da Fronteira-Oeste, vizinha da Argentina e do Uruguai, onde temos uma estrutura organizacional um pouco diferenciada das universidades, lá o que seria um Reitor é uma direção geral e as pró-reitorias são representadas por coordenadores, onde nós temos quatro unidades acadêmicas: a FAFIUR, que é a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; o curso das ciências agrárias, que tem um Curso de Zootecnia, Curso de Veterinária e um Curso de Agronomia; a Faculdade de Administração, Economia e Informática; e, mais recentemente criada, a Faculdade de Direito. Neste momento estamos num processo de ampliação do Campus e, provavelmente, para o ano de 2003, teremos alguns novos cursos, inclusive na área de pós-graduação.

Temos uma relação institucional com entidades organizadas, na qual estamos fazendo com que seja bem mais intensa com a região, principalmente com as prefeituras e algumas empresas. Temos o Pólo de Tecnologia com três áreas: a principal, é com relação ao leite, onde temos dentro do Campus desde a produção até a indústria, com a possibilidade de produzirmos queijos finos e com a introdução de ovinos leiteiros para a produção de queijo, também, com instrução de um técnico vindo da França.

¹ PUC - Uruguaiana, RS.

Estamos iniciando esse ano, um diagnóstico socioeconômico da Região, com a participação de vários órgãos, principalmente as prefeituras, Banrisul e Assil Distribuidora, os organismos de associações de classe e de produtores de alguns desses municípios, todos empenhados em não só fazermos o diagnóstico, mas também deixarmos dentro da instituição um banco de dados que congregue os 13 municípios que compõem esta Região, que é a mesma da Associação dos Municípios da Fronteira-Oeste do RS. Então, é uma satisfação participar com os colegas, doutores Amaral Cabral e João de Alcântara e coordenar a palestra do Dr. Cabral da FINEP.

Fundos Setoriais

Dr. André Cabral¹

Essa apresentação vai ser dividida em três pontos, fazendo um histórico do que já aconteceu em outros Fundos Setoriais que a FINEP vem trabalhando, depois apontaríamos a questão do Fundo Setorial de Agronegócios, que ainda não está em operacionalização, e as perspectivas para este ano dos fundos setoriais, em especial o do agronegócio.

Dos fundos setoriais, acho que todos já ouviram falar, hoje a FINEP é considerada uma agência de inovação, fazendo projetos de pesquisa e desenvolvimento, tendo os fundos setoriais como instrumentos para que ela desenvolva todo esse trabalho de apoio a ciência e Tecnologia nos mais diversos setores da economia. No ano de 2001 foram 868 projetos aprovados, no valor de 512 milhões, sendo desembolsados 323 milhões. Nesses fundos, foram aprovados: CT PÉTRO, CT INFRA, O VERDE AMARELO, sendo que o VERDE AMARELO e CT INFRA não têm características setoriais, eles perpassam por todos os setores da economia. O CT NERG, o CT MINERAL e o CT HIDRO já estão em operacionalização, começaram

¹ FINEP, Rio de Janeiro, RJ.

outros recentemente e, existem alguns que só estão na SOFI, aguardando a aprovação do orçamento. O CT PETRO foi o primeiro fundo em execução, vem trabalhando com carta convite nas empresas da cadeia produtiva, formação de redes regionais de pesquisas norte-nordeste, pólo de inovação, que seria a criação de novas empresas de base tecnológica e a fixação de doutores, nele já foram aprovados 649 projetos com 116 milhões de desembolso.

O CT INFRA, destaque de 2001, foi o estímulo ao esforço de planejamento estratégico. Dentro da atividade de pesquisas observou-se que as instituições de pesquisa não pararam graças ao idealismo de muitos pesquisadores e de quem coordenava essas instituições, porque nós, que acompanhávamos os projetos e as instituições, percebemos que, às vezes, os projetos de pesquisa não paravam no meio de seu desenvolvimento porque os pesquisadores colocavam até recursos próprios. Então você acompanhava a situação de laboratórios serem totalmente destruídos com o tempo, pois não havia uma manutenção e, conseqüentemente, houve uma demanda muito grande nesse fundo, porque é basicamente para a infra-estrutura dos projetos. Houve um edital que foi para uso racional de energia elétrica e de fontes alternativas e, muito embora tenha acontecido em 2001, quando eu estava elaborando esta palestra, procurei conversar com todos os coordenadores para buscar informações mais recentes. O CT INFRA informou que esse edital, embora, já tenha sido aprovado e os projetos estejam em contratação, não foi liberado nenhum projeto por falta de recurso, o governo com essa questão de dificuldade financeira não está repassando o dinheiro. Foram 98 projetos num total de 157 milhões.

No VERDE AMARELO, os três eixos foram a questão dos fatores sistêmicos para inovação, recursos humanos, tecnologia de gestão, tecnologia industrial básica e estudo dos eventos, cooperação para inovação e a parte de empreendedorismo. Foram 232 projetos em contratação, 192 milhões no total, já foram desembolsados 57 milhões. O CT NERG, ações

cooperativas envolvendo atores públicos e privados, em todo o país, projetos contemplando praticamente todas as fontes de energia mais conhecidas, início da estruturação de uma rede de pesquisa para turbina a gás, que ainda está em discussão dentro do Ministério de Ciências e Tecnologia. O coordenador colocou que essa é uma discussão que está rendendo muito, mas que pretende fornecer um protocolo para que seja feita essa rede de pesquisa para a turbina a gás. Foram 31 projetos, 69 milhões e, desembolsados 52 milhões.

O FUNTEL não segue necessariamente as mesmas regras dos outros fundos, então ele não precisa trabalhar através de edital como os demais. Ele pode trabalhar com demanda espontânea de projetos que apareçam e, basicamente, ele está tratando da demanda das próprias empresas de telecomunicações. O destaque que foi colocado, procurou-se a inovação tecnológica em telecomunicações, acesso aos capitais das pequenas e médias empresas de telecomunicações e a capacitação de recursos humanos em tecnologia e pesquisa no setor.

O CT MINERAL é um fundo que exige um orçamento muito pequeno, em torno de 3,5 milhões. Ele, muito embora já esteja em operacionalização, não foi lançado em nenhum edital. Mas foi, basicamente, uma encomenda entre os órgãos do Ministério de Ciência e Tecnologia de uma carteira que já existia, e eles contemplaram os projetos, portanto, está em execução. O destaque foi a pesquisa técnica científica de suporte à descoberta de depósitos de minerais na Amazônia e a difusão de tecnologia intermediária a pequenas e médias empresas. Foram 25 projetos, de 5,6 milhões, e desembolso de 2,3 milhões de reais.

O CT HIDRO, estudo de projetos voltados ao gerenciamento de recursos hídricos, conservação do meio urbano e formação de recursos humanos na área de gerenciamento. Aqui, cabe uma observação, que existe dentro do fundo do agronegócio, nos desafios estratégicos, a questão da água na agricultura, porque foi uma queixa que a comunidade científica colocou,

que o CT HIDRO não tinha essa visão, da utilização da água no agronegócio e estava tratando muito da parte urbana. Então, nós, felizmente, numa proposta de diretrizes do fundo de agronegócio, estamos contemplando esta parte. Foram 123 projetos, 23,701 milhões de reais e, desembolsados 20 milhões.

A FINEP teve a aprovação do Ministro recentemente no Fórum de Inovação que aconteceu em São Paulo, da nova política operacional, que pode ser encontrada na página da Internet. Hoje, a FINEP está trabalhando com algumas diretrizes privilegiadas, que servem para promover o surgimento e adoção de iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico, apoiado em bases; sustentar o ponto de vista econômico, social e ambiental; promover a cooperação entre organizações públicas e privadas, visando o avanço do conhecimento; contribuir para ampliar o investimento privado e inovações no país; promover a excelência das organizações públicas e privadas de pesquisas; contribuir para identificar prioridades e oportunidades de ações que impulsionam o desenvolvimento do país, essa nova política operacional, foi dividida em três segmentos: nos agentes governamentais, que seriam o Ministério e as instituições ligadas a ele; outros órgãos do Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais; os executores de ações e programas, que hoje, como a FINEP trabalham em um sistema de rede. O corte setorial só existe no planejamento através das coordenações, que são as coordenações dos fundos setoriais e, operacionalmente você trabalha com um tipo de cliente, vamos dizer empresas líderes e as cadeias, e existe a parte de arranjos produtivos locais que hoje mudou, está tendo um outro nome, e a parte das empresas emergentes. Portanto, os executores das ações estão se colocando dentro da política operacional, mais ou menos dentro do corte que hoje a FINEP tem nos seus departamentos e, além disso, tem colaboradores, agências de fomento nacionais e internacionais, banco de desenvolvimento, fundações de amparo a pesquisa, e sistema CNI, sistemas SEBRAE, organizações setoriais de apoio técnico, gerencial e comercial.

Os eixos de atuação são: execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento e de programas de desenvolvimento tecnológico de grandes empresas e de empresas líderes; elaboração e execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento e de programas de desenvolvimento tecnológico de micro, pequenas e médias empresas; elaboração e execução de projetos de P & D de empresas brasileiras em cooperação com parceiros internacionais e, isso existe até nos programas específicos tipo “IBEROÉKA”, onde existe cooperação com o governo da Espanha; adensamento tecnológico e dinamização das cadeias produtivas de grandes empresas; criação e fortalecimento de infra-estruturas nacionais e regionais; capacitação, desenvolvimento, difusão e cooperação tecnológicas; desenvolvimento de projetos cooperativos regionais; desenvolvimento tecnológico e inovação; transferência de tecnologia entre empresas ou entre instituições de pesquisas às empresas; criação, capitalização e desenvolvimento de empresas de bases tecnológicas, que seriam àquelas que tenham em sua inovação tecnológica os fundamentos de sua estratégia competitiva. Na nova política operacional existem itens para que a empresa possa ser considerada de base tecnológica, teremos que atender a no mínimo dois itens daqueles.

Desenvolvimento e consolidação de estruturas de oferta de capital para empresas emergentes, se diferenciam pelas perspectivas de crescimento acelerado, 25% ao ano em bases tecnológicas. Esses são alguns dos fatores que eles consideram para que a empresa seja emergente. Concepção, planejamento e aumento de rede de pesquisas, consorciada básica e pré-competitiva, assim como projetos institucionais com vista à cultura e à cooperação. Capacitação, aperfeiçoamento e planejamento da gestão de universidades, organizações públicas e privadas de pesquisas, expansão e modernização da infra-estrutura, pública e privada, de pesquisa, geração e aplicação de conhecimento e tecnologia para subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas e programas governamentais na área.

Formas de operação: a FINEP hoje vem trabalhando através das chamadas públicas, que são os editais lançados para os fundos setoriais, fomento direto a empresas e instituições de pesquisa e extensão, estruturar, segundo orientações políticas setoriais, regionais e de comércio exterior, demanda espontânea para capacitação tecnológica de empresas e instituições públicas e privadas, encomendas de estudos e projetos de desenvolvimento tecnológico relacionado a políticas governamentais.

Operações candidatas ao apoio: projetos de desenvolvimento tecnológico de processo, de produto e de serviço. Trabalha com a parte de PDTI, PDTA e todas as atividades complementares indispensáveis a preparação e implementação. Os esforços continuaram na atividade de inovação, seria a parte de tecnologia industrial básica e estudos de viabilidade técnica e econômica, engenharia consultiva, proteção da propriedade intelectual, certificação e comercialização, projetos de inovação organizacional, cabe aqui uma observação que o Dr. Antônio Barreto de Castro fez, diz ele que hoje a inovação não deve ser só de produtos e de processos, agora para conseguirmos um ganho competitivo, temos que observar todos os fatores que existem na “curva sorriso”. Assim, pegamos essa parte da inovação organizacional, onde temos a parte de marketing, etc.

Projetos de desenvolvimento de mercado em esforço ao processo de inovação, projeto de engenharia rotineira e logística que complementam e sustentam os processos inovativos e formação de redes de pesquisas e outros arranjos coletivos para inovação. Plano de negócio para criação, crescimento e consolidação de empresas com base tecnológica, estudos para estruturação de políticas governamentais, eventos e seminários com temas voltados ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas de inovação.

Os instrumentos de financiamento padrão que são TJLP mais o *SPREAD*, com cláusula de equalização estipulada pelo decreto 4195 em taxa de juros de 2 a 6%. Financiamento com

retorno variável, que é o crédito à empresa, com condições de pagamento vinculado a resultados e subvenção econômica concedida à empresas selecionadas, dentre as que possuem PDTI ou PDTA. Apoio financeiro não reembolsável, que são aqueles concedidos a todas as instituições sem fins lucrativos como as universidades, a Embrapa, aporte de capital, capitalização de fundos de investimentos e de empresas de base tecnológica, instrumentos de garantia de liquidez para investidores, concedido em acordo com a legislação específica sobre a matéria. E, a parte dos incentivos fiscais concedidos nos moldes da lei 8661 às empresas que possuem PDTI aprovados.

Os critérios gerais de seleção são o mérito intrínseco da proposta de promover a inovação segundo as diretrizes estratégicas e o eixo operacional anteriormente descrito, e segundo critérios estabelecidos, o mérito relativo à proposta frente as demais propostas apresentadas, no caso do processo competitivo que está se falando quando se abre o edital para avaliação dos projetos e a sustentabilidade econômica e financeira do proponente, isso quando se trata de um projeto com retorno, no qual nós temos que fazer toda a análise retrospectiva, pegando a parte de balança e a parte prospectiva, onde analisamos fluxo de caixa, e se o fluxo de caixa com aqueles indicadores que apresentaram realmente conseguiriam ser alcançados com o projeto que está sendo desenvolvido.

Fundos de Agronegócios

Dr. André Cabral¹

O fundo de agronegócio foi aprovado em dezembro de 2001, através da Lei 10332, foi regulamentado em 12/03 através de Projeto 4157. Ele conta com 17,5% da contribuição do domínio econômico conforme a Lei. As estimativas são de 70 milhões ao ano, uma quantia considerável de recursos, mas que em minha opinião é pouco, pois quando tomamos o agronegócio, não só em termos de participação na população economicamente ativa ou no PIB, mas sim quando você pega o número de instituições e pesquisadores envolvidos na atividade. No documento de diretrizes que elaboramos, fizemos um capítulo somente abordando sobre o sistema nacional de pesquisa agropecuária e, quando o número é observado, se vê que esse recurso é insuficiente. Dessa forma então ele terá que ser muito bem utilizado, muito bem dividido, para que não haja uma concentração em temas, principalmente em instituições. Isso é uma preocupação que eu tenho e expresso a todo o momento.

Na minha concepção, o ponto principal desse fundo é a formação desse comitê. As pessoas que vão estar ali, as pessoas que vão ditar, vão dizer as prioridades, as aplicações dos recursos etc. As instituições que têm interesse em se fazer representar, que mandem os nomes e que lutem para colocar pessoas nesse comitê gestor, para que não haja justamente uma questão de monopolização desse comitê. Para que algumas instituições com força não cheguem apenas através do acadêmico científico, do setor industrial, comecem a fazer nome para colocar a pessoa, que passe o fundo agronegócios a ser utilizado como instrumento de complementação de orçamento daquela instituição.

Quando começamos a história desse documento, que surgiu em novembro de 2001, enviamos uma proposta para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Quando encaminhamos

¹ FINEP, Rio de Janeiro, RJ.

essa proposta, ouvimos vários membros da comunidade científica e, através do conhecimento que temos, identificamos algumas cadeias que deveriam ser priorizadas e alguns temas que deveriam ser contemplados. Quando encaminhamos esse documento, surgiu a discussão de que não deveríamos trabalhar com cadeias produtivas, mas com grandes temas. Em dezembro de 2001 fizemos uma reunião no Rio de Janeiro onde colocamos pessoas da ABAG, ABIA, APECS, COMUNIDADE CIENTÍFICA, e também pessoas do Ministério de Ciência e Tecnologia, CGE, FINEP, CNPq, tudo isso para discutir uma das versões desse documento. Desde então começou a discussão, já com os atores do agronegócio, e dando oportunidade que todos expressassem o seu sentimento, o seu ponto de vista e, então, chegassem a um documento que externalizasse o sentimento do setor.

Dentro dos desafios, ficou a parte de sanidade agropecuária e segurança do alimento. Esses desafios estão apresentados como resultados da reunião que aconteceu em Brasília. Essa reunião ocorreu dia 25 de julho e nós colocamos 47 pessoas formadoras de opinião do agronegócio nacional que estavam envolvidos desde os segmentos públicos até o segmento privado, então tínhamos pessoas da ABG, ABIA, das OEFAS, a Embrapa com 8 pesquisadores etc. Com base no trabalho dos grupos, ficaram esses desafios estratégicos: parte de sanidade agropecuária e segurança do alimento, esse é o grande desafio; o acesso aos mercados, onde você trabalharia com barreiras técnicas, sanitárias, incentivo e apoio a novas técnicas, novas tecnologias de produto; processo e gestão; aperfeiçoamento das técnicas de sensoriamento remoto; métodos de colheita, armazenagem e conservação. Atividades produtivas de pequeno porte, desenvolvimento de alternativas tecnológicas adaptadas a escalas e possibilidade de produção de pequeno porte, agronegócio e energia, agronegócio e uso racional da água, a produção orgânica de alimentos, porque estão como um desafio? Isto é um mercado, é uma tecnologia que tem uns nichos muito grandes de exploração e crescimento, que merece atenção especial. Hoje, quando se fala em agregação de valores

aos produtos, você sai da descomoditização e passa para a agregação de valor, a parte de agricultura orgânica, a produção orgânica de alimentos com certeza é um desafio que tem um potencial muito grande de crescimento.

Foram dadas 14 diretrizes: contribuir no fortalecimento da estrutura de ciências, tecnologia e inovação; incentivar a criação e consolidação de sistemas de informação; incentivar a adoção de técnicas que visem a agregação de valor; tábio voltado para o agronegócio; a qualificação em recursos humanos; projetos cooperativos entre instituição de ensino e pesquisa com o setor produtivo. A FINEP incentiva muito esta forma de operação, ela tem o interesse de que a pesquisa seja desenvolvida pelas instituições de pesquisa, e que sejam realmente de interesse daqueles usuários; para nós seria o capital privado, às empresas em si. O desenvolvimento e consolidação de empresas e bases tecnológicas, estudos sobre novas formas organizacionais e institucionais do agronegócio, incentivar a adoção de técnicas e estratégias que visem a inserção brasileira em redes internacionais, discussão que ganha muito corpo no processo de formação da ALCA, e de todos esses blocos econômicos, e toda a parte de comércio internacional. Quando você começa a rever as regras da OMC, observa que o negociador brasileiro nunca tem um respaldo, nunca tem um conhecimento suficiente para sentar à mesa com os negociadores internacionais.

Existe a necessidade de se fazer um levantamento de quais são as deficiências do País com quem vamos trabalhar, ter determinados papéis que apóiem e dêem suporte a esses negociadores. Projetos de formatação de redes técnicas neste porte na OMC, apoio a realização de estudos prospectivos, apoiar um programa de capacitação para a formação de recursos humanos estratégicos para o agronegócio, apoiar programas para o estabelecimento de modelos de planejamento fundamentados na logística, apoiar ações de prospecção tecnológica no exterior por meios de observatórios internacionais e missões técnicas, foram sugestões dadas pela Embrapa.

Ao todo são 14 fundos, sendo que 13 já estão regulamentados, com exceção do fundo de transporte. Aconteceu a regulamentação do novo VERDE AMARELO, através dele que se conseguiu recursos para os fundos de biotecnologia, da saúde, da inovação e do agronegócio. A criação de novos instrumentos, que seriam a equalização, a subvenção, os fundos de risco e garantia (este é um panorama da FINEP). O orçamento inicial previsto é de 743 milhões, estão comprometidos 350 milhões de reais e novos comprometimentos abrangem mais 393 milhões.

O fundo VERDE AMARELO tem como perspectiva implementar uma carta convite; um edital de TIB (Tecnologia Industrial Básica), que já saiu; um edital de partes tecnológicas; uma encomenda de TIB uma encomenda de empreendedorismo; encomendas “*sof tec*”; um edital de projetos cooperativos; apoio direto à inovação; fórum de inovação; encomenda de arranjos produtivos locais e incubadores.

O Fundo de Energia tem a intenção de implantar uma carta convite, um fórum de inovação e a encomenda da rede turbina à gás. Petróleo e gás implementariam uma carta convite, um fórum de inovação e um apoio direto à inovação.

O de telecomunicações, a inovação e empresa, já estão saindo projetos cooperativos e de capacitação de recursos humanos. O Fórum de Informática seria o Fórum de Inovação, grupos emergentes, capacitação de recursos humanos e empresas e, grupos de excelência.

O de recursos hídricos, uma carta convite, um edital de gerenciamento de recursos hídricos, gerenciamento urbano de recursos hídricos, estudos perspectivos e encomenda de sustentabilidade ao semi-árido.

O de infra-estrutura, mais um edital institucional e edital de infra-estrutura de uso compartilhado, de valor ainda não definido, não se têm perspectivas de quando este edital será lançado.

Os fundos que estão em preparação são o aeronáutico, saúde, biotecnologia, agronegócio, transporte, mineral e espacial. E o agronegócio, é o que estamos colocando para vocês, pois esta proposta de diretrizes está praticamente elaborada, depois dessa reunião que aconteceu em Brasília. Estas propostas deverão ser entregues ao Sr. Maurício Mendonça, que é o responsável pelo Ministério que fica abaixo do Ministério do Sr. Pacheco, que é o Secretário Executivo, para que esta proposta seja apresentada ao Comitê Gestor do Fundo de Agronegócio. O Comitê pode acatar o que está sendo proposto, como também pode não concordar com nada. Mas dentro do agronegócio, achamos que a discussão do documento tem sido feita de uma forma bem democrática, procurando envolver os maiores interessados e os maiores clientes do setor, para que, justamente nós, tenhamos um fundo isento de qualquer vontade pessoal dos participantes da elaboração desse documento.

Metodologia de Agropólos

Dr. João Falcão¹

Falamos bastante sobre agronegócio, sobre como trabalhar essa questão e também sobre o desenvolvimento regional. A metodologia dos agropólos trabalha no desenvolvimento regional. É uma metodologia que trabalha a questão do desenvolvimento regional e contempla o desenvolvimento do agronegócio, isto é, trabalha nas cadeias produtivas. O objetivo é a competitividade dos produtos agroindustriais, dos produtos do agronegócio, se busca alcançar dentro desta metodologia, através da organização das cadeias produtivas e da gestão e inovação tecnológica. Portanto, estes são os dois pontos fundamentais, uma organização e a gestão tecnológica.

¹ Assessor Técnico da ABIPTI.

O agronegócio nasceu dentro desta perspectiva do enfoque sistêmico, e os agropólos estão baseados fortemente na idéia do enfoque sistêmico, na idéia do olhar sistêmico sobre as cadeias produtivas. Outro ponto forte é a questão da competitividade, não apenas pensando a partir da agregação de valores aos produtos, mas a competitividade sistêmica. Para se falar sobre metodologia, ou sobre metodologia de agropólos, fizemos um Seminário de sensibilização que durou dois dias, por isso pensamos que seria um tanto quanto complicado se fossemos tentar falar apenas em metodologia de agropólos, porque ficaríamos apenas na questão de metodologia e acabaríamos não fazendo referência a importância de se implantar um agropólo.

Antes da revolução industrial, o agronegócio ocorria quase que totalmente dentro da unidade de produção agropecuária, quer dizer, o produtor fabricava suas ferramentas, os seus equipamentos de produção, ele também produzia adubos dentro da própria propriedade, era o próprio produtor que trabalhava nas lavouras, trabalhava fazendo os equipamentos, faziam as transformações dos produtos, também dentro de sua própria propriedade, onde produziam vinho, embutidos etc. Era ele, também, que ia até as pequenas vilas vender seus produtos nas feiras.

Então, podemos dizer que o agronegócio naquele tempo ocorria dentro da unidade de produção agropecuária. Com o advento da revolução industrial houve a divisão das tarefas. Nesse momento começou a surgir um setor de insumos, pois com a revolução industrial, a necessidade de mão-de-obra nas cidades, principalmente nas indústrias e, uma grande parcela da população rural se deslocou para o meio urbano. Esse deslocamento aumentou a necessidade de alimentos na cidade, e diminuiu o número de pessoas para produzi-los, então a partir daquele momento o produtor rural não poderia apenas estar vendendo seus excedentes, ele deveria estar se aperfeiçoando na produção de alimentos para suprir a demanda da cidade. Com isso, houve essa quebra das funções e começou a surgir

o setor de insumos e um comércio especializado na venda de alimentos, posteriormente as agroindústrias, dando origem ao que chamamos hoje de agronegócio.

Esta divisão inicial causou um grande impacto na divisão de alimentos, há poucos anos se ouvia falar em atravessadores, quer dizer esses setores da produção de alimentos estavam muito distanciados, desorganizados. Nesse tempo esse mercado desorganizado é que dava as cartas, como diz o pesquisador Wilhanson, no princípio e dentro da perspectiva do agronegócio. Hoje buscamos não sair dessa perspectiva da economia neoclássica, de que o mercado por si só regula esse sistema econômico. Então, dentro dessa perspectiva do agronegócio, consideramos nos estudos um ambiente organizacional no qual estão as instituições que dão apoio ao agronegócio, que dão apoio às cadeias de produção, e dentro desse ambiente organizacional estariam as associações, as cooperativas, a Embrapa, Emater, as Universidades, que estariam suprindo essas cadeias produtivas de informação e tecnologias, e estariam dando esta sustentação às cadeias produtivas. Da mesma forma, existe o ambiente institucional, que é composto pelas Leis, que são as regras que regem este jogo, e se dá nas transações dentro das cadeias produtivas. Um país onde estas regras estão bem definidas, onde este jogo está bem definido, a tendência é que se tenha cadeia produtiva mais eficiente e mais competitiva. Trabalhamos na perspectiva da cadeia produtiva dentro da metodologia de agronegócio e essa organização vem no mesmo sentido que o Dr. Scolari falou hoje pela manhã, que é a questão da integração das cadeias produtivas, ele vem no sentido em que o fornecedor possa suprir de modo eficiente e eficaz as necessidades dos clientes.

O que quer um cliente? O cliente quer a quantidade certa, no tempo certo, com a qualidade desejada e no local pré-determinado. Se pensar na produção agropecuária é um tanto quanto difícil para uma agroindústria ter todos esses elementos, ter um produto no local desejado, na quantidade desejada e na qualidade desejada se não houver uma interação desses dois

elos. Um exemplo é a interação de cadeias do leite, apesar de ser em cadeias que estão relativamente organizadas, muitas vezes a agroindústria não obtém a qualidade desejada por não se comprometer muito com o produtor rural em si, quer o leite mas não quer pagar uma qualidade melhor pelo leite. Isso acaba, ao invés de se preocupar com a raiz do problema da qualidade, desenvolvendo tecnologias dentro da agroindústria que venham mascarar essa baixa qualidade do leite.

Então, se imaginarmos uma agroindústria que quer um determinado tipo de suíno, um suíno de 90 dias ou um suíno de 120 dias, com 90 quilos de peso, com baixa quantidade de gordura na carne e ele quer abater 350 suínos por dia, e quer estar com a sua linha de produção sempre trabalhando, ele não tem como vir ao mercado, ou diretamente do mercado vir a adquirir esse artigo tão específico. Então, a organização da cadeia produtiva vai permitir que essa agroindústria tenha esse produto através da organização, e às vezes, através da interferência no outro elo, através de contratos, através de uma organização da produção. Quando há organização, existe a possibilidade de se obter esse artigo mais específico.

Outra questão na cadeia produtiva que levantamos é que existe, além dos custos de produção, os custos de transação dentro desse enfoque sistêmico do agronegócio. Foi levantada uma nova linha de pesquisa que considera que existem custos nas transações entre os agentes econômicos. Na economia neoclássica isso ainda não é bem aceito, mas, já há alguns, anos isso vem sendo trabalhado bastante nas cadeias produtivas e, principalmente, na cadeia produtiva do agronegócio.

Se considerarmos que um produto no setor de suínos saia com cinco valores, no sistema de produção agropecuária sobe para quinze valores, na agroindústria para trinta e cinco e, de repente, no atacado para quarenta e três, no varejo para cinquenta e cinco, isso quer dizer que ele chega no consumidor final valendo cinquenta e cinco reais. No entanto,

nas transações por diversos fatores começam a ocorrer custos, e esses custos vão fazer uma diferença final nesse produto, elevando os preços, não apenas elevando o custo, mas talvez abaixando a qualidade do produto. O custo de transação às vezes é em função da própria qualidade do produto.

Se imaginarmos na cadeia de leite, nessa relação entre produção agropecuária e agroindústria, a baixa qualidade de um determinado produto levará a perdas ou a não utilização do produto desse leite considerado matéria-prima para um produto mais nobre, o que causaria o surgimento de custos de transação. Os custos de transação são considerados como fatores que elevam ou baixam a competitividade de produtos e, dentro da perspectiva do agropólo estamos preocupados com os custos de transação. À medida que se organiza a cadeia, à medida que se fazem contratos de aquisição, contratos nas transações, a tendência é se baixar esses custos. A aquisição via mercado pode ocorrer num ambiente de incerteza num ambiente de oportunismo, que elevam os custo de transação .

Agora partimos para os agropólos propriamente ditos. Costuma-se dizer que o agropólo constitui-se dentro de um espaço geográfico compreendido entre uma ou mais micro regiões, no qual produtores rurais, agroindústrias e instituições públicas, privadas e serviços especializados vinculados ao meio rural, quer dizer que dentro dessa metodologia do agronegócio se juntam todos os setores da cadeia de produção sendo um tanto quanto parecido com a metodologia de plataforma, juntando também àquelas instituições que fazem parte do ambiente organizacional para que se possa pensar os problemas da cadeia produtiva. A partir dessa interação entre esses elos acadêmicos é possível desenvolver ações integradas em bases programadas, orientadas para o incremento sustentável da competitividade das cadeias produtivas. Trabalham com uma visão sistêmica, objetivando assegurar eficiência econômica e um processo contínuo da qualidade de vida e bem estar social, que está associada à população envolvida. Estaremos sobre a base do enfoque sistêmico, trabalhando a questão social e a questão do meio ambiente.

Então, a meta principal de um agropólo seria a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a geração de emprego e renda. O agropólo é colocado em uma base de longo prazo, e o que exige que este saia do âmbito dos governos, ou seja, se entra um novo prefeito no município esse programa não termina por causa disso, ele consegue buscar esse horizonte em novo prazo em função de não ter essa ligação tão forte com o governo.

Estaremos focados no consumidor final, mas sem esquecer as vantagens comparativas da região e as aspirações da própria população. Percebe-se que em algumas regiões do Brasil a cultura das pessoas, a própria população, são mais incisivas, podendo-se dizer que elas têm um potencial de ação muito mais forte. Em algumas regiões a tendência dessas pessoas é serem menos agressivas em busca de seus objetivos. Isso tudo deve ser considerado no momento da implementação desse agropólo.

Essa metodologia vem no sentido de trabalhar os gargalos institucionais, quando se fala em regras internacionais, quando se fala em produção integrada, quando se fala em leis ambientais, tudo isso deve ser considerado. Devemos cuidar que isso não venha a ser um gargalo no sentido que o fluxo de produto dentro das cadeias produtivas seja eficiente. Os gargalos tecnológicos, basicamente interferem sobre o custo de produção e sobre a produtividade, os gargalos gerenciais, se busca dentro do agropólo capacitar esses agentes econômicos, os gargalos de infra-estrutura e logística que, também, são trabalhados dentro da perspectiva de agropólos, os gargalos de organização sistêmica e os gargalos mercadológicos, que são aqueles que elevam os custos de transação.

No Brasil já existem vários agropólos, para a região sudeste temos os agropólos de Barretos; no Paraná o agropólo de Cascavel; no nordeste, no Ceará temos os agropólos do baixo Acaraú, baixo Jaguaribe, Cariri, Centro Sul, Metropolitano, os pólos de desenvolvimento integrado, coordenado pelo Banco

do Nordeste que são do Sul do Maranhão, o baixo Jaguaribe no Ceará, enfim, já se tem no nordeste uma grande quantidade de agropólos.

Neste momento estamos trabalhando a instalação de vários outros agropólos no Brasil. Em São Paulo, através da Agência Paulista de Tecnologia se está buscando instalar vários agropólos. No Paraná também através do projeto Paraná Agroindustrial, estamos trabalhando oito agropólos, vamos dividir todo o Paraná em agropólos. No estado da Bahia temos na região de Itapetinga. No estado de Goiás, no Sudeste goiano, no estado de Mato Grosso temos na região de Primavera do Leste e de Lucas do Rio Verde. No estado do Rio Grande do Sul temos a região de Caxias do Sul, que está buscando esta metodologia junto a ABIPTI.

Dentro das perspectivas de agropólos, se trabalha dentro de cadeias prioritárias, se busca aquelas em que haja um potencial grande de desenvolvimento na região, separamos essas cadeias pilotos, nas quais se trabalha primeiro, depois, busca-se trabalhar as outras cadeias que a princípio ficaram fora do programa. O projeto agropólos é um projeto da ABIPTI e CNPq, e tem a parceria do SEBRAE, Embrapa, CNI e (EL). As principais ações desenvolvidas desde 1996 foram a estruturação e elaboração de uma proposta conceitual metodológica de implantação de agropólos, destacando sua importância como instrumento e desenvolvimento regional. O apoio à promoção e criação de projetos de agropólos em várias regiões do país, todos esses agropólos implantados, foram dados pela ABIPTI e CNPq no sentido da sua implantação, sendo feito também a sensibilização de lideranças envolvidas nas atividades de agronegócio regional e que tem interesse na implantação de agropólos.

A ABIPTI vai às várias regiões do Brasil fazendo um Seminário de sensibilização, no qual a metodologia de agropólos é levada a essas lideranças. É feito também um apoio na formação e capacitação para o gerenciamento de agropólos, realizados pela

ABIPTI, que é dado em todas as regiões onde são estruturados os agropólos.

A configuração básica de um agropólo é basicamente essa, trabalhamos o setor de insumos, os produtores rurais, as empresas agroindustriais, o setor de distribuição, no qual setores vão estar trabalhando dentro dessa estrutura de agropólos, sem esquecer do sistema institucional, pois são as instituições que dão apoio ao agronegócio. E, dentro dessa perspectiva se considera também as próprias prefeituras, as câmaras municipais, junto ao setor de distribuição se envolvem as associações dos comerciantes, dos municípios, todos os setores são envolvidos dentro dessa metodologia, e a participação de todos esses setores, e assumir essa metodologia é o que faz com que realmente ela possa se efetivar. A ABIPTI não faz nada além dessa sensibilização e incentivo na formação de agropólos, quem assume realmente o projeto, quem assume realmente o programa, são os atores da região e junto com esses atores econômicos devem estar também o setor organizacional dando o apoio na resolução dos problemas das cadeias produtivas.

Dentro da implantação do agropólo temos cinco fases bem definidas. Uma primeira fase seria a de diagnóstico sócio-econômico, sendo que hoje pela manhã o Ministro da integração nacional apontou para a possibilidade de se fazer um diagnóstico sócio-econômico e ambiental dessa região. Esses seriam, dentro dessa metodologia de agropólos, os primeiros passos para a implantação de agropólos. No Mato Grosso foi utilizado, no leste deste estado, um diagnóstico feito pelo Ministério da Integração para agregar a esse programa cooperativo que se está formando lá para a implantação do agropólo. Após isso, é feito um seminário de sensibilização onde se reúnem todos os segmentos da cadeia produtiva. Reúnem-se nesse ambiente organizacional Embrapa, Sebrae etc., e é feita a apresentação da metodologia de agropólos. Após isso, dentro do próprio Seminário de sensibilização, inicia-se um programa cooperativo e também nesse ínterim cria-se

um núcleo integral de apoio para a formação do agropólo, a partir daí se pode identificar as cadeias prioritárias que serão incluídas dentro do programa de agropólo. Na sequência é feito o diagnóstico participativo das cadeias produtivas, muitas vezes no diagnóstico sócio-econômico já é levantada toda a estatística das cadeias produtivas. Mas, no diagnóstico participativo se reúnem essas instituições de apoio, sendo levantados os gargalos dessa cadeia produtiva, não apenas os gargalos tecnológicos, mas também os gargalos mercadológicos, organizacionais e os institucionais. A partir desse diagnóstico, se finaliza um programa cooperativo, após faz-se o lançamento do agropólo definindo os projetos específicos, já no lançamento do agropólo se lança um modelo de gestão consolidada. Então, esses seriam os caminhos para implantação de um agropólo.

Os agropólos são decorrência de uma política organizacional que visa a organização do agronegócio da região, organização de cadeias produtivas prioritárias de uma determinada região. O agropólo é consequência de políticas tecnológicas regionais que visam geração e, difusão de tecnologia dentro das cadeias produtivas. Nesse processo há um “desconjunto” de natureza pública e privada visando a organização das principais cadeias produtivas de uma sub-região. Isso quer dizer que tanto as instituições privadas e os atores privados como as instituições públicas têm que estar envolvidos nesse processo. Ele visa a qualidade de vida, o bem estar social da comunidade, bem como o cuidado e as atenções para o meio ambiente. Tem como objetivo final à competitividade dos produtos do agronegócio das regiões.

Debates

Coordenação

Dr. Francisco Barros Coelho¹

Pergunta: Dr. João Carlos Medeiros Madail, Pesquisador da Embrapa Clima Temperado

Nessa metodologia de cadeias que foi exposta no momento, que o agropólo é o conjunto das principais cadeias, eu não vi nada dentro da metodologia que merecesse um estudo dentro do elo, com a finalidade de diminuir a desigualdade entre os elos. Eu falo porque nas cadeias que estudamos aqui na região, com mais profundidade, a do pêssego, o elo da produção primária é o elo mais frágil. Enquanto o produtor tem R\$ 0,20 de custo para produzir um quilo de pêssego, ele vende por R\$ 0,30 o quilo produzido à indústria, essa ao comprar os pêssegos por trinta centavos tem um custo de R\$0,90 para processar e vender por R\$ 1,50 esse produto no varejo, no último elo. Vendo esse panorama todo, o elo que tem menor agregação e maior risco de produção é o elo da produção primária. Qual a sugestão, se é que há o que sugerir, para diminuir a desigualdade entre os elos?

Resposta: Dr. João Falcão

De uma forma geral, nos preocupamos muito com a questão da produção de alimentos, preocupação em sedimentar os elos. No início tentamos justamente tocar nessa questão e buscar não separar mais esses elos, buscar juntar esses elos, a visão sistêmica leva justamente nesse sentido, no sentido de a gente imaginar um produto, porque o agropólo tem em um

¹ PUC - Uruguaiana, RS.

de seus pressupostos o mercado, o foco no mercado, o foco no consumidor final, então a idéia básica dentro dessa visão é que ali chega um produto competitivo, e para esse produto ser competitivo, se um dos elos estiver sendo massacrado, sendo sugado ao máximo, com certeza essa cadeia não estará bem coordenada, bem governada. Nesse sentido o agropólo vem olhar o todo, de se compreender o todo, porque de repente o gargalo não é a unidade de produção agropecuária, mas a comercialização entre o produtor rural e a agroindústria, ou seja, entre a agroindústria e o setor de distribuição, então dentro da perspectiva de agropólos se busca olhar o todo.

Se, de repente, chegarmos a conclusão de que o problema está dentro da unidade de produção agropecuária, vamos ver quem são os atores dentro do ambiente organizacional que podem desenvolver pesquisas específicas para se resolver aquele problema, aquele gargalo. Se aquele gargalo for custo de produção dentro da unidade de produção agropecuária, vai se buscar a resolução desse problema e o porquê de estar havendo estes custos.

Pergunta: Dra. Inguelore Souza, Reitora da Universidade Federal de Pelotas

A questão dos fundos setoriais ou do Fundo VERDE AMARELO, realmente é uma idéia excepcional, principalmente levando em consideração que é dinheiro novo, e pelo menos, levando em consideração que na proposta inicial era um dinheiro que não entraria em exercício findo, garantindo o fluxo contínuo para os vários setores que necessitam de pesquisa, inovação tecnológica, geração de tecnologia.

Especificamente em relação ao fundo de agronegócios, acompanhei atentamente, até porque estamos analisando aqui uma proposta de uma rede de apresentação ao fundo de agronegócios. As várias diretrizes apresentadas assim como, os vários focos a serem desenvolvidos dentro de um projeto financiado pelo fundo de agronegócios, podem estar

transversalmente e verticalmente contidos em uma única proposta. Creio que este é o maior ganho que se tem, porque exige a participação pluri-disciplinar, num projeto pluri-disciplinar que realmente enriquece muito e, além disso, multi-institucional e com a participação das empresas. Preocupou-me uma observação rápida que foi feita, que é em relação se sairá ou não neste ano?

Resposta: Dr. André Cabral

A perspectiva que temos, segundo as reuniões nas quais se participa no Ministério de Ciência e Tecnologia, é que o comitê gestor seria nomeado na feira de inovação em São Paulo, não o foi. Na minha opinião, a questão do orçamento está na secretaria de orçamento federal para que seja um recurso disponibilizado, embora pelo que se saiba, não seriam 70 milhões. A previsão para esse ano seria em torno de 21 milhões. Então, temos essa questão da aprovação do orçamento, da disponibilização do dinheiro, que estamos acompanhando a dificuldade na qual o governo está passando, que o país está passando, então, fica essa proposta na secretaria.

Quanto ao comitê gestor que ainda não foi nomeado, minha opinião é que em outubro deve haver alguma mudança, em nível dos cargos e pode ser que nesse mesmo mês saia a nomeação desse comitê. Nosso trabalho tem algumas restrições, sendo uma das nossas funções elaborar uma proposta de diretrizes e acompanhar parte dos editais. Assim, a parte financeira e o comitê gestor fogem da nossa alçada. Até se chegar a ter essa disponibilidade de recursos, nomear um comitê e lançar um edital, já estamos no final do ano. Então; por isso, que eu tenho a opinião de que pode ou não acontecer algum edital. Portanto, pode ser que saia um edital, mas que não liberem recursos esse ano.

Pergunta: Dr. Luiz Clovis Belarmino, pesquisador da Embrapa Clima Temperado

A questão é o grande número de candidatos e propostas para os 70 milhões, que já é um valor reduzido para a dimensão do agronegócio e para o que ele representa. Quais seriam as perspectivas desse valor ser alterado, pois me parece que existiria em nível exploratório alguma sinalização, algumas alternativas que seriam tratadas ou poderiam ser tratadas para aumentar esses recursos?

Resposta: Dr. André Cabral

O que se tem acompanhado dos outros fundos é que os valores são os 17,5% da contribuição, que se estipula sejam 70 milhões. Não tenho certeza de que esse valor venha a aumentar. O que se está trabalhando são os 70 milhões e não aceno com nenhuma perspectiva, até acho que mais adiante, de acordo com a importância que o setor tenha, pois a biotecnologia é uma questão fundamental, mas saúde e recursos hídricos também, então você gera um problema de ter que aumentar os recursos para outras áreas. Então, quando se procura trabalhar com projetos cooperativos, quando se envolve mais o capital privado, você estaria aumentando esse recurso, ou seja, se você tem uma empresa, tem um projeto de um milhão de reais para desenvolver pesquisa, a empresa pode se associar a uma instituição de pesquisa, receber 500 mil a fundo perdido, porque o dinheiro iria para a instituição de pesquisa e os outros 500 mil sairiam para aquela empresa via empréstimo. No caso não é dinheiro de fundos, é dinheiro das fontes que a FINEP tem para aplicar em projetos com retorno, consequentemente você estaria otimizando a utilização desses recursos. Essa é uma forma de se aumentar o valor do fundo.

A outra forma seria procurar envolver em torno de um tema várias instituições, que é o que se está fazendo hoje quando se tem as ações estruturadas. Por exemplo, a agricultura de precisão, quais são as instituições que estão trabalhando que podem vir a desenvolver projetos na área de agricultura de precisão? Forma-se o elenco para essas instituições, se lança um edital e procura-se otimizar mais ainda, porque sentam em

torno da mesa várias instituições, discutindo sobre um tema único e, conseqüentemente, não vai haver a possibilidade de se ter pesquisas repetitivas.

Pergunta: Dr. Luiz Clovis Belarmino, pesquisador da Embrapa Clima Temperado

Você está ligado ao agronegócio dentro da FINEP, dentro do MCT, quanto representa em termos percentuais, a pesquisa e o financiamento, desenvolvimento e inovação no agronegócio em relação ao total?

Resposta: Dr. André Cabral

Quando estávamos à frente do Departamento de Agronegócio na área operacional, a carteira de agronegócio representava 30%, informação do FINEP e MCT. Hoje, acredito que dentro da FINEP esse percentual tenha aumentado, porque houve um fomento muito grande a esses projetos de arranjos produtivos locais. Sei que a parte da demanda de grandes empresas, empresas líderes, não foi muito grande, mas na parte de arranjos produtivos locais se concentrou o direcionamento de recursos em agronegócios na FINEP.

Com relação a importância de avaliação técnica e econômica de projetos, é um estudo de fase exploratória, onde você tem que ter os determinantes de decisão para instalar um empreendimento, a localização é um ponto fundamental, você tem que ter informações favoráveis e desfavoráveis para seu negócio, para saber administrar isso muito bem. A realidade política, social, cultural, educacional e econômica da região onde você pretende criar o investimento. Pelo que vimos aqui desde a manhã, vocês já estão com a relação das entidades, institutos de pesquisa, universidades, governo e empresas privadas mais ou menos alinhadas e isso é o fundamental para desenvolvermos um projeto ou base tecnológica de empresas nascentes ou que queiram crescer na região.

As informações servem como base para compatibilidade ou incompatibilidade da realidade local com o objetivo do empreendimento. O que acontece é o seguinte: de repente nós estamos aqui em Pelotas, mas não é o melhor local para uma empresa ou para um projeto, isso tem que ser bem administrado e os riscos devem ser calculados. Você deve saber se tem recursos humanos na região que possam te ajudar e quais são as principais fontes que podem financiar, não só para o estudo de projetos, mas para prosseguir com o projeto ou a empresa.

Nós falamos muito em empresa, porque este roteiro é usado muito pelo Sebrae para o estudo da viabilidade técnica e econômica para empresas encubadas. Depois da universidade ter lançado o edital, a empresa é obrigada a fazer um plano de negócios, e dentro do plano de negócios o estudo de viabilidade técnica e econômica é um dos pontos.

Na realidade, o que achamos interessante neste projeto é que ele aborda todos os tópicos de viabilidade técnica e econômica sem ser uma coisa maçante, de muita fórmula, de taxa interna de retorno, de como que você pega os juros de banco, como se calcula, que tipo de rentabilidade tem que ter uma empresa, qual o impacto dela na região, qual é a parte social, política e econômica. Esse poder é bem simplificado, então eles têm alguns tópicos de como se dizer às instituições de apoio, infra-estrutura, recursos humanos, o perfil, a possibilidade de desenvolvimento e os riscos.

Com relação às instituições de apoio, naturalmente temos que dizer o local, se existe universidade, se o governo está apoiando, se existem fontes financiadoras, se está vinculado a uma instituição de pesquisa, quem está formalmente comprometido para montar esta rede de cooperação. Esse é o ponto principal, pois você tem que saber se as pessoas realmente compraram as tuas idéias.

Com relação à infra-estrutura, geralmente dividimos em dois pontos: a local, pois temos que saber se localmente existem condições de se desenvolver a idéia ou a empresa, se você tem condições de ter equipamentos ou que dificuldades você terá de enfrentar e quais os insumos para produção; e o segundo ponto é a parte de infra-estrutura básica que determinará as condições do mercado, porque muita vezes eu posso desenvolver um produto que não atenda minha região, mas posso ter nesta região o melhor clima, o melhor solo etc., portanto, temos que ter o conhecimento de tudo que nos vai afetar.

A FINEP financia este tipo de estudos e também algumas novas empresas assim como o Sebrae, que também tem algum tipo de recurso para isso, o BID e muitos outros organismos que estão financiando a parte de pesquisa. Mas, temos que mostrar as vantagens da parte política e fiscal da região.

Com relação ao perfil do setor produtivo e do mercado, temos que saber se isso é uma prioridade para a região e para o governo local e qual a vocação econômica da região, com detalhes da indústria e serviços disponíveis.

Temos que considerar o que você vai precisar em nível tecnológico, qual sua taxa de criação e qual é a mortalidade de empresas no setor que você quer atuar. Conhecendo a mortalidade da empresa e sabendo o que está levando essa empresa a isso, dessa forma você estará conhecendo os gargalos para buscar soluções para que isso não aconteça mais.

O diagnóstico rápido é aquela matriz forte, na qual você analisa as fortalezas, as oportunidades e as fraquezas e, inclusive as ameaças, buscando compatibilizar que estas ameaças não sejam tão fortes e fazendo com que as fraquezas passem a ser oportunidades.

Uma coisa importante quando se busca financiamentos é a parte de desenvolvimento local, é bom reforçar a parte

de benefícios que o empreendimento vai ter na região, principalmente na geração de renda e criação de postos de trabalho, uma vez que se busca um desenvolvimento.

Os riscos basicamente são respondidos pela matriz forte, na qual você tem que deixar claro quais são os riscos ou quais são as saídas que você está apresentado para as ameaças existentes.

Palestra 4

Atuação na área de infraestrutura da secretaria de assuntos internacionais do ministério do planejamento

Dr. Marcelo de Paula¹

No Ministério do Planejamento nós trabalhamos especificamente com a área de política da coordenação e captação de recursos junto a agentes financeiros internacionais, todos os processos de contratação, que envolvem Governo Federal, Estados e Municípios passam pela SEAIN. Cabe a nós estabelecer os procedimentos e os fluxos e fazer todo o diálogo com estas instituições.

Essa necessidade de municípios e estados passarem pelo governo federal é em função de que as agências multilaterais como o Banco Mundial, BID, como as do governo japonês - FW, exigem garantia da união para fornecer os empréstimos. Assim sendo, ele entra dentro da legislação nacional, não havendo necessidade de garantia. Esse processo poderia ser realizado diretamente com agentes financeiros, como acontecem em algumas operações comerciais envolvendo instituições de governo.

¹*Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento.*

A SEAIN se divide em quatro coordenações. As que trabalham diretamente com projetos são as duas primeiras, a de infraestrutura e a de projetos sociais. As outras são de apoio, uma trata de nossas políticas, das relações com as agências e, a outra trata de sistemas de informações e de coordenação do processo da COFIEGS. Essa estrutura da SEAIN é relativamente enxuta, onde temos juntamente com o secretário executivo da COFIEGS toda a parte operacional coordenada por nós.

A COFIEGS é a Comissão de Financiamentos Externos do Governo Federal, ela foi instituída por um decreto e foi reorganizada em junho de 2000 pelo decreto 3502. Ela é a instituição que analisa, avalia e aprova todos os contratos que serão objetos de acordo internacional. A Comissão é composta por representantes do Ministério do Planejamento, onde o Secretário Executivo do Ministério é o Presidente da COFIEGS, o Secretário da SEAIN é o Secretário Executivo, participam também a Secretaria de Orçamento Federal, a Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico, a Assessoria Econômica, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Fazenda, principalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central, que são os que tem papel mais ativo dentro desse processo.

Em termos gerais essas são as instituições com as quais temos financiamentos externos, para efeito desse encontro iremos nos ater somente à primeira coluna porque dificilmente trataríamos esse ano de operações comerciais que são feitas com intervenção de bancos ou sindicatos de bancos estrangeiros e, nem de doações para preparação de projetos, que são situações bem mais específicas.

O BIRD, Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial, é um grande parceiro do Governo Federal. Ele atua hoje muito fortemente na área social, particularmente nos projetos de combate à pobreza, na parte de saúde e educação. O BID é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que hoje detém a maior carteira de

empréstimos, com o Brasil e tem uma ação mais ampla no leque de financiamento, envolvendo praticamente todas as atividades que nós temos, tanto na área de infra-estrutura como estradas, energia, turismo, comunicações, como na parte social. Se fizermos uma avaliação dos projetos que estão entrando na nossa carteira, o crescimento do BID está muito acentuado, justamente por essa abertura que está se dando em nível de contratação. Nós temos conversado com o Banco Mundial, para que ele amplie também o seu leque, e está havendo uma sensibilidade muito grande nesse sentido, inclusive com a participação de financiamentos diretos a municípios, o que o banco não vinha fazendo com muita ênfase.

O FONPLATA é o Fundo Financeiro da Bacia do Prata, congrega os países cobertos pela bacia, principalmente Bolívia onde fica sua sede, Argentina, Brasil e Paraguai, é uma instituição muito menor em relação a o Banco Interamericano e Banco Mundial, pois tem um nível de captação basicamente dentro daquilo que os países membros aportam de capital, ele não capta dinheiro no mercado externo como os outros bancos, o capital dele é a cota do Brasil, a cota da Bolívia e a do Paraguai. Por outro lado, tem a flexibilidade de financiar projetos menores e, tem participado ativamente do financiamento de municípios inclusive, recentemente, aprovamos a carta consulta para municípios do Paraná no valor de pouco mais de 1 milhão de dólares, o que agências como o BIRD e BID não financiam. Portanto, é uma boa opção para captação de recursos.

O FIDA é um fundo mais de desenvolvimento agrário, mas disponibiliza recursos limitados para o Brasil, tem uma taxa “x” de recursos e não tem a mesma flexibilidade do FONPLATA.

A CAFI é a Comissão Andina de Fomento, constituída pelos países andinos do norte, Venezuela, Peru e Colômbia, mas que abrem a participação de outros países como Brasil, Uruguai, Paraguai etc. Estamos intensificando nossa carteira com a CAFI, pois ela também financia projetos menores, tem muita flexibilidade no seu aspecto de atuação, estamos apostando

num capital de 50 milhões de dólares a mais neste ano, o que pode se converter em aplicações de até 400 milhões de dólares de empréstimo para o Brasil no futuro.

As outras instituições são: o Banco Europeu de Investimento, que também tem ação limitada; o JBIK, que é uma instituição do governo japonês, é um banco que tem poder muito forte na questão social, o acesso a esses créditos, que tem condições financeiras e de amortização muito interessantes e onde os custos são baratos. Devido a recente crise na Ásia e às dificuldades pelas quais o Japão está passando, tem tornado a situação mais difícil, o que está reduzindo o financiamento japonês. Nós não estamos tendo sucesso nas operações recentes com os japoneses, os projetos estão sendo preparados muito lentamente, os projetos de contratação estão se estendendo e nunca temos a garantia de que esta contratação vai ser efetivamente realizada. Então, nesse momento estamos com algumas reservas quando indicamos o JBIK para ser agente financeiro de algum projeto que é apresentado a COFIEGS.

O KFW é um banco alemão, é uma agência de cooperação do governo daquele país. Não é multilateral, são recursos do orçamento do governo alemão. Tem uma participação bem menor no Brasil em relação aos outros.

O NIB é um banco Nórdico recém criado nos países escandinavos (Noruega, Finlândia, Suécia) e, agora ele está começando a atuar no Brasil, quando já firmou um contrato relevante com o BNDES para a área de crédito.

Vamos falar agora sobre um fluxo de um projeto que é apresentado ao governo para ser contratado, via agente financeiro internacional. Esse fluxo vale para qualquer uma das instituições que já falamos, como também para o Governo Federal, Estados e Municípios. Os procedimentos são exatamente os mesmos. O mutuário da operação, o demandante, prepara uma carta consulta, que é um documento

relativamente simples, é um documento que pode ser preparado pelo próprio órgão demandante, não precisa sequer contratar consultorias. Há um manual de financiamento externo que faz uma referência a todas as informações necessárias para se compor essa carta consulta. Ela é encaminhada à Secretaria Executiva da COFIEGS, da Comissão dos Financiamentos Externos, a SEAIN. Nós recebemos essa carta consulta, distribuimos a todos os membros da COFIEGS e marcamos uma reunião técnica com o solicitante do empréstimo. Nessa reunião nós discutimos com ele a sua carta consulta e, caso ela não esteja completa, pedimos algumas informações adicionais, mas nada fora de um contexto, pois a carta conjunta é um documento com a intenção para se contratar um financiamento, não é um projeto acabado, não é um documento complexo.

Estando a carta consulta habilitada, ela é encaminhada a COFIEGS, dentro de reuniões ordinárias ela é apreciada por esse grupo e, sendo aprovada sai uma recomendação assinada pelo Ministro do Planejamento que é publicada no Diário Oficial. A carta consulta é um documento muito claro, você apresenta o tipo do seu projeto, o custo total e as fontes de recursos. É importante que se indique de onde vai sair a contrapartida, porque esses projetos. Normalmente tem parte do agente financeiro internacional e parte é aportada por quem solicita o empréstimo. Indica-se a moeda na qual vai se contratar o empréstimo, mas não há uma precisão nesse processo, você pode indicar na carta consulta e dentro da negociação, havendo modificações no quadro financeiro internacional, você pode alterar essa moeda, pode alterar a modalidade de contratação, desde que ela se beneficie. A carta ainda descreve claramente a situação do problema que você quer solucionar com esse empréstimo, os objetivos, as ações previstas, tudo isso de uma maneira esquemática, a localização da sua ação, beneficiários, o que já foi realizado nessa atividade que está sendo solicitada, como este investimento vai ser operacionalizado, o arranjo institucional, quais são as instituições que serão responsáveis por esses gastos, quem vai captar recursos, quem vai fornecer

os recursos de contra partida e, quem é responsável pela execução do projeto em nível de quem estiver solicitando, informações sobre impactos ambientais que, normalmente tem uma importância significativa por esses agentes financeiros internacionais, eles dão muita atenção a isso e fazem muitas exigências no sentido de que nossas ações não provoquem danos, que não estejam compatíveis com os estudos que nós ofertamos e, apresentando as propostas de mitigação caso elas ocorram.

Essas ressalvas do COFIEGS, em caso que o projeto tenha alguns pontos que necessitem futuramente serem ajustados, aparecem quando o Governo Federal publica a recomendação no diário oficial e, quando o projeto estiver sendo negociado com esse agente, o contratante deve ter solucionado estes pontos, senão a negociação é paralisada até que esta situação seja sanada. Basicamente, estados e municípios previamente às negociações formais do empréstimo, deverão demonstrar ter capacidade de pagamento de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Hoje, em face da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Resolução do Senado de número 43, que disciplina a autorização de empréstimos externos aos estados e municípios e até ao próprio Governo Federal, o cumprimento de uma série de itens de receita líquida, de receita real, de capacidade de pagamento, endividamento, demonstrando que ele está habilitado e tem capacidade de honrar o compromisso financeiro que ele está assinando, se ele não tem capacidade financeira, com certeza vai ser negado, pois futuramente ele terá muita dificuldade na sua execução, porque não vai ter dinheiro para realizar a contra partida, não vai ter recursos para internalizar o empréstimo que fez, comprometendo toda a execução do programa, gerando custos financeiros adicionais imensos, pois você continua pagando juros e taxas e não tem acesso ao dinheiro.

A partir do momento em se tem a aprovação da COFIEGS, você entra no processo de preparação do projeto, visando a assinatura do empréstimo externo. Esse processo leva

em média um ano e seis meses dentro de toda a carteira de projetos. Existem projetos que demoram cinco ou seis anos para sair da COFIEGS até serem contratados, como existem outros que são muito mais objetivos ou menores, ou do tipo projetos de crédito que são diretos e tem uma preparação de quatro a cinco meses, muito mais rápida.

Quando a COFIEGS apóia um projeto, informamos imediatamente ao interessado que solicitou e ao agente financeiro que foi escolhido para aquela operação, por exemplo o Banco Mundial. O banco a partir desse momento inicia o processo de preparação do programa através de missões, ele encaminha ao Brasil uma primeira missão de identificação para conhecer o projeto, para verificar sua potencialidade, fazer os primeiros estudos sobre o processo. Quando termina a missão ele diz ao consultante quais são as providências que ele deve tomar para que seja feita uma próxima missão, elaboração de estudos e projetos, detalhamento melhor de realidade e uma série de exigências.

Uma vez que o Estado diga ao banco que essas providências foram tomadas, e ele as considera aceitáveis, vem a próxima missão que é de preparação. Estamos falando mais de Banco Mundial, mas todas as instituições tem esse mecanismo. Nessa missão o projeto é mais detalhado e já caminha para seu esboço final, o banco novamente fará suas exigências e, quando cumpridas, se faz à missão de avaliação, que é a última missão. Estando finalizada a missão de avaliação, o projeto está habilitado em termos técnicos para já partir ao processo de negociação com o agente financeiro.

Caso durante a preparação do projeto se verifique a necessidade de se fazer correções importantes com relação ao objetivo, aumento de custo ou, caso aconteçam outras situações, o projeto volta a COFIEGS para novas avaliações. Por exemplo, se tínhamos um projeto de 10 milhões de dólares e ele passa para 12 milhões de dólares, é necessário o retorno deste a COFIEGS para que receba autorização para esse

aumento de custo. Isso implica que a capacidade de pagamento e endividamento do postulante vai ser avaliada novamente diante dos números apresentados.

A fase de negociação e contratação é um processo mais burocrático que exige muito trabalho e muita eficiência, porque do contrário, ela pode se estender por um tempo maior que o da preparação. O Banco Mundial quando termina sua missão de análise ou de avaliação e diz que o projeto está certo, nos encaminha a SEAIN com as minutas contratuais, já disciplinando todas as condições financeiras, as condições técnicas e um informe, que é o detalhamento de todo o projeto. Nós recebemos essa documentação e a distribuimos aos órgãos do Governo Federal que participam desse processo, basicamente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que é quem assina todos os contratos em nome do Governo Federal e assina o contrato de garantia, quando é uma operação de estados ou municípios; a Secretaria do Tesouro Nacional, que vai fazer novamente uma avaliação dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal da Resolução 43 do Senado e da Portaria 497 se aquele estado ou município que está solicitando o empréstimo efetivamente se enquadra dentro dos limites de ajustes fiscais estabelecidos para o país. Então, novamente é avaliada a capacidade de endividamento e pagamento do Estado e, se há pendências dele com o Governo Federal.

Encaminhamos, também, o mutuário a quem vai tomar o empréstimo, ao postulante e à Secretaria de Orçamento Federal, quando o projeto é federal e envolve recursos de certa magnitude e queremos ter a certeza que aquele Ministério ou aquela instituição do Governo Federal dispõe de orçamento suficiente para bancar a operação. Com todas essas informações na mão, o Estado abre um processo na Procuradoria da Fazenda Federal, nesse processo inclui-se toda a documentação exigida, a Portaria 96 do Senado quando se refere a projetos do Governo Federal, e quando de Estado, Municípios ou Distrito Federal se cumpre a portaria 43. A alteração é credenciada no Banco Central pelo interessado e

se inicia a fase formal de negociações da seguinte forma: o Governo Federal convoca o interessado e as outras instituições do Ministério da Fazenda que citamos anteriormente, nós fazemos uma reunião interna de Governo coordenada pela SEAIN, avaliando todos os itens constantes das minutas contratuais, se eles são viáveis, legais, aplicáveis no país, se tecnicamente corresponde ao que foi abordado com os Estados e se as condições ali estabelecidas efetivamente são aquelas que interessam tanto ao Governo Federal quanto ao Município ou Estado interessado no processo. Terminada essa fase, se marca uma negociação formal com o banco e com a participação das mesmas entidades aonde irá se discutir a minuta final do contrato, a minuta que será assinada e que irá reger toda a liberação de recursos e execução técnica.

Depois, entra-se em um processo de mais burocracia, que é a PGFN, dando um parecer sobre essa minuta e, no caso de Estado ou Município, o Procurador Geral da instituição encaminha para o Senado Federal. Essa operação só é válida e assinada após a aprovação do Senado Federal. O Senado, com base na Resolução 43, emite também uma resolução, aprovando a operação de crédito e tornando-a disponível para assinaturas. O que acontece muito em nível de Governo, é que quando nós coordenamos a carteira já fazemos uma avaliação. Boa parte dos projetos que são aprovados na COFIEGS não chega ao seu final, durante a preparação por uma razão política, financeira ou mesmo técnica, esse projeto é arquivado. Alguns projetos que chegam inclusive a serem negociados não são assinados, porque às vezes se negocia um projeto num momento político "x" e depois de certo período este não interessa mais àquele Estado, Município ou ao próprio Governo Federal encaminha-lo ao Senado, portanto ele fica com aprovação no Senado e não tem assinatura. Então, nada garante que um projeto aprovado na COFIEGS vá se tornar um contrato firmado com uma agência internacional. Tem que seguir todos os trâmites e tem que haver sempre vontade política e capacidade técnica operacional para levá-lo à frente.

A partir do momento em que ele passa pelo Senado Federal, entra na fase de assinatura e, o Governo Federal considera todas as condições que o banco coloca para o projeto ser efetivo, como: ele tem que ter unidade técnica e ele tem que criar um fundo “x”. Essas condições, para nós, são condições de assinatura, pois o Governo Federal só permite que alguém assine o contrato externo quando ele cumpre as condições de assinatura e as condições de efetividade. O que acontecia com muita frequência é que se assinava um contrato e depois não se conseguia cumprir essas condições, então o contrato ficava por dois anos com você pagando todas as taxas e os custos financeiros e não tendo acesso a disponibilização de recursos. Isso estava representando um prejuízo muito grande para quem contratava empréstimos, principalmente para o Governo Federal.

Um ponto muito importante para quem tem interesse em contratação de projetos externos é a parte financeira das instituições, nós temos diferenças substanciais entre os serviços, os juros e os encargos sociais cobrados por cada instituição e isso tem um peso muito grande no final do contrato. Hoje, por exemplo, quando realizamos uma operação com o Governo Japonês, com o JEIBIK, temos taxas para projetos ambientais de 1,8% ao ano. Em um projeto dessa natureza, contratado com o FONPLATA, as taxas ficariam em torno de 5% ao ano, pois o JEIBIK, por ser uma instituição muito mais forte, usa recursos do governo japonês ou busca no mercado externo, em condições muito mais favoráveis e, nessas condições ela pode repassar com juros, também favoráveis.

No caso dos maiores financiadores, o Banco Mundial e o Banco Interamericano, a diferença, também é muito acentuada. Um contrato em dólar, médio no Banco Mundial está ficando em 2,2% ao ano, no Banco Interamericano esse mesmo contrato está ficando com 5,4% ao ano, é uma diferença fantástica. Se você trabalha esse valor num horizonte de amortização de 20 anos terá um impacto muito grande no futuro, irá disponibilizar

muito mais dinheiro para pagar sua dívida. Pedimos ao Banco Interamericano que explique a razão dessa diferença, e até agora, as respostas que nos deram não foram convincentes, na contramão do processo, hoje ele é o maior financiador, visto que os projetos que estamos recebendo na COFIEGS em sua maioria são do BID, é uma incoerência, é uma inconsistência. Mas qual a vantagem que o BID diz oferecer? Enquanto o Banco Mundial amortiza em 15 anos, ele amortiza em 20 a 25 anos, em longo prazo a operação pode trazer alguma vantagem, mas não é suficiente para nós porque eles captam no mercado externo, tanto o BID como o Banco Mundial, na mesma situação de *triple A*, que é a taxa de juro mais barata que uma instituição pode captar em nível de mercado, que é a mesma do Tesouro Americano. Então, em tese, as taxas do BID para empréstimos deveriam ser no mínimo similares e, hoje estão muito diferenciadas. Além das taxas de juros, os organismos internacionais cobram uma comissão de compromisso de 0,75% ao ano para aquele saldo que você não desembolsou. Isso quer dizer que você adquire um contrato de 100 milhões de dólares, o banco está colocando à sua disposição, está reservando os 100 milhões de dólares, e sobre isso você paga 0,75% ao ano.

À medida que você vai desembolsando recursos, deixa de pagar a comissão sobre o desembolsado e passa a pagar juros, o juro incide sobre o valor desembolsado e a comissão de compromisso sobre o não desembolsado. Outro custo dos projetos é a taxa de inspeção e vigilância, onde é cobrado 1%, que também onera e serve, em tese, para que o banco faça o acompanhamento de todas as ações do projeto.

O total de empréstimos da nossa carteira é de 16 bilhões de dólares, não incluído aí as contrapartidas porque elas são variáveis, pois existem projetos com contrato de 70% de empréstimo e 30% de contrapartida, outros com 50% de empréstimo e 50% de contrapartida, mas devem estar oscilando em torno de 10 bilhões também. Essa posição é de agosto de 2002.

Percebemos que o BID detém 52% da carteira, tem 51,6% nas condições normais e tem mais 0,8% em condições altamente favorecidas. O Banco Mundial é o segundo com 32%, o Governo japonês participa em torno de 15% e atua em duas áreas, uma com recursos do próprio Governo japonês, recursos do orçamento do Governo que passa por todo um trâmite de aprovação dentro do Japão, inclusive pela embaixada japonesa no Brasil junto com o Itamaraty, que representa 6,8% e são taxas de juros mais favorecidas e, portanto, mais difícil de se obter esses financiamentos, outro é o EXSIN, que é um braço do JEBIK mais conhecido como Banco Mundial (BID), que capta recursos do mercado internacional, mas que mesmo assim apresenta condições muito boas para nós. Depois vêm as instituições financeiras regionais, o FONPLATA, que é o Fundo Financeiro da Bacia do Prata, e a CAFI, Comissão Andina de Financiamento, o FIDA e o KFW com uma participação muito pequena.

Como os setores estão representados? Os transportes têm um percentual elevado de praticamente 30%, o saneamento tem 18%, saúde 7%, desenvolvimento rural 6%, desenvolvimento urbano 6,6%, educação 7,5% e o resto dos setores tem uma distribuição menor. Dentro de vários projetos de desenvolvimento integrado, desenvolvimento rural e outros, as ações são de certa forma divididas. Não é um projeto específico daquela atividade, dentro dele pode conter, por exemplo, um projeto de turismo, saneamento, ações de infra-estrutura, rodoviária etc. Não quer dizer, por exemplo, que se a agricultura está com 1,5%, esse não é o limite destinado a ela, porque vários recursos disponibilizados para crédito têm a direção da agricultura dentro de projetos integrados, outras ações são apoiadas também para a agricultura.

Para nós termos uma noção da distribuição destes projetos por área de execução, quando os chamamos de nacionais, são projetos contratados pelo Governo Federal que tem abrangência de todo o território do país, como projetos de saúde, de educação e de meio ambiente. Regionais são projetos

contratados, por exemplo, para o desenvolvimento do turismo na região nordeste ou na região sul, ele tem um caráter que extrapola limites estaduais ou de regiões. O centro-oeste é o que está com menos espaço, apenas 3%, a região sul tem 9%, o sudeste 24%, o norte 3% e o nordeste 18%, essa é a realidade da carteira hoje, mas ela já vem se alterando substancialmente com a entrada de novas cartas consultas, com as dificuldades de alguns Estados do nordeste e do centro-oeste e do próprio sudeste de captar mais recursos externos.

Dos projetos que estão em execução hoje, 60% são da União e 40% dos Estados, agora em face da dificuldade financeira que o Governo Federal tem enfrentado, a última avaliação que nós fizemos dos projetos que estão sendo apresentados na COFIEGS se inverteu totalmente esse processo, 93% são de Estados e Municípios e 7% são da União, pois enfrentamos dificuldades para aportar tanto os recursos para internalizar os dólares contratados, como os recursos de contrapartida pelo Governo Federal. Em suma, da parte de como contratar um projeto externo, quais são os fluxos que ele percorre e dizer que estamos totalmente à disposição de vocês para qualquer esclarecimento, para qualquer orientação, para fazer contato com qualquer agência externa que for necessário, temos o site www.planejamento.gov.br, no link de assuntos internacionais são encontradas várias dessas informações, inclusive o manual de financiamento externo e o que diz respeito a qualquer situação que interesse a algum dos nossos convidados. Estamos totalmente à disposição, o nosso papel é tornar para um possível interessado, o mais fácil possível uma contratação de um projeto externo e, buscar para ele as condições de mercado mais vantajosas dentro do contexto de projeto que ele ofereça.

Debates

Coordenação

*Dra. Rita de Cássia Milagres Teixeira
Vieira¹*

Pergunta: Prof. Ricardo Sainz, CAVG/UFPel

Em uma das lâminas que foram apresentadas em sua palestra, aparecia uma série de órgãos de fomento, alguns que o senhor comentou e outros que eu gostaria, se fosse possível, que fosse feito algum comentário, pois estavam listados como doações para o desenvolvimento institucional.

Resposta: Dr. Marcelo de Paula

Os agentes financeiros têm disponibilizado algumas linhas de crédito para a doação, por exemplo, o BID administra recursos japoneses como doação, administra o FUMIN, que são recursos japoneses e norte-americanos e que tem objetivo específico. Você tem doação para preparação de um projeto, o agente financeiro faz aquela doação e, vinculado a ela, você está preparando um projeto para um futuro empréstimo, você tem algumas doações para ações exclusivas da sua instituição e não há comprometimento para o futuro, também tem a questão do JEF, que são recursos aportados pelos países ricos, esses fundos administrados pelo Banco Mundial são aplicados em várias unidades do país na forma de doação com vínculo direto ao Banco Mundial, apesar do recurso ser doado por outro país. Para ter acesso a essas doações há necessidade de se fazer um contato com essas agências, expor a sua proposta, a sua intenção, ouvir deles quais são os segmentos que eles se dispõem a fazer doações, para ver se existe um casamento

¹ *Secretária Substituta de Assuntos Estratégicos da Embrapa.*

da sua necessidade a qual se destina aquele recurso. No caso do JEFEL PPJ7, já é um processo quase de negociação, porque esse recurso está disponível, ele entra no orçamento, é discutido como um projeto externo dentro da SEAIN, você apresenta sua proposta, ela é discutida como uma pequena COFIEGS dentro do Governo Brasileiro, o Governo Brasileiro aprova, encaminha para o banco, lá se fazem outras análises até você chegar a obtenção do recurso. Portanto, o procedimento JEFEL PPJ7 é um pouco diferente de doação comum, na doação comum você faz um termo de referência, explica sua posição, a sua necessidade e encaminha para o agente financeiro, ele faz uma avaliação, vai seguramente te exigir informações adicionais, uma vez finalizado esse processo de satisfação pelo lado do agente financeiro, das informações que ele necessita, ele encaminha as minutas contratuais para nós, a SEAIN assume o comando da operação, convida o interessado, convida a STM, se for o caso a PGFN, faz uma negociação simplificada e habilita o processo para ser assinado.

Pergunta: Prof. Ricardo Sainz, CAVG/UFPel

Esse contrato prévio também pode ser feito via SEAIN, com relação às instituições de ensino superior ou técnico, estariam estas habilitadas a buscar esses recursos?

Resposta: Dr. Marcelo de Paula

A princípio, sim. Eles têm objetivos muito específicos, muito detalhados, nem sempre uma ação mais global ou uma ação que para nós é importante, para eles é viável, vamos dar um exemplo claro, nós tínhamos a doação para o Banco Mundial para treinamento, em desembolso de recursos que é uma lógica muito específica, quem cuida de um orçamento normal de Governo não está, em tese, habilitado a trabalhar com recursos internacionais porque os procedimentos de comprovação de desembolso, os quadros financeiros, os balancetes e relatórios são totalmente diferentes. Tínhamos um treinamento para auditoria, pois esses projetos têm um processo de auditoria próprio, e até um determinado momento, o Banco Mundial nos

fornecia essa doação, e isso tinha um retorno fantástico, nós chegamos a treinar 2000 pessoas com 200 mil dólares. Por que treinar tanta gente? Hoje no Brasil não há uma continuidade administrativa, você tem uma equipe montada, amanhã todo mundo vai embora, vem outro time, você tem que treinar esse outro time e, de repente, o Banco Mundial disse que essa doação não era mais prioridade, e nós ficamos sem a doação. Então, é muito importante fazer o contato, se enquadrar dentro daquilo que ele financia, para você não ser rejeitado mais adiante. No caso da SEAIN, nosso link aponta essas doações, mas não estando as informações satisfatórias, você faz um contato conosco que encaminhamos para você todo o material necessário, encaminhamos a quem você deve se dirigir nessas agências para facilitar o seu trabalho.

Sobre a questão de financiamentos de consórcios para municípios, no momento nós não dispomos dessa modalidade porque não há como estabelecer o padrão jurídico do contrato, você não tem como delegar responsabilidade de um contrato internacional para consórcio de municípios, há uma diluição de autoridades, diluição de poderes e, esse mecanismo ainda não está sendo utilizado. Uma saída para municípios que tem uma pequena capacidade de endividamento, seria somar e contratar um empréstimo significativo. Outro ponto que nos colocam à disposição é o seguinte, o Governo Federal tem vários projetos de nível nacional e regional, os projetos já são contratados e estão em operação, se houver interesse estamos à disposição de fazer uma reunião coordenada, até mesmo pelo Estado, promover um encontro com prefeitos e autoridades municipais ou agências de desenvolvimento, trazer até aqui, aqueles gerentes responsáveis por esses projetos para que eles digam exatamente o que se pode fazer de convênio, que ações podem ser financiadas por aqueles contratos e como você tem acesso a esse recurso, como ele já está disponível para o Governo você não teria o custo de contratá-lo nem o tempo para isso, seria simplesmente fazer um convênio, desde que houvesse orçamento e financiamento, e alocar sua respectiva contrapartida.

Palestra 5

Financiamentos internacionais

Dra. Ana Maria Gonçalves¹

É possível que no meu pronunciamento tenha algo repetitivo da SEAIN, de uma forma mais resumida, até porque a Embrapa é cliente da SEAIN, tem seu apoio na captação de recursos de financiamentos internacionais, ficamos um pouco entre a SEAIN e o Banco Mundial.

Antes de entrar na parte de financiamentos internacionais, gostaria de expor uma idéia geral a respeito da cooperação internacional. A cooperação internacional é entendida como uma atividade na qual os países e organizações externas tornam efetivo o intercâmbio de conhecimento, experiência e interesses na área científica, tecnológica e organizacional. A cooperação internacional é vista como um fator de promoção do desenvolvimento sustentável, fator de expansão da base científica e tecnológica e instrumento de suporte e fortalecimento institucional. Estamos falando de financiamento, mas achamos importante entrar na cooperação, até porque trabalhamos com cooperação internacional como um todo, não só financeira, mas também com outros tipos de cooperação.

São os principais interesses da cooperação, o intercâmbio científico e tecnológico em testes institucionais, a capacitação de pessoal das instituições cooperantes em outros países,

¹ Secretária da Cooperação Internacional da Embrapa.

a capacitação de pessoal de outros países pelas instituições cooperantes, assistência técnica e consultoria, participação em projetos internacionais de interesse para o Brasil e para as instituições, a participação direta com outras agências de cooperação internacional e projetos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico de terceiros países.

A cooperação pode ter várias modalidades, ela pode ser dividida em tipo, abrangência política e natureza. Portanto, dentre os tipos de cooperação temos as cooperações recebidas, que é desenvolvida em países em desenvolvimento para o Brasil, ou seja, o Brasil recebendo essa cooperação técnica. A cooperação prestada já é ao contrário, o Brasil presta cooperação aos países em desenvolvimento. E a cooperação mútua não entra no grau de desenvolvimento dos países, é uma via de mão dupla, há benefícios e deveres entre ambos os cooperantes. Pela abrangência política, a cooperação pode ser bilateral quando ela se dá entre instituições do mesmo país, usualmente na Embrapa uma das maiores cooperantes com o Governo Japonês é o JICA e com o Governo Francês o “SIRRA”, que são dois exemplos bem pontuais que temos na empresa; e a multilateral ocorre entre o governo ou instituições de vários países ou, entre uma instituição nacional e um organismo internacional, então no caso dos financiamentos externos ela está situada na cooperação multilateral. A natureza da cooperação pode ser técnica, que corresponde a transferências ou absorção de conhecimentos; científica e tecnológica, que é o intercâmbio e o desenvolvimento do conjunto de novos conhecimentos; e a cooperação financeira, que é de interesse para todos aqui presentes e diz respeito ao financiamento de atividades de pesquisas e desenvolvimento, modernização da infra-estrutura, aquisição de bens, assistência técnica e capacitação de recursos humanos.

A cooperação financeira pode ser efetivada por meio de financiamentos e doações, no caso a SEAIN, que já foi bastante explicada, é o órgão interlocutor oficial do Governo junto aos organismos fiadores. Portanto, é ela quem coordena todo o

processo de negociação e contratação dos financiamentos externos junto às agências estrangeiras governamentais e os organismos multilaterais.

Das principais fontes de financiamento que usualmente o Brasil tem tomado empréstimos ou doações, no caso específico da empresa, as mais usadas são o Banco Mundial e o BID, já tivemos quatro projetos financiados pelo Banco Mundial e outros quatro financiados pelo Banco Interamericano.

O Banco Mundial é integrado por três organismos, a Associação Internacional do Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (CFI) e o Banco Internacional (BID), que na verdade aporta o financiamento. Ele tem apoiado preferencialmente projetos para o transporte, educação, saúde, desenvolvimento urbano, agricultura, saneamento e meio ambiente e, também, concede doações, também chamadas de cooperação não reembolsável, para estudos de viabilidade técnica, projetos de engenharia, treinamento, reformas institucionais e, essas doações usualmente concedidas pelo BID são usadas para a preparação do projeto.

Na Associação Internacional de Desenvolvimento o Brasil não é elegível, geralmente ela concede empréstimos em bases bem concessionais para países subdesenvolvidos. A Corporação Financeira Internacional é o braço privado do Banco Mundial, ela trata diretamente com o setor privado, não há necessidade de aval do Governo Federal e, nesse caso, não há interferência da SEAIN, ela só trata de empréstimos e financiamentos ligados diretamente com o Governo. No caso do CFI, é direto e não precisa de aval do Governo Federal. A CFI pode investir em capital, fazer empréstimos, subscrever ações, organizar empréstimos sindicalizados, oferecer consultorias independentes do financiamento do projeto e, também, financia reestruturação industrial, estratégia de redução de débito e avaliação de planos empresariais.

O GLOBO INVERNIK FACILIT, mecanismo do Banco Mundial, é voltado para o financiamento de projetos que contribuam para a diversidade biológica, redução da destruição da camada de ozônio, degradação de solos, é um fundo e, também, um crédito administrado pelo Baco Mundial.

O BID financia os países latino-americanos e caribenhos e, a exemplo do Banco Mundial, também se situa financiando projetos na área de transporte, saúde, meio ambiente, saneamento e agricultura. O BID, apesar das taxas de juros mais elevadas, hoje detém uma carteira bem maior que o Banco Mundial. O BID também tem um lado privado que é a Corporação Interamericana de Investimento que apóia empresas de pequeno e médio porte, não há necessidade de aval do Tesouro Nacional. Na parte de doações e cooperações não embolsáveis, ele atua com Fundo Multilateral de Investimento, esse fundo, embora seja uma doação, tem objetivos específicos, no caso da FUMI empresa, atualmente estamos iniciando a implementação de uma doação que está diretamente ligada a implementação do processo ou de um sistema de incubação da EMBRAPA, portanto ele é um projeto piloto. Vamos sistematizar o processo de incubação na Embrapa, então essa doação é direcionada a objetivos específicos, no caso do Banco Mundial.

No caso do BID eles têm esse objetivo de financiar mais, ações que também são direcionadas a algum segmento privado, então o Fundo Multilateral de Investimento, o FUMI, tem apoiado muitas ações de incubação de empresas no Brasil.

O Banco Europeu, que é o banco da Comunidade Européia, apóia projetos de estrutura e gerenciamento que podem chegar a receitas, esse financiamento é muito vinculado aos objetivos e prioridades da comunidade européia, então é um pouco difícil o acesso, pois todo o projeto a ser elaborado com o Banco Europeu sempre tem que ter um link muito importante de interesse da comunidade européia.

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, o FIDA, é uma agência da ONU, seus objetivos principais são aumentar a produção de alimentos nos países em desenvolvimento, reduzir os níveis de desnutrição e aliviar a pobreza rural.

Estes dois últimos fundos são fundos do governo japonês, o "O PRECIS ECONOMIC CORPORATION FOUND", que é uma instituição que apoia projetos de desenvolvimento econômico e, o "EXIMBANK", onde a única diferença é que este último financia projetos de alta rentabilidade a preços de mercado, já o outro opera em condições mais concessionais e, geralmente, com projetos de baixa rentabilidade.

Todos os projetos, as operações de crédito interno e financiamento de crédito externo têm um ciclo de projeto que, como foi colocado, às vezes demoravam até quatro anos desde a elaboração do projeto até sua implementação. Quando o projeto era iniciado, na instituição já haviam ocorrido mudanças no quadro administrativo e na missão da instituição, então ficava muito difícil. Isso foi bastante atenuado e, o ciclo tem sido reduzido consideravelmente em todas essas fases de preparação do projeto, que é quase uma "via Crucis," na identificação, preparação, avaliação, negociação, implementação e super revisão. No caso de outras agências e, no caso de doações, esse ciclo é bem menor e bem menos exigente, considerando que, nesse caso o financiamento, a doação, não irá implicar no aumento da dívida do país. Então, não é que se tenha menos cuidados, mas há uma redução nos passos a serem seguidos porque, no caso de financiamento, existem várias instâncias, tanto do Governo Federal como do agente financiador.

Uma das fases mais importantes no ciclo dos projetos é a fase de negociação, porque é nessa fase que toda a definição de todos os procedimentos do projeto, dos objetivos e das metas são decididos. Então, a execução normal de um projeto depende da negociação entre os órgãos governamentais, o agente financiador e o executor do projeto. É um período, uma

fase de extrema importância, onde se estabelece as condições de desembolso, de implementação e todas as regras do jogo. Muitas vezes o agente executor está ávido pelo recebimento dos recursos, não só porque necessita, mas também porque precisa implementar aquela ação e, às vezes, se submete à determinadas exigências do agente financiador. Então, é muito importante que o executor, no momento da negociação, veja bem as condições que estão sendo impostas, porque a partir da elaboração do projeto serão gerados os documentos contratuais e esses documentos irão refletir a parte jurídica, a parte formal do projeto. Todo o projeto que é financiado pelo BID tem um documento que é chamado *Informe del Proyecto* e, pelo Banco Mundial tem um outro documento, o PAD, que é o *Project Appraisal Document*, que é como se fosse a bíblia do projeto. Nele estão todos os custos financeiros, os objetivos, as metas, planos de implementação, planos de aquisição, todos os mecanismos que deveriam ser utilizados naquele projeto. Apenas os aspectos principais são traduzidos para os contratos, para os instrumentos jurídicos e esses instrumentos jurídicos é que direcionarão toda a implementação do projeto.

Qualquer modificação que tenha de ser feita nesse instrumento jurídico terá que passar por todo aquele processo do ciclo de implementação, toda aquela “via Crucis”. É um processo muito demorado às vezes, daí a importância da negociação, das coisas estarem bem claras e que o executor aceite e coloque apenas aquilo que é possível implementar, porque uma má negociação repercute na implementação total do projeto. Ela vai se arrastando e dificultando a implementação, fazendo com que os desembolsos não sejam efetuados porque não há condição de realização e, conseqüentemente, o projeto fica mais oneroso pela implicação de taxas de compromissos pelos desembolsos não realizados.

Após dar uma visão geral a respeito dos financiamentos, das modalidades de cooperação, gostaria de colocar algo sobre uma nova modalidade de financiamento que são os Programas Competitivos para o Financiamento da Agricultura, Ciência e Tecnologia.

A partir da década de 90 os índices de aporte de recursos públicos para as instituições de pesquisa têm decrescido sensivelmente e, com isso, as instituições passaram a deter menos recursos. Com menor recurso houve uma queda na eficiência dessas instituições. Então, criou-se quase que um ciclo: pouco recurso, pouca eficiência e redução das atividades. Foi estabelecido e tem crescido no exterior, no Brasil e na América Latina a implementação de programas de financiamentos competitivos. O que levou a isso foi exatamente a redução dos investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento, que ocasionaram a queda das atividades de P & D fortemente dependentes de recursos públicos, com isso as instituições tiveram que revisar as suas prioridades e limitar as atividades. É como se as instituições, nessa revisão, tivessem que pensar em fazer melhor com menos recursos. Um outro aspecto que ocasionou a implementação crescente desses programas competitivos foi a própria competitividade, uma pressão por maior quantidade, diversidade, qualidade de produtos e uso sustentável de recursos naturais.

Outro fator que contribuiu muito foi o aumento da demanda por tecnologia da agropecuária e, o que se verifica é a pouca participação do setor privado no financiamento da pesquisa e do desenvolvimento. Então, esses programas têm um objetivo muito claro de aumentar e incentivar a participação do setor privado em todo o processo de financiamento da pesquisa agrícola.

Outras circunstâncias que motivaram a implementação desses fundos nesses programas é que havia pouca interação entre os projetos das instituições de pesquisa em geral, os projetos eram feitos mais pela oferta do que pela demanda, um super aproveitamento da capacidade e infra-estrutura de pesquisa, sobretudo das universidades e, uma pouca participação da sociedade na definição de prioridades e implementação das ações de pesquisa e desenvolvimento.

Esses projetos têm características bem peculiares que motivam a participação das instituições na captação de recursos e que resultam em vários benefícios para o desenvolvimento da pesquisa, ciência e tecnologia. Esses programas geralmente têm uma grande transparência porque são sistemas abertos, altamente participativos, com normas claras bem definidas e uma ampla divulgação, permitindo uma ampla participação de candidaturas. Então, as instituições que participam desses programas competitivos têm total noção das regras do jogo. São todas as normas, todos os procedimentos, os processos, as etapas de avaliação e os critérios de avaliação de conhecimento dos usuários e dos clientes e daquelas instituições que queiram participar.

A competitividade é um aspecto bastante importante porque ela ocasiona uma seleção dos melhores projetos. Por isso, nesse processo competitivo, apenas os projetos de melhor qualidade é que serão escolhidos e selecionados para o apoio financeiro desses programas competitivos. Com isso, há um aumento da capacidade inovativa porque, a partir do momento em que exista necessidade e competitividade, conseqüentemente, haverá um aumento de qualidade. Ela faz com que cada vez mais as instituições procurem melhorar a apresentação dos seus projetos para que estas possam ter o apoio financeiro desse tipo de financiamento. Obviamente, um projeto dessa natureza aposta em propostas inovadoras e instituições novas, também porque um dos objetivos desses programas é exatamente a integração entre as diversas instituições, com a finalidade de evitar que haja uma superposição de ações, que haja uma economia de custo no desenvolvimento de uma mesma ação.

Uma outra característica, considerada importantíssima, que atualmente é cantada em prosa e verso em todas as ações, é a parceria. A parceria é uma condição indispensável nesses projetos, e ela pode ser feita entre as instituições públicas ou privadas, com instituições estrangeiras e internacionais. A parceria propicia uma maior interação institucional e integração

regional, maximiza o uso dos recursos institucionais, recursos humanos e materiais e, há um ganho mútuo de competência e interação ou troca de experiência. Na parceria muitas vezes o objetivo desses programas é exatamente diminuir o *gap* existente entre as instituições mais e menos desenvolvidas, porque muitas vezes quando elas foram instaladas davam a idéia de que a implementação poderia resultar exatamente no contrário, porque aquelas instituições que tivessem a capacidade científica, um potencial, uma infra-estrutura bem estabelecida, poderiam receber todos os recursos, em contrapartida as outras não teriam condição de competir em igualdade de condição.

Então, uma das exigências dos programas competitivos é que haja uma interação, no caso o projeto financiado, coordenado pela Embrapa, não pode ter menos do que dois subprojetos executados por duas instituições juridicamente distintas. Não pode haver projetos entre as mesmas unidades da Embrapa ou um projeto apresentado por uma universidade com vários departamentos daquela universidade, tem que ser duas universidades distintas ou uma ONG, instituição etc., ou então há sempre uma interação entre as instituições.

Um outro aspecto do projeto seria a eficiência que ele gera, resultando numa melhor qualidade dos projetos, um maior rigor científico, um maior nível tecnológico, ampliação da base de conhecimentos e a redução dos custos, considerando que o recurso será direcionado para várias instituições que irão desenvolver um objetivo comum. Em muitos casos, foi observado que algumas instituições estavam em superposições de ação, executando a mesma coisa com laboratórios sub-aproveitados. Então, a interação e a parceira fazem com que uma mesma ação seja desenvolvida por várias instituições, mas direcionados a um objetivo comum.

Finalmente, uma outra característica é que esses projetos resultam numa temática centrada em áreas e problemas críticos e estratégicos. Então, a seleção dos projetos é feita através

da divulgação de editais que são baseados em demandas que vêm de todos os segmentos do processo da cadeia de pesquisa e de todos os participantes da comunidade científica. São problemas e temas de alta prioridade e que são demandados periodicamente, com isso há uma geração participativa da tecnologia, há uma maior confiabilidade na aplicabilidade dos resultados, um maior potencial de adoção e uma dinamização do setor produtivo com a criação e expansão de cadeias produtivas, geração de empregos e aumento do consumo.

Esses programas têm uma flexibilidade muito grande porque têm objetivos gerais, mas as demandas e os assuntos que serão resolvidos podem ser definidos a qualquer momento. Então, no caso do projeto coordenado pela Embrapa, do programa competitivo, temos algumas áreas prioritárias, mas as linhas temáticas, os assuntos que serão demandados para o recebimento de projetos, variam a cada edital lançado. Por exemplo, eles têm flexibilidade, pois se de repente surgir uma prioridade nacional em que se precisa resolver um problema e, que seja direcionado a uma determinada região ou uma determinada situação, eles podem ser facilmente divulgados e implementados através do edital.

Um outro aspecto muito forte desses programas é a sustentabilidade das instituições, porque há um compartilhamento de custos, onde toda a instituição que participa desses programas competitivos tem que apresentar uma determinada contrapartida, há um alargamento da base financeira com o aumento das fontes de financiamento para os projetos de pesquisa e desenvolvimento e um incentivo muito grande com maior participação do sistema produtivo, do sistema público de pesquisa e do sistema privado. Porque, a partir do momento em que a sociedade e o setor privado entendem que aqueles recursos que estão sendo aportados para o desenvolvimento daquelas ações estão sendo desenvolvidos de uma forma eficiente, a credibilidade no sistema vai aumentando e, conseqüentemente, são aportados e utilizados mais recursos da iniciativa privada. É uma via de

mão-dupla, a partir do momento em que a iniciativa privada sente que há uma co-responsabilidade de ações e que há um interesse no desenvolvimento das ações, há uma consequência lógica de participação da iniciativa privada naquele segmento.

Por último, embora esses programas tenham uma implementação e um crescimento muito grande, eles têm alguns pontos críticos que devem ser trabalhados quando da sua elaboração e quando da sua implementação. Por exemplo, como já havíamos falado, o objetivo principal seria diminuir o *gap* entre as instituições menos favorecidas e as mais favorecidas entre regiões. Mas, um cuidado especial deve ser tomado na elaboração ou na divulgação e definição das prioridades, porque pode ocorrer exatamente o contrário, porque as instituições com capacidade científica mais bem instalada, melhores desenvolvidas, podem ter a prioridade na seleção porque vão apresentar projetos melhores. Então, um dos procedimentos que devem ser adotados é direcionar prioridades, por exemplo, especificamente para o desenvolvimento daquela região ou direcionados para resolver os problemas daquele Estado ou de um determinado tema que se tenha concentração maior naquela região. São coisas que devem ser trabalhadas, senão pode-se inverter a situação.

Outro problema é que como há necessidade de parceria, e como existe pouca tradição de interação, embora isso esteja sendo trabalhado atualmente, no passado as instituições de pesquisa, principalmente, trabalhavam muito isoladas, então achavam que tinham total autonomia, ou seja, que poderiam fazer tudo sem nenhuma complementação. Atualmente, sabe-se que uma instituição que trabalha isolada não tem como competir, não tem como crescer, a parceria é importantíssima e faz com que haja desenvolvimento mútuo e aumento da capacidade técnico-científica dessas instituições.

No caso da pesquisa, esses programas competitivos geralmente financiam projetos de curta duração, geralmente de dois ou três anos. Um projeto que tenha uma perspectiva de implementação

de cinco anos, usualmente, não pode ser financiado porque, como regra geral desses programas, os projetos devem ter entre dois e cinco anos. Esse problema também, em alguns casos, pode ser resolvido durante o desenho do fundo, o desenho do programa ou até mesmo na sua implementação, como por exemplo, direcionar os recursos do primeiro edital a projetos de longa duração, porque daí eles terão o tempo útil da vida do programa que geralmente são financiados pelo Banco Mundial ou pelo BID.

Para finalizar, vamos dar um exemplo de programa competitivo, o Prodetab que é financiado pelo Banco Mundial e que tem sido implementado pela Embrapa desde 1998, com a divulgação de seis editais, abrangência nacional e com quatro anos de implementação, e ainda teremos uma prorrogação de dois anos. Já percebemos ganhos incríveis na implementação desses projetos, na implementação desses programas competitivos.

O objetivo do Prodetab é o aumento da eficiência e da competitividade dos setores agropecuários, florestal e agroindustrial; a superação do atraso tecnológico; a equidade regional e social entre produtores rurais; a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e a recuperação de áreas degradadas; melhoria na distribuição de renda e o aumento da eficiência e sustentabilidade do sistema nacional de pesquisa agropecuária.

As áreas prioritárias desse projeto são a agricultura familiar, recursos naturais, estudos estratégicos, tecnologia avançada e agronegócio. Essas são as áreas prioritárias, mas a cada edital são lançadas linhas temáticas específicas para o edital, que são baseadas nas demandas advindas de todos os segmentos da sociedade científica. Algumas peculiaridades são a transparência no seu processo, o acesso a informações, que todos os usuários e clientes de um sistema competitivo têm. Então, para a seleção dos projetos, temos várias instâncias que começam com uma comissão técnica de pré-qualificação, onde os projetos passam por consultores *ad hoc*, depois são

analisados pela comissão técnica de projetos, em que fazem parte da estrutura o Sistema Embrapa de Planejamento e o Comitê Diretor, que é a instância máxima da aprovação dos projetos do Prodetab. É importante colocar que esse Comitê Diretor, por definição e negociação junto ao agente financiador, que é o Banco Mundial e a própria Embrapa, deveria na sua composição a maioria de membros não pertencentes à Embrapa, isso é feito para garantir a transparência, a credibilidade e a eficiência do comitê. Porque, quando esse projeto foi desenhado e implementado, ocorreram muitas reações, tanto das instituições internas quanto das externas, porque havia um questionamento muito grande, inclusive da própria CIAIM de como seria se a Embrapa estivesse coordenando e, também, sendo usuária do sistema, se não haveria um benefício específico para as unidades da Embrapa.

Uma das formas de garantir a lisura do processo é que essas comissões não tenham a maioria de componentes pertencentes a Embrapa. Na prática, se observa que houve um crescimento significativo da participação das universidades no Prodetab entre o primeiro e o último edital lançado. Nos dois primeiros editais tínhamos uma participação de execução de subprojetos em que, aproximadamente, 57% eram projetos executados pela Embrapa, nesse último edital a média geral está em 43% executados pela Embrapa e 38% pelas universidades. As universidades cresceram de 7% nos primeiros editais para uma participação de 37%. Então, percebemos que este é o efeito da capilaridade do projeto, o incremento nas parcerias, a credibilidade do programa, porque a partir do momento em que as instituições passam a participar do sistema, significa que elas estão com credibilidade e que o programa está demonstrando a confiabilidade. Estes recursos são garantidos e repassados para seus executores da forma como os projetos são preparados. Os projetos apresentados para o Prodetab são imersíveis, porque entendemos que os executores, aqueles que elaboram os projetos, são os que têm o maior conhecimento das necessidades que terão e precisarão para o desenvolvimento daquelas ações.

Os requerimentos essenciais mais básicos para participar do apoio do Prodetab, seriam as características importantes dos projetos estarem enquadrados no edital, eles terem característica de pesquisa ou desenvolvimento, é essencial que haja uma parceria multi-institucional. Não é admitida, nesse programa, a apresentação de um projeto com uma única instituição. Sempre há necessidade de interação entre pelo menos mais de uma instituição. Há uma necessidade de contrapartida e, devem ser propostas inovadoras, que tenham relevância nos impactos, nos benefícios e nos seus resultados.

Esses programas são direcionados para um tipo de ação, eles apenas financiam os custos operacionais dos projetos, não servem para, por exemplo, montar a infra-estrutura das instituições, porque se espera, quando a instituição participa desse projeto, desse sistema, que ela tenha uma capacidade de infra-estrutura instalada. Ele não é um fundo que vá suprir as instituições que estão pleiteando o financiamento de recursos para laboratórios, para construção de obras. No caso de outros sistemas competitivos do mundo isso não acontece, mas no Prodetab abrimos financiamento para pequenos investimentos. Então, o projeto pode financiar um equipamento necessário, mas não é um financiamento direcionado única e exclusivamente para fortalecimento institucional, muito pelo contrário, é para o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, ele não é um mecanismo que vem substituir outras fontes de financiamento da instituição, ele vem complementar, nunca substituir, até porque ele não financia salários, não financia capacitação de pessoal, no caso de pós-graduação, que são aspectos bem importantes em instituições de pesquisa e ensino.

Gostaria de colocar, dentro de toda essa experiência e desses sete editais já lançados pelo Prodetab, as razões mais comuns de não aprovação dos projetos submetidos.

As razões formais e técnicas são bem mais simples do que a apresentação de propostas fora do prazo. Então, quando o edital é lançado vem com todas as regras, com todas as datas e,

a partir daquele momento, existe uma data para apresentação da proposta. Depois dessa data nós não podemos mais receber, senão passaríamos o ano inteiro recebendo propostas sem condições de iniciar o processo de seleção. O problema da falta de documentos ou documentação incompleta já foi sanado, porque nos primeiros editais houve um rigor muito grande na parte documental e muitos projetos não passaram nem para a análise do mérito técnico-científico porque estavam com a documentação incompleta, faltava alguma coisa ou a documentação estava vencida. No entanto, isso agora está bem minimizado, só em casos extremos é que um projeto não passa por mérito técnico por causa de documentação.

Nas linhas temáticas divergentes do edital, recebemos propostas que às vezes são totalmente contrárias àquilo que está sendo demandado no edital. A ausência de parcerias ou a parceria não-caracterizada, falta de sinergismo e complementaridade, inadequação orçamentária e de contrapartida. Os aspectos técnicos da não aprovação ocorrem mais quando há uma abordagem superficial do problema, imprecisão ou falha de clareza dos objetivos, não vinculação do problema com as metas, objetivos e falta de sinergia e complementaridade entre os subprojetos, inconsistência metodológica, estratégia de uma ação superficial e os resultados dos projetos não apresentam nenhuma relevância. Esses são os aspectos que apontamos como os mais comuns na desclassificação de projetos que são submetidos ao apoio de sistemas do Prodetab.

Como alerta para evitar que ocorra desclassificação, sempre recomendamos aos nossos clientes e usuários que façam uma leitura atenta do edital, verifiquem se o projeto que está sendo apresentado tem pertinência com a linha temática que está sendo demandada, vejam a natureza das ações e, se há uma efetiva parceria institucional, porque muitas vezes, apesar de já estarmos no quarto ano do projeto, algumas instituições entendem que a parceria pode ser interna. Essa parceria deve ser de instituições distintas juridicamente, nem internamente

na empresa, nem internamente na universidade ou entre departamentos, isso não é concebido.

Por exemplo, temos um limite máximo de financiamento de 75% e o executor deve apresentar 25% de contrapartida, então nós recebemos pleitos com 90% de financiamento e 10% de contrapartida. Pode ser uma coisa simples, mas é um fator que inviabiliza o andamento do processo de seleção do projeto. A capacidade de disponibilidade da equipe técnica é importantíssima, isso é muito visto pelo comitê diretor, porque a equipe que vai desenvolver as ações é avaliada pelas ações que estão descritas no projeto e pelo comprometimento delas. Isso é importante porque nos primeiros projetos, isso é uma coisa até absurda, mas aconteceu muito, tínhamos nomes na equipe, no entanto a pessoa nem sequer sabia que estava participando do projeto. Então, é muito importante o comprometimento da instituição e da equipe de pesquisadores ou responsáveis pela execução do projeto. Porque esse não é um projeto em que, a exemplo do CNPq, os financiamentos são direcionados, às vezes, para os próprios pesquisadores ou professores, ele é um projeto em que o recurso é direcionado à instituição, ou seja, um projeto institucional.

Sabemos que um projeto nasce da ação conjunta das pessoas, ele começa na idéia entre os pesquisadores, professores e tudo mais, mas a instituição é a responsável por esse financiamento, é ela que vai ser contratada, logo é muito importante o comprometimento da instituição na proposta do projeto. Outro fator importante, e que deve ser lembrado, é a concordância com os termos de contratação. Todos os documentos operacionais do Prodetab estão disponíveis na Internet, o manual operacional, o roteiro de elaboração de projetos, modelos de contratos etc.

Muitas vezes o projeto aprovado é um projeto excelente, mas na hora da contratação há um impasse nas assessorias jurídicas das instituições porque o pesquisador ou professor não levou o contrato e deu conhecimento à instituição das cláusulas

contratuais. Aí começa um questionamento a respeito do contrato, que não deveria mais ser questionado porque ele já foi definido e discutido no início da operacionalização, já tem normas claras de propriedade intelectual. Então, cria-se um impasse, sabemos da necessidade de aportar o recurso para o pesquisador, mas não podemos fazer nada se a instituição se nega a assinar o contrato. Então, isso é um aspecto muito importante que deve ser considerado quando for elaborada a proposta para apoio financeiro Prodetab.

Não vou entrar em detalhes sobre como preencher os formulários porque eles são auto-explicativos, eles estão disponíveis, estão em constante aprimoramento a partir do *feedback* que recebemos dos clientes para torná-los cada vez mais claros, mais práticos e flexíveis. Mas, me coloco à disposição para qualquer informação e ajuda no preenchimento de propostas e coloco a Secretaria de Cooperação Internacional à disposição. Realizamos, quando a instituição solicita, dias de esclarecimentos, em que enfocamos os principais aspectos da elaboração de um projeto, as causas de insucesso e as possibilidades de apresentar propostas cada vez mais exitosas.

Palestra 6

Linhas de ação na elaboração de projetos

Dr. Raimundo Caminha¹

Sou supervisor do Prodetab, o representante do Banco Mundial junto ao Prodetab e, me sinto bastante confortável em dizer que tem sido uma experiência interessante atravessar várias regiões e ver diferentes abordagens, sempre orientadas para um mesmo programa, acho que estou aprendendo muito e acho que vou aprender mais do que realmente contribuir.

Queria parabenizar os organizadores, pela convergência que deram a esta parte. Imaginei que seria interessante definir algumas coisas, que pela nossa experiência podem ser úteis às discussões que são bastante importantes nesse seminário, são definições de linhas de ação de projetos.

Nesta exposição, vou abordar aspectos que podem ser importantes na preparação de um projeto para que esse possa ser apoiado pelo Banco Mundial e, também pelo Governo, porque, normalmente, a definição de alguns destes parâmetros é feita com colaboração e discussão com o governo local.

Nesse site, voltando um pouco ao manual, tem um número antes do projeto, esse é o número do acordo do empréstimo, então quem acessar o site e quiser um documento técnico sobre qualquer um destes projetos, digita esse número e vai aparecer a disponibilidade de documentos que foram usados

¹ Banco Mundial.

na preparação, a responsabilidade, onde está o projeto e as informações básicas, então a lista é muito grande e por ela também se define que o banco tem uma ação muito ampla dentro da área agrícola, saúde, educação, infra-estrutura dos meios urbanos, reajustes macro-econômicos e apoio ao desenvolvimento industrial do setor privado.

O Banco tem as suas prioridades, sendo mais fácil ser aprovado se conseguir recursos dentro das prioridades do que fora delas. As prioridades hoje em dia são quase uma missão institucional são, em primeiro lugar o ataque à redução dos índices de pobreza, em segundo o interesse especial pela questão da preservação ambiental. A área de redução da pobreza implica todas as políticas sociais de educação, saúde e acesso a infra-estrutura básica e, também, o componente de desenvolvimento do capital social, da cidadania e da participação.

O banco esta trabalhando com escritório no Nordeste, onde eu estou desde 1974, quer dizer, antes mesmo de ter o escritório em Brasília.

Ele foi para lá exatamente porque ali estava, nessa época, uma preocupação da instituição com os elevados índices de pobreza, com a distribuição irregular da terra e com os problemas da seca. Então, acharam por bem fazer uns estudos iniciais e montaram esse escritório, pequeno e onde trabalham quatro pessoas. O período em que estivemos nesse lugar fez com que nós, através de erros, começássemos a desenvolver idéias que no final nos levaram aos acertos, mas no início nós aprendemos muito mais através de erros do que de acertos, principalmente durante a década de setenta até o início de oitenta. Nessa época, desenhamos alguns projetos que são muito bonitos tecnicamente, chamados projetos integrados, onde se definindo o diagnóstico de uma região, também se define os principais componentes ou ações que serão feitas no local, e imagina-se no papel que quando colocados os recursos nos diversos segmentos eles irão convergir e funcionar harmoniosamente. Chamamos isso, nessa época, de programas de pólo-nordeste,

porque eles são divididos em pólos. Havia nesses dados recursos para estradas, abastecimento de água, crédito, extensão rural, pesquisa etc., então com um planejamento geral tudo isso deveria convergir para aquela região. Aplicamos de 400 a 500 milhões de dólares nessas idéias. Os recursos eram repassados para as instituições executoras e, imaginava-se que as coisas funcionariam. Houve uma decepção muito grande, mas pelo menos tínhamos preservado o princípio.

O Banco fez uma avaliação no meio da década de 80, descobriu que dos 400 milhões de dólares que haviam sido aplicados apenas 20% tinham chegado realmente àquelas pessoas que nós queríamos. Não houve maldade nessa história, o que ocorreu foi que cada instituição desenvolvia uma percepção diferente sobre o mesmo fato, por isso as coisas não chegavam, então, por exemplo, existia a uma instituição para cavar o poço, outra para fazer a caixa de água e outra para comprar o motor. Uma outra questão era não se levar em conta, talvez em função do modelo político brasileiro daquela época, o poder da participação, quer dizer, qual é o benefício de envolver ou não envolver as pessoas? Existia um comprometimento técnico, uma presunção técnica tão grande que se você achasse que ele precisava de água, você iria até lá, faria o poço e iria embora.

Na verdade, também fizemos um levantamento dos sistemas de abastecimentos de água que construímos numa região seca, árida, onde todo mundo acha que água é uma coisa muito importante. Pois, 80% desses sistemas estavam quebrados, muitos deles, a maioria, porque faltava uma simples peça de menos de cinquenta centavos na época, então começamos a investigar porque alguma coisa estava errada.

Essa é uma nova fase de projetos, onde a comunidade irá decidir o que quer primeiro. Embora se tenha o conhecimento e se saiba o que ela precisa, deixa-se ela decidir o que quer. Esses são os chamados projetos de combate à pobreza rural que estamos desenvolvendo nos oito Estados do Nordeste, e não se trata de um projeto piloto de observação, visto que

já trabalhamos com 30 mil comunidades. A novidade deste projeto é essa simplicidade, nós elaboramos um projeto em cada Estado, tendo mais ou menos o mesmo desenho de funcionamento: a comunidade se organiza em uma associação; o projeto divulga a regra, para que eles definam o que é prioridade, o que mais agoniza a vida deles. Um ponto muito importante é que não trabalhamos com lista positiva, dizendo que financiamos isso e aquilo, trabalhamos com uma lista negativa, dizendo tudo o que nós não financiamos. Se vocês estão curiosos, a lista inclui a igreja, coisas com álcool, fumo, sede de sindicato, veículo de passeio e não passa disso, o resto está aberto, você define o que precisa.

Essa associação faz uma assembléia para definição das prioridades, encaminha uma ata para o conselho municipal, onde 80% dos membros que tem voto são representantes dessas associações, incluindo também sindicatos e igrejas, os 20% são representantes do governo local, é o que chamamos de “chapa branca”, ou seja, o pessoal do governo, prefeitura, algum representante estadual.

Eles priorizam essas demandas de acordo com o conhecimento local e encaminham para uma unidade técnica para ela analisar a viabilidade da proposta do ponto de vista técnico ou econômico, não entrando mais no mérito, esse é o segredo.

Uma vez aprovado, o recurso que financiar aquele investimento é transferido diretamente para a conta da associação, essa associação (isso é um fundo perdido) entra com 10% dos custos com mão-de-obra, não precisando comprovar. Quando propusemos essa idéia encontramos muitas dificuldades. Primeiro por resistência técnica, o paradigma de que a pessoa pobre não sabe definir suas necessidades, não sabe executar o que foi proposto. Em segundo lugar, por resistência institucional. Você imagina recursos alocados para todas as instituições de pesquisa e de extensão. Tínhamos um saldo, é a intenção era transferir tudo isso para as associações de uma só vez, todos reagiram. Então, usamos uma técnica que determina

que no momento em que as coisas estão muito estabelecidas e há muita resistência, você deve puxar os líderes para que eles vejam outras situações, conversar com cada. Para tanto, o banco financiou uma viagem de dez Governadores dos Estados do Nordeste ao México, onde estava sendo executado algo similar. Ao invés de ouvirem a palestra de um técnico, que não convence a eles de jeito nenhum, eles iam conversar com um colega Governador de outro Estado, que repassaria para o governador do Nordeste qual era o benefício político que ele poderia ganhar com aquele projeto. Quando retornaram, foram radicais, queriam que 20% do saldo dos recursos dos projetos antigos passassem para essa modalidade. Isso é muito bom, num lugar onde há tradição e o conservadorismo você dá um choque de cultura, ou traz gente de fora para apresentar, mas cuidado, coloque pares para falar a mesma linguagem, coloque técnico com técnico e político com político.

Uma vez aprovado, as resistências foram embora. Então, passamos apenas a acompanhar este tipo de projeto. Vejam que, percebemos imediatamente que para um conjunto de pequenos investimentos, que são de uso comunitário, a comunidade local tem mais competência e mais vantagens comparativas para fazer aquilo do que o Governo, essa é a primeira conclusão. Todos os levantamentos fizeram com que 97% de todos os recursos chegassem às comunidades, não ocorrendo mais perdas.

A primeira coisa que fizemos foi diminuir a burocracia e substituir os controles burocráticos pelos controles sociais. Mesmo assim, com todas as dificuldades, ainda existe muita burocracia. Uma associação para ser registrada, no início, precisava de 23 documentos, hoje em dia eles registram com dois. Ainda temos o problema da relação entre o Estado e entidades como a associação comunitária, eles exigem muitos documentos e, de vez em quando, nós temos problemas com auditores, tendo dificuldades até dentro do banco. O banco teve que mudar suas regras, pois a nossa missão era trabalhar com pessoas pobres, as regras que estavam lá eram regras para

se construir grandes usinas, grandes estradas que não tinham nada a ver com o que estava sendo feito, e esperar que esse povo chegasse até as regras do banco não era possível.

Um projeto tem que ter essa simplicidade. Se vocês lerem esse projeto verão que ele só tem dois objetivos, um é fazer um investimento que resolva o problema agudo da comunidade, o outro, é utilizar esses investimentos como instrumento catalisador de formação de capital social.

Toda a associação que recebeu uma conta bancária que executou o recurso, que prestou contas, que opera aquele investimento, tem a propriedade da obra. Para compreender as mudanças é importante observar alguns fatos, por exemplo, descobrimos que a origem do vandalismo, como a destruição de ônibus escolares, telefones públicos, ou seja, destruição dos investimentos públicos se dava pela falta de participação, a partir do momento em que estas associações passaram a ter propriedade, esse tipo de problema foi resolvido.

Na Bahia, por exemplo, a comunidade pediu um cemitério. No diagnóstico realizado, constatamos que a comunidade não tinha água, luz, saneamento etc. O cemitério para eles era a prioridade número um, embora tivessem definido três prioridades, porque se uma não é viável, a outra seria. A proposta foi enviada para ser discutida e, na primeira assembléia, o assunto foi o cemitério, assim como na segunda e na terceira. Então, fomos lá para ver o problema, que era bastante interessante. Tratava-se de uma comunidade muito dispersa, muito isolada, como geralmente acontece no nordeste, e a única coisa que os unia era um problema, eles estavam enterrando os seus mortos nos próprios quintais. Mesmo com a possibilidade de ter abastecimento de água através de um programa Federal, achavam que isso era inconveniente e que eles precisavam mesmo de um cemitério. Era um ponto comum, a conclusão seria financiar o cemitério, sem discussão. A regra do jogo é essa, a comunidade define a prioridade, nós obedecemos a definição.

O capital social que se gera a partir desse consenso é fabuloso para se resolver milhares de problemas. O governo tem uma limitação até muito grande e a comunidade tem uma limitação a partir de certo nível. Uma obra complexa para a comunidade pode ser complicada para administrar, mas uma obra pequena como a construção de latrinas, melhorias habitacionais simples etc., podem ser realizadas com pouco recurso, estão fazendo com R\$ 2 mil, de maneira eficiente, e isso eles fazem muito melhor do que o Governo.

A contrapartida de 10% nos projetos de saneamento, de água, de estrada etc., não é na verdade 10%. Se formos medir, em alguns casos eles contribuem com muito mais. Agora o recurso está nas mãos deles, é preciso confiar. Para se ter idéia do grau de responsabilidade, nós estamos com apenas 3% de perdas, ou seja, projetos que foram abandonados ou que não deram certo somam 3%, essa é a média do Nordeste. Tudo funciona normal, mas as vezes não é tecnicamente perfeito. Algumas vezes chegamos lá e o sistema está um pouco disperso, mas está funcionando, outras vezes está perfeito.

Então, a partir daí partimos para programas que foram gerando um insumo muito importante. Temos programas de crédito fundiário nacional, onde um grupo de produtores se junta e define que terras querem comprar, negociam o preço, submetem a esse conselho, o conselho checa se o preço está bem, se a terra está bem, manda para o governo que olha só duas coisas, se o título é real ou é um documento falso e se o preço está dentro daquela faixa de mercado. Se estiver tudo certo, o assunto é encerrado, então vai para o banco que financia e ainda serve de garantia, e também se faz um investimento comunitário para dar estrutura.

Por exemplo, o sistema de reforma agrária levou 30 anos para desapropriar no Ceará 20 ou 30 propriedades, hoje em dois ou três anos estamos com mais de 40 propriedades desapropriadas. No caso do Prodetab, foi a mesma coisa. Existe a componente Conselho, a componente Consulta, a

componente Sinergia, não se pode encerrar essa componente numa área de depressão, não se deve investir tudo no tecnicismo, nem tudo é técnico. Temos que investir um pouco na atitude, na mobilização, no grau de envolvimento. No Nordeste esse projeto só tem dois componentes, um que transfere o dinheiro para a comunidade e outro que dá apoio para a comunidade. Estes componentes não estão ali para resolver pela comunidade, mas para ajudá-la. É o chamado local de treinamento ou de capacitação, é o local de reunião de conselhos, de discutirem planos. Isso são coisas que as vezes não medimos, essa capacidade de gerar cidadania.

Desse ponto evoluímos para um projeto de sanidade animal, o qual aconteceu o que o Dr. Marcelo já comentou em sua exposição. O projeto foi aprovado pelo banco, no entanto ocorreram mudanças no Ministério da Agricultura que acabou não aceitando o projeto. Chegamos a conclusão de que há um momento de globalização em que a preocupação em manter o rebanho sadio, que antes era totalmente do Governo, hoje em dia também deve ser do proprietário. Ninguém tem maior interesse hoje em dia, com uns mercados globalizados, de ter padrões de origem e de certificação do que o governo.

Então, são essas coisas que temos que incorporar, a participação da sociedade para que ela mesma possa resolver os seus problemas. Às vezes as pessoas pensam: será que esse pessoal vai fazer isso certo? Erramos tantos anos, agora vamos deixar que eles errem. Às vezes, chegamos em uma comunidade onde foi feita alguma coisa errada, eles já vão dizendo: "Olha, isso daqui foi erro nosso, não foi o técnico! Fomos nós que erramos, e não tem problema, nós consertamos". Hoje, temos 30 mil projetos desse jeito e temos mais de 50 mil associações organizadas. Isso é muito bom, porque tínhamos um grande dilema que consistia em primeiro organizar, discutir e depois mobilizar. O problema é que essas pessoas não agüentam duas reuniões em que você não tem nada de concreto. Eles vão na primeira, mas depois a mensagem é essa: a questão nem é chegar com o investimento

sem dar conhecimento, sem discutir, mas também não se deve passar a vida todinha falando em organização. Então, o fato de eles se sentirem donos e todo mundo saber de tudo e de discutir é fundamental.

Mercado em caráter experimental, para que possamos evoluir para a aliança mercadológica em nível comercial. Aqui, também teríamos a intenção de desenvolvimento de novos produtos do tipo carne para hambúrguer com mais ou menos gordura, do tipo empacotado para churrasco em casa, enfim, padrões de carne moída e uma série de novos produtos que poderíamos desenvolver e experimentar dentro dessa aliança que seria de caráter experimental. Isso significaria a melhoria da eficiência dos diversos segmentos, ou seja, nós estaríamos estudando com mais proximidade todo processo que envolve todos os segmentos, seja da parte de produção, abate, esfola, preparo de corte, das carcaças e da distribuição, assim como um trabalho com uma dimensão quase que comercial, que envolveria um número em torno de quinze a vinte produtores, sendo um número considerável para que pudéssemos, então, avaliar os diferentes problemas que estavam surgindo dentro dessa pequena aliança mercadológica.

O módulo três já seria um nível maior, que envolveria uma aliança mercadológica comercial, a qual pretendemos implantar, a prevenção e controle baseados na Análise de Perigo e Controles Críticos. Faríamos um rastreamento da carcaça e da carne já em caráter de grande distribuição e com um processo de certificação da carne e do couro.

No estado de Mato Grosso eles já estão pagando 3% e, se o animal se classifica em termos de carcaça com boa conformação, convexa e retilínea, recebe mais 2%, ou seja, chega a receber até 5% por esse produto de qualidade. As vantagens é que estaríamos implantando uma estratégia muito interessante de P & D. O exercício dessa ação logística de que estaríamos envolvidos em todos os segmentos da cadeia produtiva e, que viabiliza a interação entre os diversos

segmentos, ou seja, vamos colocar todos os componentes da cadeia em uma negociação. Alinhamento e compromisso entre os segmentos do agronegócio, quer dizer que eles têm que estar alinhados dentro do seu objetivo, ou seja, têm que possuir um objetivo único que será perseguido por os todos pertencentes à cadeia.

Vamos detectar os desafios organizacionais, institucionais e produtivos, em termos de validação e transferência de tecnologia. Será uma ferramenta muito potente que estaremos tirando do centro de pesquisa e inserindo diretamente no contexto da produção, o conhecimento gerado nos facilitando na identificação dos entraves tecnológicos e científicos e uma rápida inserção desse conhecimento e da tecnologia gerada no processo produtivo.

Os requisitos para o sistema de produção dentro da fazenda devem ser introduzidos com alternativas tecnológicas. Reconhecemos que para produzir essa carne de qualidade temos que operar mudanças dentro desse sistema de produção, em que essas alternativas devem ser avaliadas e introduzidas dentro de um enfoque sistêmico, onde não podemos olhar nenhuma tecnologia do ponto de vista isolado. Elas têm de ter a preocupação com a sustentabilidade e devem ser rentáveis.

No caso da identificação dos animais terá que haver todo um controle desde a data de nascimento, sexo, grupo genético e um monitoramento completo até o abate, ou seja, todo o manejo do animal tem que estar registrado. É isso que se espera desse processo de certificação da portaria do Sr. Ministro, então todos esses sistemas que serão implantados daqui para frente terão que oferecer essas informações para o processo de controle. No máximo serão animais de 30 meses e, tem que ter no mínimo 3 mm de espessura de gordura, pois se necessita de carcaças acabadas. Compreende-se que haverá necessidade de aumentar a espessura de gordura da carcaça para 4 a 5 mm para ter uma carcaça mais protegida.

Não adianta produzir um animal jovem, com peso de abate, mas que não esteja com a carcaça acabada, precisa-se de gordura nessa carcaça para proteger o animal do frio e, além do mais, dar o sabor à carne. O sabor da carne tem muito a ver com a gordura. Não precisamos ingerir essa gordura, mas é fundamental que esta esteja presente na carne, pois proporciona sabor a essa.

Precisamos ter uma visão integrada do sistema de produção. O potencial de utilização dos animais descartados não significa que as vacas velhas não possam ser utilizadas, porque elas podem entrar nas cozinhas industriais para processo de manufaturados, enlatados e no desenvolvimento de novos produtos.

Toda vez que um animal receber um tratamento diferenciado de todo o grupo ele terá que entrar em um grupo distinto e, por isso, tem que ser anotados no seu monitoramento durante a sua vida produtiva. A anotação do histórico e de cuidados sanitários é fundamental.

Durante o processo de certificação tem que aparecer na identidade do animal, assim como o produto que se utilizou, qual a data de vencimento desse produto, quando foi utilizado, enfim, essas informações têm que acompanhar a certificação.

A alimentação tem que ser de origem vegetal, exceto os sais minerais e, além disso, há impossibilidade do uso de anabolizantes. No caso da alimentação, que será feita com suplementação mineral, não podem ser utilizados outros produtos que não sejam de origem vegetal, toma-se, por exemplo, o caso da vaca-louca.

Esse modelo de pesquisa, com visão de mercado, nos oferece essa possibilidade de superposição das diferentes fases, quer seja do desenvolvimento científico e do desenvolvimento tecnológico relacionado à P&D e ao sistema produtivo e comercialização, percebendo-se uma perfeita interação que é a finalidade que buscamos.

Como resultado, esperamos um aumento da competitividade de todos os segmentos da cadeia, aumento do número de empregos, formação de mão-de-obra. Dentro desse programa estamos fazendo parceria com o SEBRAE, que está acontecendo em Cuiabá no Mato Grosso do Sul e no Estado de Goiás, onde o SEBRAE vêm se mostrando um grande parceiro nesse programa de trabalho, inclusive treinando mão-de-obra de açougues, mão-de-obra dos profissionais dos frigoríficos, para que se possa ir melhorando a qualificação desses trabalhadores para produzir carne certificada.

A consolidação no mercado mundial da carne bovina é uma contribuição para a melhoria e equilíbrio da balança comercial, pois temos que nos manter dentro desse mercado. Sistemas de produção sustentáveis e melhoria das condições do ambiente de produção dos alimentos mais saudáveis são os resultados antecipados que podemos garantir com a implantação desse programa.

Em um quadro que ilustra as questões de perdas que os bovinos sofrem nas carcaças, constatou-se que na parte da picanha perde-se de 5% a 7,2% nas injeções as quais o animal é submetido. Sendo a picanha a carne mais cara, é a que apresenta maior perda devido à quantidade de agulhadas que recebe.

O melhor lugar para se vacinar o gado, para não criar nenhum problema na carcaça, é na tábua do pescoço e não na picanha, onde geralmente acontece. Em termos de Brasil, onde ocorre a maior perda de carcaça é no estado da Bahia. O Mato Grosso vem em segundo lugar, enquanto no Rio Grande do Sul a perda de carcaça é menor. Temos que reduzir essas perdas se, evidentemente, estamos pensando em qualidade, para isso existem uma série de condições.

Esse discurso não está só ao nível da Embrapa ou ao nível de Ministério da Agricultura, esta ao nível da iniciativa privada. Estamos presenciando alianças mercadológicas, mas ainda

temos muitos entraves, como a deficiência na fiscalização e inspeção. Um grupo de veterinário da Comunidade Econômica Européia fez um relatório sobre suínos, criticando e condenando o nosso controle, embora o Ministério da Agricultura não esteja aceitando em sua totalidade esse relatório. Mas, provavelmente eles devem ter encontrado falhas, e nós sabemos que elas existem no processo de inspeção.

Há falta de um sistema efetivo de controle de qualidade, isso porque ainda temos o não cumprimento de um calendário sanitário, pelo qual possibilitaria saber como seriam usadas as vacinas dentro de todo processo produtivo e a não observância dos períodos de carência dos medicamentos, o que é muito comum nas fazendas. Os medicamentos vencidos são utilizados ou permanecem nas prateleiras para o indivíduo comprar, como também o não cumprimento das exigências mínimas de higiene dentro dos estabelecimentos e, principalmente, a falta de organização dos pequenos e médios produtores para se inserirem em uma aliança mercadológica. Também, há a questão do transporte. Os caminhões são impróprios, cheios de parafusos que cortam o couro. O animal é submetido a maus tratos dentro da fazenda para entrar no curral, onde são contínuos os maus tratos até a entrada no caminhão, onde os animais ainda acabam se cortando. O Brasil se dá ao “luxo de um caminhão de ossos” passear pelas cidades, ao invés de ficar nos frigoríficos, onde deveria se fazer toda toalete do boi e essa carne já ir desossada para o açougue.

A não observância do frio também é uma questão muito séria, assim como as condições precárias de nossas estradas, principalmente das estradas vicinais, aonde os caminhões vêm batendo e caindo dentro de buracos. Esses fatores são entraves que devemos superar se realmente quisermos produzir produto de boa qualidade. Temos que mexer nas carrocerias dos caminhões enfim, temos que modificar uma série de coisas e, para isso precisamos qualificar a mão-de-obra, então é muito importante a participação do Sebrae e das organizações de produtores e criadores. Se não modificarmos a consciência

dos nossos empregados não iremos conseguir, então, é um problema de grande complexidade. É evidente que somos capazes de diagnosticar, mas temos que tirar isso do papel e passar a operacionalizar.

Na observância da ação de genótipo-ambiente, muitas das vezes nós vemos alguns criadores praticando o cruzamento industrial e, às vezes, usando indevidamente para um ambiente que não é adequado.

Apesar de estarmos presenciando uma grande mudança no setor da carne bovina com grande sucesso, acabamos de assinar uma aliança mercadológica em que entra o frigorífico Marfreg no Sul do Mato Grosso do Sul com a associação das churrascarias de São Paulo (entrando a Montana, a churrascaria do Chitãozinho e Xororó). Nós já estamos produzindo e entregando carne. O Marfreg está repassando benefício, pagando um preço melhor por essa carne. A rede de mercados Carrefour já possui uma aliança mercadológica que paga 3% a mais nessa carcaça, então estamos presenciando mudanças dessa natureza.

Será assinado um protocolo de um acerto em Bagé com um grupo de produtores, onde a Embrapa encontra-se envolvida. Temos que aceitar que aqui a cadeia é extremamente desorganizada, carente de coordenação, não possuindo diretrizes ou estratégias bem definidas. O que presenciamos é uma luta aparente do produtor com o frigorífico.

Um dos indutores para a mudança do comportamento consiste nos consumidores que estão mudando seu hábito. Mudanças no hábito alimentar se verificam em grandes centros urbanos, onde as pessoas comem muito fora de casa. Outro indutor seria a transformação na composição da força de trabalho familiar, a maioria das pessoas que trabalham fora, não tem tempo para preparar alimentos demorados, por exemplo, assar uma carne que leva de 1 a 2 horas para ficar pronta, então temos que ter pratos semi-prontos.

A campanha contra o consumo de carne vermelha é uma questão séria, principalmente como indutora da nossa mudança, mas temos que saber que carne vermelha não faz mal.

A consolidação de nossas expectativas dependerá da capacidade do segmento de disponibilizar esses alimentos saudáveis, produzir garantindo os recursos naturais não renováveis para as próximas gerações, garantir o bem estar social e incrementar o mercado externo, contribuindo para equidade social. Então essa é a demanda para que possamos consolidar nossas expectativas.

Palestra 7

Propostas para o desenvolvimento do sul do Rio Grande do Sul: carnes de qualidade

Dra. Ivo Martins Cezar¹

Gostaria de parabenizar os organizadores por esta iniciativa muito apropriada para os dias de hoje, dentro do contexto do desenvolvimento econômico regional. Sem dúvida alguma, nós só podemos parabenizar essa abordagem e a iniciativa das instituições. E o que nós pretendemos trazer aqui é uma colaboração que tem a ver com o desenvolvimento regional, que é a apresentação do programa da Embrapa de rede de pesquisa e produção de carne de qualidade. Evidentemente, embora eu esteja aqui como interlocutor, o trabalho foi elaborado por uma equipe sob a liderança do Dr. Kepler Euclides, que é meu colega e trabalha conosco em Campo Grande, na Embrapa Gado de Corte. Participam também da elaboração colegas como o Dr. Collares da Embrapa de Bagé, Dr. Fábio, do Centro de Suínos e Aves, Dr. Maurício Alencar, do Controle de Pecuária do Sudeste, localizado em São Carlos e a Dra. Vânia do Centro de Caprinos. Então, como os senhores podem observar, abrangemos esse programa de produção da carne e, também, todos os produtos que são de interesse da economia do país. O que vamos tentar nesse próximo momento é chegar nesse programa de qualidade.

¹ Pesquisador da Embrapa Gado de Corte.

O primeiro aspecto importante refere-se à consciência dos problemas que a revolução verde trouxe dentro do contexto de produção agrícola, sem dúvida nenhuma, o início de todos os movimentos ambientalistas partiram dos efeitos maléficos que a revolução verde da década de 60 trouxe para o meio ambiente. A partir desse contexto, começaram a surgir movimentos com muita força, começaram a surgir grandes discursos de mecanismos que pudessem trazer regulamentação a qualidade dos produtos agrícolas, não só do produtor agrícola, como também às questões ambientais. Na década de 70, houve um crescimento considerável destas normas, tanto no sentido ambiental, como protocolos no sentido de produção agrícola sustentável, dentro de um contexto de preservação ambiental.

Surgiu, junto a esses movimentos, a idéia de produtos orgânicos como alternativa de alimento saudável. Então, a questão do ambiente saudável, do alimento saudável, ganhou proporções de tal forma que a segurança alimentar passou a ser um tema de grande importância mundial. Evidentemente, esses grandes movimentos iniciaram na Europa e adquiriram uma grande força que culminou com o APPCC, de forma que nós pudéssemos ter o controle de qualidade dos produtos alimentares.

Veio com isso o controle integrado de pragas, com o objetivo de diminuir, reduzir ou minimizar a utilização de agrotóxicos. Em 1980, surge o paradigma da sustentabilidade e, dentro desse contexto, a busca pela qualidade total. Em 1990, começa a surgir uma grande preocupação com relação a alimentos contaminados, recentemente tivemos oportunidade de presenciar o caso da vaca louca na Europa entre outros. Com isso, acelera-se uma evolução dos conceitos e uma conscientização muito forte dos consumidores em relação a segurança alimentar, ou seja, uma demanda por produtos saudáveis, alimentos saudáveis e uma relação ambiental correta.

Pois bem, nesse contexto continuaram evoluindo e surgiram estratégias de acompanhamento da produção e processamento dos alimentos para que pudéssemos oferecer aos consumidores a segurança do produto, ou seja, consegue-se perceber com muita clareza nos critérios de escolha, a exigência por produtos que ofereçam essa qualidade que o consumidor estava demandando. A preferência de produtos saudáveis e de cadeias ambientalmente corretas já aparece como uma forte demanda nos países desenvolvidos da Europa e no Brasil, já está acontecendo e esparramando-se com muita velocidade dentro da conscientização da sociedade. Logicamente, para que possamos ter certificação desses produtos, surge a exigência da sociedade pelo rastreamento e transparência de todo processo produtivo, quer seja ao nível de produção, de processamento e distribuição dos alimentos, e aí surge as questões de certificação, da garantia de origem e qualidade. Então, o programa está inserido dentro destes contextos, que demanda soluções tecnológicas, políticas, organizacionais e institucionais.

Em relação a carnes, isso também está inserido nesta nova demanda, surge este programa e a rede de pesquisa de desenvolvimento de carne, couro e pele de qualidade da Embrapa. Foi uma iniciativa que teve seu começo na Embrapa Gado de Corte e que teve uma aceitação muito boa pela própria diretoria e pelo Ministério da Agricultura, evidentemente que o Ministro estava imbuído da sua vontade, de suas atitudes de vender nossos produtos no mercado externo, e isso caiu como se fosse uma luva dentro das próprias aspirações do Ministério da Agricultura.

Este programa, primeiro é uma alternativa de produção organizada, temos que ter essa visão de cadeia produtiva, numa percepção holística, onde todos os segmentos estão envolvidos, essa é a primeira grande visão. Não podemos pensar em produtos de qualidade se não tivermos essa visão de todos os segmentos interagindo dentro da cadeia. É um modelo em que as fases de pesquisa, desenvolvimento e comercialização

se superpõem, então, dentro do processo de desenvolvimento tecnológico, por exemplo, nós não abstraímos a parte da comercialização de dentro do contexto.

Buscamos a interação entre o setor público e o setor privado, se estamos falando em produtos que vão ser comercializados, essa é a nossa visão, não podemos estar isolados dessa relação com a iniciativa privada. Gostaria de ver a presença de pessoas da iniciativa privada, não sei se aqui ela está bem representada, porque se essa busca por essa interação não existir, não irá acontecer nada. Não adianta termos nossas boas idéias, sermos criativos, se isso não vai acontecer no mundo real.

O programa participa de diversos segmentos que compõe a cadeia, almeja produto identificado, rastreado e certificado. Pois bem, o objetivo geral é tornar as cadeias de produção animal competitivas, no mercado externo e interno, modificando os conceitos do sistema de produção, que deixa de produzir animal e passa a ofertar alimentos saudáveis e de qualidade, esse é o novo conceito. O nosso discurso hoje não é falar no animal, e sim no produto final. Os objetivos específicos são esses, uma atividade competitiva no mercado nacional e internacional, buscamos a inserção definitiva no mercado internacional da carne de couro.

O Brasil têm evoluído de uma forma rápida, no ano passado chegamos a exportar cerca de 700 mil toneladas de carne, nós pretendemos chegar a um milhão de toneladas, com uma receita de um bilhão de dólares, ou seja, é um benefício em termos da balança comercial. Então, o país tem que estar preparado para atender este mercado e se colocar numa posição muito profissional, porque se nós conseguirmos conquistar o mercado, nós teremos que nos manter neste e para isso precisamos atender essa demanda por carne de qualidade, principalmente dos mercados compradores.

Participação de rebanhos considerados pequenos e médios, o que está ocorrendo hoje no setor de carne bovina, é que quem

está se beneficiando das grandes mudanças do setor pecuário são os pecuaristas de ponta, ou seja, os grandes empresários ou aqueles produtores que estão ligados a outras atividades além da pecuária, que consegue capital para investir dentro das suas propriedades, participar das alianças mercadológicas que já estão acontecendo. Mas essa situação, para nós pesquisadores, não é confortável, e acredito que também não é viável, pois temos que buscar equidade social. Então, um dos grandes objetivos deste programa é que possamos integrar pequenos e médios produtores dentro destas grandes mudanças que o setor pecuário brasileiro precisa passar. Portanto, um dos objetivos é esse, trazer os pequenos e médios produtores, que são a maioria, para o mercado, dando suporte a pecuária de corte não só dos grandes empresários, os 5% da pirâmide produtiva, em outras palavras precisamos democratizar estes grandes avanços.

O modelo de gestão que adotamos dentro do programa é o modelo por processos, que nos permite um conhecimento apurado, aprofundado, dos macros processos produtivos, conhecendo os fornecedores, quais são os produtos e quem são os clientes. A metodologia é muito interessante e nos permite colocar todos os segmentos da cadeia, identificando os clientes e produtores e para onde vão os produtos e quais são as inter-relações. Estruturamos esse programa desta forma para que pudéssemos avaliar de forma mais detalhada as informações do desenvolvimento tecnológico.

Os processos, dentro do macro processo, resumiríamos como o conhecimento tecnológico, o treinamento e capacitação da mão-de-obra, certificação da qualidade e a produção dos animais, já na fase de frigorífico, abates fora resfriamento, a desossa, embalagem e apresentação e depois o processo de distribuição ao consumidor. Dentro desta estrutura, definindo quais são os componentes de todo esse processo, podemos trabalhar cada item separadamente para identificarmos com mais clareza onde estão os problemas para que possamos chegar até um programa de carne de qualidade.

Neste desdobramento, necessitamos de adesão ao programa de certificação, evidentemente que as pessoas precisam participar, é necessário acompanhamentos e inspeção dentro da produção. Por isso é fundamental para que possamos certificar o produto e colocar o selo de qualidade, termos esse sub-processo. O rastreamento da carne em todo o seu processo produtivo, desde a produção até o consumidor final, passa por vários subprocessos, como por exemplo, na recepção dos animais dentro do frigorífico temos um sub-processo, no preparo dos cortes temos um outro sub-processo etc., em fim, estamos trazendo isso como exemplo para que os senhores tenham idéia de como chegamos às prioridades.

A forma com que estabelecemos as diretrizes foram as seguintes: A diretriz voltada para sustentabilidade, para a equidade social e qualidade do produto. Em termos de dimensão econômica, tratando de toda a parte produtiva e do retorno econômico, da rentabilidade, da cadeia sócio-cultural, dimensão ambiental e teoria de política institucional. Tudo isso porque estão envolvidas decisões de ordem política, não só de governo, mas de instituições, mesmo que sejam da iniciativa privada. Com essa diretriz, conseguimos identificar 15 temas importantes, entre eles a barreira não tarifária, nesse caso ela está relacionada com diretrizes de sustentabilidade, têm uma dimensão econômica, com política institucional, para que possamos conhecer exatamente quais são estas barreiras tarifárias e como superá-las, e com a comercialização. Com essa metodologia conseguimos identificar dentro dessa matriz onde estavam as inserções desses pontos. A partir daí desdobramos cada item e cada grande tema em sub-temas, para conseguirmos organizar o programa de pesquisa voltada para a qualidade da carne. Tivemos muito trabalho para realizar este estudo, principalmente por conta da profundidade das informações que fomos buscar para que pudéssemos obter êxito com segurança, e para que as linhas de pesquisas prioritárias que saíssem deste programa estivessem inseridas em todo esse contexto, com toda essa abrangência.

Logicamente, que é um trabalho que se deu de forma criativa,

pois não havia um modelo a ser seguido. Pois bem, chegamos a identificar, com relação as espécies que são as mais importantes para a economia, 67 prioridades em termos de animais e prioridades de pesquisa para bovinos, as quais se classificam em prioridades 1, 2 e 3, e assim também é feito para outros produtos.

Numa visão panorâmica das carnes em relação ao mundo, nos é muito claro que nos países desenvolvidos o crescimento da área animal têm sido muito pequeno, um percentual mais elevado na taxa em relação a aves, mas em termos de produção têm variado muito pouco. O mesmo se observa com o consumo. Isso demonstra a pouca elasticidade do mercado dos países desenvolvidos, mas quando olhamos os países em desenvolvimento, percebemos que tivemos um crescimento muito mais acentuado e ainda com capacidade de uma elasticidade de consumo muito grande. Quando estamos falando de produtos, sempre falamos de mercado externo, sem perceber que este está estabilizado, o que temos que entender é que os países em desenvolvimento, principalmente o Brasil, têm muito a avançar em termos de consumo de carne, esse potencial não pode ser abstraído de qualquer avanço das nossas idéias.

Ao procurarmos fazer uma projeção para o consumo no futuro, percebemos que se mantém inalterado o consumo dos países desenvolvidos, ou seja, tem-se pouca elasticidade nesse consumo. Enquanto isso, repetimos os indicadores que nos mostram o grande crescimento de demanda que podemos ter. Logicamente que nosso consumo está muito aquém dos consumos dos países desenvolvidos e, evidentemente, que esse consumo está ligado a distribuição da renda.

Os senhores lembram que no Governo Collor, quando houve disponibilidade de dinheiro, faltou carne no mercado para abastecer aquela demanda naquele ponto, ou seja, nós temos um potencial de uma demanda que está reprimida pela falta de distribuição de renda. Mas, temos esperanças que o Governo

regularize essa situação da distribuição de renda. Sem dúvida nenhuma, todos nós somos conscientes disso e vislumbramos esse futuro, podemos imaginar qual será essa demanda, podemos estar nela dentro de um período relativamente curto. Se grandes e rápidas mudanças acontecerem e o mercado interno crescer em termos de consumo, por exemplo, 3 kg de carne *per capita* por ano, nós não teremos condições de abastecer o mercado. Isso demandaria um abate fenomenal de animais, cerca de 3.600.000 cabeças para que a pudéssemos ter um incremento da ordem de 5kg *per capita*, e isso não se faz da noite para o dia.

A estruturação do programa que inclui todos os seguimentos da cadeia está distribuída em três fases, cinco núcleos e três módulos. Essas fases representam uma fase experimental, feita dentro dos centros de pesquisas que estão envolvidos, principalmente o Centro de Gado de Corte, o Centro de Suínos e Aves, a unidade de Bagé no Rio Grande do Sul, a unidade de São Carlos da Pecuária Sudeste e o Centro de Caprinos da Amazônia Ocidental em Belém, que inclui uma fase de aliança mercadológica experimental e uma aliança mercadológica comercial. Os núcleos os quais me referi são o núcleo do Centro Oeste que é a Embrapa Gado de Corte, a Pecuária Sudeste, a Embrapa Pecuária Sul, a Amazônia Ocidental em Belém e a Nordeste que é o Centro de Caprinos. No módulo experimental número um, visamos uma estruturação de manejo para produção de carne de qualidade o ano inteiro.

Durante o nosso almoço ouvi um comentário do nosso colega Dr. Victor, no qual ele relatou estar se produzindo uma aliança com o Programa de Cordeiros Herval Premium, mas que estão enfrentando problemas por não terem distribuição durante o ano inteiro. Então, essa é uma questão importante, para que possamos oferecer produto padronizado com qualidade, temos que pensar nessa distribuição. O consumidor quer encontrar a carne nos mesmos cortes e no mesmo padrão todas as vezes que ele necessitar. Esse é um problema, porque temos sazonalidade de produção, mas temos que sair dela e para

poder oferecer essa carne durante o ano inteiro dentro das gôndolas de supermercados, casas de carnes, restaurantes etc.

A garantia tem que ser transparente, a certificação tem que estar lá e o consumidor confiar nisso, então, nós em caráter experimental temos que experimentar esse sistema. Desenvolvemos na Embrapa Gado de Corte uma tecnologia que foi vendida e que é usada para identificação do animal, trata-se de um *chip* colocado no umbigo do animal bovino. É um sistema avançado que hoje permite a identificação do animal. Ele pode passar até correndo em velocidade de 40 km/h que é identificado. Essa identificação tem que ser segura e precisa, não pode existir falhas, porque a partir dela nós podemos fazer vários tipos de controle destes animais, podemos recuperar este chip na hora do abate, podendo este ser reutilizado.

Estamos realizando estudos de aspectos nutricionais da carne, estudo de ácidos graxos, colesterol, entre outros. É uma criação de banco de dados para entendimento da preferência do consumidor de carne bovina. Precisamos conhecer isso em profundidade, pois temos poucos estudos neste aspecto, relacionando-o com a distribuição de renda e quantidade. Existem muitas pessoas que não tem condições de ter acesso a carne, mas a situação está mudando, e estamos percebendo que até mesmo o consumidor de baixa renda começa a fazer determinadas exigências, então precisamos conhecer exatamente como são esses nichos de mercado.

Outro ponto é o estabelecimento dos processos indicadores necessários à certificação do produto final. Como isso tudo é novo, embora na Europa já existam alguns sistemas estabelecidos, como na França, que possui um sistema bastante avançado, nós precisamos ajustar um sistema que se encaixe em nossas condições e que também possa atender as necessidades do mercado externo. Hoje, temos determinações de portarias, até 2005 todo o bovino brasileiro terá que ser identificado e estar dentro de um processo ou dentro de um sistema de rastreamento, é uma exigência do mercado externo.

Conseguimos negociar esse prazo, mas o Brasil não poderá mais exportar carne que não seja rastreada. É uma exigência do mercado europeu que não aceitará mais carne sem saber a sua origem e procedência. É evidente que temos que atender às exigências desse mercado que nos paga e que está buscando a nossa carne.

O outro ponto é a distribuição da carne produzida em parceria. Nesse módulo nós já estamos operando em Campo Grande dentro da Embrapa Gado de Corte. Lá temos nossos animais experimentais, temos uma parceria com um açougue que distribui esta carne, ou seja, ela já sai com rótulo da Embrapa dizendo que animal é, de onde veio, qual foi o sistema de manejo, bem como sua idade e raça. Em caráter experimental, começamos a identificar algumas dificuldades que nos servem como *feedback* para orientar os nossos trabalhos de pesquisa, inclusive com opiniões do próprio consumidor. Então, o consumidor, ao comprar esta carne no açougue, recebe um questionário, no qual solicitamos informações sobre esta carne que ele está consumindo. Dessa forma, podemos identificar os problemas para aplicar as medidas necessárias para oferecer uma carne com qualidade, sanidade e que atenda às exigências do consumidor.

Debates

Coordenação

Dr. Alencar de Melo Proença¹

Pergunta: Dr. Felipe Azevedo de Sousa, Presidente do Conselho Regulador do Cordeiro Herval Premiun

Foi enfatizada, nos pronunciamentos a importância da certificação e da rastreabilidade, mas sempre vinculada à exigência de mercado externo. No mercado brasileiro já existe, em nível de consumidor, sobretudo nos grandes centros, uma diferenciação e preferência por esse tipo de produto? Adianta termos selo no Brasil, isso agrega valores ou preferência?

Resposta: Dr Ivo Martins Cezar, Pesquisador da Embrapa Gado de Corte

Essa é uma boa pergunta, porque se conhece muito pouco das exigências do consumidor brasileiro no que tange a carne, logicamente não existe essa clareza da forma que o senhor perguntou, mas essa preferência existe. Isso não está codificado, não foi detectado e nem medido, realmente não temos essa informação. O que esperamos dentro dessa oferta de produto diferenciado é que se vá diferenciando a preferência do consumidor. Então, percebemos que em alguns segmentos, alguns supermercados estão colocando os produtos na gôndola, dizem que estes produtos são de melhor qualidade e estão vendendo.

Existe uma outra demanda, que são as cadeias de restaurantes no caso de São Paulo, as associações de churrascarias do Estado, formadas por 98 restaurantes, não

¹ Reitor da Universidade Católica de Pelotas.

estamos conseguindo abastecer essa demanda, em torno de 22 mil animais, com uma carne de qualidade. Portanto, mais objetivamente, não temos essa informação de que o consumidor brasileiro esteja exigindo ou não o selo de qualidade, o que há é uma preferência, principalmente das pessoas que possuem um poder aquisitivo maior, por uma carne de melhor qualidade.

Palestra 8

Perspectivas do setor florestal no Rio Grande do Sul

Dr. Ivo Martins Cezar¹

O objetivo desta apresentação é mostrar as potencialidades do setor florestal no sentido de contribuir como desenvolvimento do Estado, aumentando a geração de empregos, riquezas e qualidade de vida da população.

A cadeia produtiva de base florestal no Rio Grande do Sul caracteriza-se por celulose e papel, tendo duas indústrias de celulose, moveleiras, painéis, chapas e aglomerados, extrativos, madeira tratada, madeira cerrada, construção civil e indústrias de máquinas e equipamentos. A cadeia produtiva é muito ampla e geradora de riquezas e empregos.

O setor florestal no mundo é muito importante, pois quando levamos alguma alternativa de renda para o processo de desenvolvimento é sempre indispensável para um eventual empresário e eventual investidor saber se esse negócio é bom, se tem mercado e se tem futuro.

O comércio mundial de produtos florestais caracteriza-se por exportações que chegaram a 134 bilhões em 1996, representando um crescimento 2,2 vezes maior em relação a 1986 e 10 vezes maior em relação a 1971, sendo este um mercado em expansão.

¹ *Presidente da AGEFLOR.*

Nesse quadro vimos uma curva ascendente, pois, o resultado do aumento da população é o consumo de produtos de base florestal. Todo dia existem pessoas que se casam, almejando adquirir uma casa, onde a mesma terá que ter esquadrias, portas, janelas, piso, forro, madeiramento de telha, além de móveis úteis como guarda-roupas, mesa, cama e etc.

O PIB Mundial de produção de madeira equivale a 888 bilhões de dólares. Os 7 maiores exportadores de madeira são Canadá, Estados Unidos, Finlândia, Suécia, Alemanha e França, sendo interessante o fato de que aqui no Brasil temos o maior potencial de produção de madeira do mundo, mas não aparecemos nessa estatística.

A Suécia e a Finlândia, além de serem países pequenos, ficam de 5 a 6 meses debaixo da neve, levando 100 anos para crescer uma árvore. Aqui no Brasil produzimos uma Acácia em 7 anos, eucalipto em 14 anos e pinus em 20 anos.

O PIB da produção florestal brasileira é de 28 bilhões de dólares, equivalendo a 4,54% no PIB Brasileiro. Sendo o PIB mundial equivalente a 888 bilhões de dólares, representamos apenas 3%, mesmo tendo 700.000 de Km² de área a ser explorada, clima e solo favoráveis.

No ano de 2000 nossas importações foram de um milhão e cinquenta mil dólares, as exportações foram quatro milhões e quinhentos e cinquenta mil dólares, sendo três bilhões e meio o saldo positivo na balança comercial. Três bilhões e meio de dólares corresponde ao PIB do setor florestal no Rio Grande do Sul.

Nosso patrimônio florestal, com florestas plantadas, é de 360 mil hectares entre pinus, eucalipto e acácia, onde trabalham 30 mil famílias, gerando 200 mil empregos. O setor moveleiro gera 32 mil empregos diretos e 1000 indiretos.

Aspectos Ambientais

- > Manter a biodiversidade.
- > Melhorar a qualidade do ar.
- > Fixação de carbono.

A proposta que estamos trazendo é para nos unirmos com a Embrapa, Universidade Federal de Pelotas e com todas as demais entidades como a CDL, para fazermos um programa de desenvolvimento florestal madeireiro para a metade sul, integrando a atividade florestal na matriz produtiva da propriedade rural, que hoje vive da agropecuária e fruticultura.

O faturamento do setor de base florestal movimenta três bilhões e quinhentos milhões de dólares. Nós queremos em dez anos passar para 10 bilhões, sendo uma utopia concreta, pois temos todas as condições de terra, clima, disposição empresarial, tecnologia e financiamento. O Ministro Pratini criou no Plano de Safras um financiamento de 60 milhões para começar o desenvolvimento do setor florestal, e vejam que desde o tempo do incentivo fiscal em 1988 nunca mais tivemos nenhum tipo de apoio nesta área.

O PIB da Região Sul hoje é treze bilhões e duzentos milhões de reais, nós queremos passá-lo para dezenove bilhões de reais em dez anos. A renda per capita na região é de R\$ 5.208,00, queremos aumentá-la para R\$ 7.880,00 e, queremos que a metade sul unida participe com 24% no PIB do Rio Grande do Sul, e não com os 16% de hoje.

É um desafio que encontramos aqui, mas temos viabilidade para isso, dependendo de decisões das lideranças da região e de nos engajarmos através de união para transformar esse potencial de desenvolvimento numa real possibilidade de concretizar o progresso que todos nós almejamos e temos condições de alcançar.

Palestra 9

O papel do BNDES no negócio aqüicultura

Gabriel Calzavara de Araújo¹

O BNDS aumentou em 48% o investimento em financiamento para o agronegócio nesses primeiros seis meses do ano. Isto demonstra um esforço do Governo Federal em estimular justamente o agronegócio, que é um dos setores que apresenta os ganhos mais expressivos em curto prazo e que vem sustentando todo o real. A Embrapa é mono propulsora de todo esse avanço tecnológico que tivemos, seu destaque é realmente reconhecido, junto com o BNDES vem estimulando cada vez mais o agronegócio.

O panorama mundial

A produção de pescados é composta pela pesca, como também pela aqüicultura. A pesca é o extrativismo do peixe e aqüicultura é o cultivo em meio aquático.

A produção mundial de pescado é de 142 milhões de toneladas. Podemos observar ao longo dos últimos quinze anos que a pesca estabilizou em 96 em 100 milhões de toneladas, representando que os estoques pesqueiros mundiais chegaram ao seu ponto de sustentabilidade. Então, na verdade o que vem crescendo e contribuindo para o incremento do pescado

¹*Diretor do Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura e Abastecimento.*

mundial é a aquicultura, hoje respondendo por 46 milhões de toneladas.

O Banco Mundial estimou, para 2010, uma demanda de mais de 30 milhões de toneladas, ou seja, essas 30 milhões de toneladas da pesca não tem como serem estocadas, pois os estoques pesqueiros estão atingindo seu ponto máximo, com certeza essa resposta virá da aquicultura, ou seja, é um bom negócio trabalhar nesse ramo.

O Governo americano está estimulando através do incentivo o consumo de frutas e pescados e, reduzindo o de batata e bacon, com o intuito de diminuir a obesidade no país, Esta é uma grande oportunidade de entrarmos no mercado americano, pois o Brasil tem condições de produzir dez milhões de toneladas de forma sustentável.

Hoje, produzimos 847 mil toneladas, sabendo que podemos produzir um milhão de forma sustentável. O Brasil é tido como grande fronteira da aquicultura mundial de pescado, principalmente porque ele pode dar esse incremento na produção mundial.

Entre os países produtores de pescado, o Brasil é o 27^a. A China tem o seu destaque com 49,6 milhões de toneladas, estando nós com uma produção muito pequena em relação a todo mundo. O mercado de pescado dentre os gêneros alimentícios é o que mais cresce no mundo, junto com a economia alimentícia, com taxa de 11% ao ano, então, nós temos um grande potencial a percorrer. A China tem 1/3 da produção oriunda da pesca e 2/3 da aquicultura, no Brasil a proporção origina-se 80% na pesca e apenas 20% na aquicultura, então, temos muito que crescer em termos de produção aquícola.

As formas de agregação de valor são maneiras que o mercado recebe muito bem, e demonstra a força do setor no cenário mundial em termos de movimentação. O setor de pescado é o que tem a maior movimentação econômica dentre os produtos do setor primário mundial

Na aquicultura, o Brasil de 27^a passará a 19^a posição, sendo a malacocultura (molusco) e a carcinocultura (camarão) as grandes responsáveis pelo salto deste negócio que movimenta 56,5 bilhões de dólares anualmente. Entre as plantas aquáticas, as algas são um atrativo ao mercado japonês, o que torna esta uma produção que terá um potencial futuro muito grande. O Chile apresenta produção forte em Salmão, estando o Brasil com 21% da América do sul, em termos de produção aquícola. Em 1998 tivemos uma produção de 93 mil toneladas e hoje passamos para 204 mil toneladas. Com essa observação concluímos que a pesca costeira está estabilizada.

A pesca continental tem um incremento em torno de 20% juntamente com a pesca oceânica, enquanto que a aquicultura tem mais que o dobro, ou seja, o incremento da pesca brasileira está sendo decorrente da aquicultura.

O setor pesqueiro brasileiro movimenta 3 bilhões de dólares, tendo um incremento de 20% no seu total. Tínhamos uma balança com o saldo negativo, e hoje se tem uma estimativa de saldo positivo. Só a carcinocultura (cultivo de camarão) já chegou a 70 milhões de dólares, esse incremento é basicamente puxado pelo camarão e peixes oriundos da pesca oceânica.

A pesca e a aquicultura faziam parte do IBAMA, e por esse motivo tinha-se uma visão mais de proteção da questão ambiental do que de fomento da atividade, então desde que foi incorporada ao Ministério da Agricultura em 1998, que uma nova ótica está se dando para o setor, uma ótica de negócio lógico, de responsabilidade dentro da sustentabilidade, porém temos que percorrer e o fruto disso é o próprio incremento na balança comercial.

Na produção aquícola observa-se um crescimento muito grande em 1993 de 204 mil toneladas, ou seja, mais que dobrou a produção, então se observa um incremento grande nesses últimos quatro anos.

O forte da aquicultura é a piscicultura com 73%, depois vêm a carcinicultura com 20% e os moluscos com 7%, então a aquicultura brasileira está basicamente neste tripé peixe, camarão e molusco.

O Ministério tem como prioridade três cadeias produtivas em que observamos um maior potencial imediato como ponto de lança para abrir novas frentes. No caso da piscicultura, o Tilápia tem obtido crescimento muito grande, seguido do camarão no Nordeste e do molusco em Santa Catarina. Hoje, estima-se uma produção de Tilápia de 60 mil toneladas, e produção de até 18 mil toneladas de camarão e molusco.

Está havendo um incremento, uma postura nova do Governo Federal, que ao invés de ver apenas o lado da preservação, vê o lado do fomento e do estímulo.

Cabe colocar que aquicultura está dentro do Plano Safra deste ano como um dos 11 programas estratégicos para 70 milhões, participando com todas as espécies, não somente com as três principais, como ocorria antigamente. A aquicultura também tem um programa no PPA, na qual pode dispor de recursos, então o Governo Federal está atento.

Em 1997 houve uma baixa produção de camarão, apenas 3,6 mil toneladas, em 2001 saltamos para 40 mil toneladas, concentrando 97% basicamente no nordeste. Isso faz com as características do nordeste se alterem, porque riquezas estão sendo geradas nesta região.

A questão de emprego é caracterizada por uma vaga por hectare de fazenda de lâmina d'água de camarão. Nós temos ainda a maior produtividade do mundo, produzindo 6 mil quilos de camarão por ano. Ou seja, são grandes oportunidades para o crescimento e desenvolvimento regional.

O Brasil produz 60 mil toneladas de tilápia, conhecida como a galinha d'água, numa área de 25 ha. Em uma prova de degustação em Oncona, a tilapia foi colocada como a melhor palatabilidade.

O *MacDonald's* vem forçando o Ministro Pratini para estimular a produção de tilápia, sendo este dado muito divulgado na mídia. O *MacDonald's* possui o *MacFish*, mas encontra-se com insuficiência de filés de peixe, por isso vem pedindo ao Ministro para estimular a produção de tilápia. As principais espécies são o camarão de cultivo *Vannamey*, Tilapia e, dentro dos moluscos, a maior parte é mexilhão, vieira e ostra.

O Brasil é o grande potencial da aquicultura mundial. Os americanos estão investindo tanto na tilápia como no camarão, possivelmente até na carpa que é a maior potencialidade do Estado do RS, enfim a aquicultura do Brasil está sendo vista no mundo todo como a nova fronteira. Imagina-se que este setor terá um crescimento muito forte porque vêm de encontro com as tendências do consumidor, e nós temos boas condições de aumentar a produção de forma sustentável.

A China tem problemas no setor, mesmo tendo uma produção alta, porque tem uma população muito elevada e poucas reservas de água, sendo essa uma questão prioritária. O Brasil possui 12% da água doce disponível no mundo, sendo este um potencial enorme. Possuímos 5 milhões e 500 mil hectares de água represados onde se pode, principalmente, com tanques e redes, entrar na parte da piscicultura. Nesse processo, tanques, redes e reservatórios e dosificação do uso de ração, ou seja, a tecnologia cada vez mais intensa para produção aquícola.

Muitas restrições são feitas para evitar a poluição da água, viemos debatendo intensamente com o CONAMA, Conselho de Meio Ambiente, pois temos que mudar essa visão antiga de que a aquicultura não pode ser sustentável. Estamos, juntamente com o Ministério da Agricultura, tentando mudar essa visão, pois este é um negócio que de forma sustentável pode ser rentável.

A piscicultura está mudando, acabou aquela época apenas de pesque e pague, agora temos que processar e agregar valores. Cada vez mais estão surgindo novas indústrias processadoras

onde você tem o produto disponível, podemos ver a PERDIGÃO querendo entrar no setor, estamos observando muito a parte do processamento na perspectiva de cadeia produtiva, que está aumentando bastante. Nesse sentido, colocamo-nos à disposição no Ministério da Agricultura e queremos que todos invistam na aquicultura, que é um excelente negócio.

Palestra 10

Fruticultura para o desenvolvimento do sul do Rio Grande do Sul:

Dr. José Carlos Fachinello¹

Gostaria de apresentar algumas experiências que estamos realizando na metade sul do RS, com relação à fruticultura.

Temos alguns projetos que estão dando certo, em particular o projeto de produção integrada, que tem muito a ver com outras palestras que foram apresentadas, então muitas das coisas que foram comentadas têm uma interface com nosso projeto de produção integrada.

Inicialmente, quero dar uma idéia a todos do que é a fruticultura no Brasil. O Brasil produz em torno de 35 milhões de toneladas por ano, sendo que laranja possui a maior área plantada e a maior produção, desses 35 milhões nós exportamos apenas 1%. Portanto o Brasil exporta pouco em termos de frutas *in natura*, em termos de recursos isto representa um volume entono de 200 milhões de dólares, sendo que este é praticamente o valor que nós importamos. Então, o Brasil ainda importa e, infelizmente, nós importamos frutas de clima temperado, frutas que nós poderíamos produzir no RS e em SC. Portanto, temos ainda um “tema de casa” para resolver nessa área, porque nós não produzimos aquilo que consumimos, por entre safra e

¹ Professor da Universidade Federal de Pelotas.

uma série de outros motivos. A área plantada no RS é em torno de 87 mil hectares, se os cítricos, que não são frutos de clima temperado, equivalem a cerca de 60% da área plantada com fruta de clima temperado no Brasil, esta é portanto uma área importante. O RS é um estado tradicionalmente produtor de frutas de clima temperado, evidentemente precisa fazer mais e produzir mais.

O que pedem os mercados em termos de fruticultura?

Para nós produzirmos, exportarmos e podermos competir no mercado internacional, primeiro temos que ter frutas de qualidade. Essas frutas têm que demonstrar que não apresentam resíduos, que são produzidos em sistema com baixo impacto ambiental, com registro de atividades, aí entramos na questão da rastreabilidade, que apresentem sabor, inovação, maturação adequada e, principalmente, que provenham de sistemas integrados ou orgânicos, porque são os sistemas aceitos atualmente na Europa. Portanto, para a fruta, se quisermos exportar, temos que obrigatoriamente produzir dentro desses dois sistemas, ou produção integrada ou produção orgânica, caso contrário teremos dificuldades em exportar, principalmente a partir de 2003, além do cumprimento de normas internacionais, principalmente com segurança alimentar, rastreabilidade, respeito ao ambiente e ao homem.

No RS temos os pólos tradicionais de fruticultura que estão localizados na Serra Gaúcha, em Vacaria, na grande Porto Alegre e em Pelotas, mas agora também temos a fronteira da metade sul, com Bagé, Livramento, Encruzilhada e Pinheiro Machado, que estão desenvolvendo uma nova fruticultura.

Quais são as potencialidades para se investir na metade sul?

Nós temos uma condição excepcional que é o ambiente natural. Um pouco degradado, temos disponibilidade de recursos hídricos, coisa que outras regiões não dispõem, a localização geográfica em relação aos outros países do mercosul, uma estrutura fundiária e condições edafoclimáticas favoráveis. Uma base técnica, principalmente, com a Embrapa e as Faculdades,

com bases científicas já instaladas, além da infra-estrutura de portos, agroindústria e recursos humanos.

O que o programa de fruticultura, implantado na metade sul, está querendo fazer? Nós queremos diversificar essa matriz produtiva, mudar a produção pecuária e de arroz para a fruticultura, aumentar a renda do setor primário, promover o desenvolvimento regional, gerar empregos e fixar o homem no campo. Portanto, esses são os objetivos maiores.

As espécies que estão sendo trabalhadas na metade sul incluem os cítricos de mesa e de indústria, pêssago de mesa e de indústria, uvas viníferas, sendo que muitas empresas da serra gaúcha estão se movendo para a metade sul, principalmente para Livramento, Pinheiro Machado e Bagé. Esta não é uma região apropriada para a maçã, mas em alguns municípios, principalmente em Encruzilhada, estão sendo feitos plantios da maçã Gala porque ela antecipa um pouco a colheita. Além disso, é cultivado também caqui, morango e amora. Na região, o carro chefe da fruticultura é o pêssago de indústria. A mudança que está acontecendo é que alguns produtores estão cultivando o pêssago de dupla finalidade, e o pêssago de mesa. Citros de mesa, por incrível que pareça, o Brasil não exporta, ou exporta muito pouco, pois a qualidade da nossa produção não é muito boa.

Nós acabamos importando do Uruguai coisas que poderíamos fazer aqui, portanto existe uma potência para produzir citros de mesa na metade Sul.

As empresas da serra gaúcha, por uma questão de área, estão se instalando nesta região, pois a terra na serra é muito cara e aqui temos terra em quantidade a preço mais baixo. Nesse sentido, existem investimentos concretos, principalmente para produção de vinhos de qualidade, sendo inicialmente instalada a produção de uvas viníferas na região e, posteriormente, também a produção de vinhos.

Existem estudos de onde pode ser plantada nesta região a pêra, principalmente a pêra asiática. O próprio caqui, principalmente o sem tanino tipo Foiu, pode ser cultivado nessa região, assim como a maçã, com algumas restrições, o figo, que já é uma cultura tradicional aqui nessa região, o kiwi, com algumas limitações, principalmente na serra, e o melão, que é uma espécie que está sendo plantada. Além disso, podem ser aproveitadas áreas entre os pomares que estão se estabelecendo com pequenas frutas como a amora, o mirtilo, framboesa e outras.

Quais são os programas que estão atuando nesta região e que estão provocando impacto em termos de desenvolvimento? Existe o primeiro Programa Nacional que é o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, o PROFRUTA, do Ministério da Agricultura. Esse programa está realmente alavancando uma série de ações nesta região, principalmente com relação a produção integrada do pêssego, mas também a parte de produção de mudas certificadas, onde há um projeto importante na Embrapa Clima Temperado e na Embrapa Pecuária Sul, com recursos muito importantes para o desenvolvimento e que estão dando impacto na fruticultura da região.

Em termos de projetos, no RS existe um programa do SEBRAE EXPORT de incentivo as micro e pequenas empresas a exportarem frutas *in natura*. Portanto, esse programa se propõe a incentivar aqueles produtores, principalmente produtores organizados, que queiram fazer exportações. Dentro desse programa existem oito frutas que foram escolhidas, entre elas o pêssego e o morango, que são produzidos aqui na região. É um programa interessante, especificamente para a metade sul, onde temos uma ação muito importante do Comitê de Fruticultura envolvendo 104 municípios desde 1997, foi através da ação do Projeto de Fruticultura Irrigada da Metade Sul que aconteceu o plantio de aproximadamente 8 mil hectares de frutas. Nesses 8 mil hectares foram investidos aproximadamente 100 milhões, e desses acredita-se que 20 milhões vieram do Governo Federal através de obras de

infra-estrutura, principalmente, câmaras frias, equipamentos de irrigação, patrulhas agrícolas etc., onde os municípios receberam esses recursos e os aplicaram. Os plantios feitos em maior escala foram o do pêssego, ameixa, figo, alguma macieira, pêra e de pequenas frutas.

Temos um projeto de implementação da área de pêssego no RS que é financiado pelo Ministério da Agricultura, no qual participamos (UFPEL) junto com a Embrapa, UFRGS, Embrapa de Bento e, agora, a UFPR. É um programa que envolve seis instituições. Existe também um Programa de Apoio à Agroindústria feito pelo SEBRAE, o Programa de Fruticultura Irrigada que, envolve 104 municípios, e projetos como campo de matriz de videira em Bagé, frutas de caroço e o campo de matriz de citros na Embrapa e, atualmente, estamos criando em nível nacional um projeto em Rede de Fruticultura está sendo questionado junto a vários organismos. Esta Rede, onde teremos dez instituições, incluindo Embrapa e UFPEL, deverá incrementar ainda mais ações na metade sul do RS.

Existem outras ações, uma delas é a criação da Associação da Cadeia Produtiva de Frutas e Hortaliças de Pelotas. Essa associação vem trabalhando de uma forma muito importante, principalmente com o pêssego de indústria. Esse ano foi criada a Associação dos Exportadores de Frutas, porque existe uma possibilidade dessa região exportar pêssego *in natura*, então através dessa Associação foi criada essa possibilidade. Além é claro, da ação do Comitê de Fruticultura da Metade Sul, principalmente, com destaque sobre investimentos privados que a transferência de empresas da serra gaúcha proporciona a esta região quando da implantação e ampliação de seus vinhedos. São projetos concretos, objetivos e que realmente estão trazendo resultados.

No projeto de produção integrada, estamos trabalhando com o objetivo de produzir frutas de qualidade, reduzir o uso de agrotóxicos, com respeito ao ambiente e à saúde do homem, com condições para competir em outros mercados,

dar rastreabilidade e conceder qualidade a nossas frutas e conservas. Então, trabalhamos dentro do sistema de produção de frutas com o ambiente, com o sistema de produção e, agora vamos trabalhar com uma parte de transformação. Queremos preservar o ambiente da melhor forma possível, fazendo o cultivo mínimo do solo, se o sistema tradicional era lavar, gradear etc., nós estamos empregando o sistema de manter o solo permanentemente coberto como forma de garantir uma certa sustentabilidade. O controle de pragas e doenças é trabalhado dentro de um sistema de monitoramento, usando o controle biológico quando possível, exatamente para diminuir o impacto ambiental dessa atividade, portanto é todo um trabalho que está sendo feito exatamente para tentar melhorar e garantir uma segurança alimentar ao consumidor. Lembrando que esse é um projeto multidisciplinar e multistitucional, que vem sendo gerenciado de forma conjunta por todas estas instituições.

O que nós queremos é que o fruto seja produzido no campo com mais qualidade. Dispomos de um sistema de caderneta de campo para registrar todas as operações que são feitas. Esse fruto vai chegar com essa qualidade à indústria ou ao consumidor, desta forma nós podemos então controlar todo o sistema e garantir essa qualidade, pois tudo isso está registrado e monitorado nas várias fases.

No caso da fruta, já foi instituído esse ano o selo de qualidade, essa proposta já foi aprovada em nível de Ministério da Agricultura e, o INMETRO é que vai conceder os selos através do que chamamos de Produção Integrada Brasil. Existe todo um sistema de certificação que vai ser trabalhado em cima dessas frutas. A maçã é o primeiro fruto que vai receber o selo de qualidade, então, como falamos no início, a partir de 2003 obrigatoriamente as frutas deverão ser trabalhadas dessa forma para que possamos acessar o mercado internacional. Já existem 8 mil hectares plantados de maçã neste sistema, a partir do ano que vem essa fruta poderá ser exportada dessa forma, tendo toda a garantia da rastreabilidade.

Como acontece em várias outras cadeias produtivas, a organização dos produtores para o mercado ainda é complicada. No caso de frutas, como são perecíveis, necessitamos de uma estrutura de frio, pois sem frio, evidentemente, não alcançaremos o mercado. Necessitamos também, principalmente na indústria, de inovação tecnológica, novos produtos e diferenciação no mercado para garantir essa competição. A questão de logística e marketing são extremamente importantes, porque para exportar precisamos de imagem e estrutura logística. Por exemplo, exportar pêssego para a Europa, até o pêssego chegar do Aeroporto de Porto Alegre, que não tem câmara fria, à mesa do consumidor na Europa, ele tem todo um caminho, onde ocorrerão danos irreversíveis nos frutos, comprometendo sua aparência e qualidade, ocasionando perdas imensas. O que nós precisamos, para vencer este gargalo, é dar estrutura logística, admissão de perdas pós-colheita e, evidentemente, assistência técnica.

Embora não sendo sobre carne, gostaria de fazer um pequeno comentário sobre a certificação. Algumas redes de supermercados, e uma delas a Carrefour, fizeram um estudo junto com o consumidor para saber quais seriam as preferências e o que lhes significava a qualidade. Portanto, nomearam cinco itens que eram sanidade, maturação adequada, segurança alimentar, não utilizar produtos polêmicos e não utilizar mão-de-obra infantil. A partir disso o Carrefour estabeleceu um selo de qualidade que de alguma forma é algo parecido com que nós fizemos com a produção integrada. Entendimento que se o Brasil se organizar para a exportação, em termos de qualidade, ele naturalmente estará servindo o mercado interno, pois aquela produção que não é exportada, na sua maioria ficará na mesa do consumidor brasileiro. Isso é uma tendência que não temos como não seguir, e o que se pretende fazer com a carne, como comentou o Dr. Ivo em sua exposição, está sendo feito também com as frutas.

Graãos em terras baixas

Dra. Marilda Pereira Porto¹

A grande maioria dos solos de várzea do RS se localiza na Metade Sul do Estado, onde temos as áreas do litoral, que são as áreas às margens da lagoa, temos os solos de várzea da depressão central, temos os solos de várzea na campanha, que são solos um pouco mais altos e mais bem drenados e temos solos hidromórficos onde que também é cultivado arroz e, que são solos um pouco mais altos da fronteira oeste. As características principais desses solos é que eles apresentam limitações físicas, pois tem drenagem deficiente por serem muito planos e por terem horizonte impermeável, o que não permite que a água saia pelo perfil do solo; tem baixa capacidade de armazenamento, passam rapidamente de uma situação de saturados para muito secos; possuem uma densidade elevada; alta retenção de água, pois tem uma alta relação de micro poros e baixa aeração. Em termos de limitações químicas, são solos que intensamente trabalhados com arroz, geralmente tem alta acidez e uma fertilidade natural de baixa a moderada e baixos níveis de matéria orgânica, portanto esse é um solo que serve para o cultivo de arroz irrigado.

Por que estamos trabalhando com outras culturas de grãos nessas áreas? Esse é um desafio que a pesquisa aceitou. Estamos falando de três culturas de grãos, no caso a soja, o sorgo e o milho, sabemos que essas culturas têm alta sensibilidade ao excesso de água no solo. Portanto, em lugares que permanecem alagados por um longo período existem problemas de peste e outras doenças. O sorgo é a mais resistente das três culturas, mas tem uma sensibilidade na fase inicial de desenvolvimento, onde se existir acúmulo de água as plantas ficam avermelhadas e não se desenvolvem. O milho é a mais sensível, principalmente na fase de desenvolvimento inicial.

Pesquisadora de Embrapa Clima Temperado.

O caminho para viabilizar outras culturas de grãos em áreas de várzea é a drenagem, se não tiver drenagem nada mais precisa ser feito. Em áreas onde existe a possibilidade de inundações no verão, não iremos recomendar outras culturas de grãos. Em áreas onde podemos fazer drenagem, é possível produzir satisfatoriamente outras culturas de verão. Uma pesquisa mostra que é possível irrigar da mesma forma como se irriga arroz, fazendo taipas, essas taipas também auxiliam na drenagem, assim como o valetamento, aplainamento, uso de escarificador para descompactação do solo etc.

De um modo geral, a rotação de cultura é sempre positiva em relação à monocultura, mas temos visto, principalmente, que os aspectos positivos trazem benefícios para o arroz na rotação. A principal conclusão que se chegou é de que com essas culturas nós podemos fazer a desinfestação de arroz vermelho, que é um problema sério para o arroz irrigado. Um outro aspecto positivo é a melhoria da fertilidade desse solo pela reciclagem de nutrientes, principalmente o milho, que deixa 80% do potássio no solo após a sua colheita para a cultura subsequente.

A quebra do ciclo de doenças e pragas, o aumento da produtividade do arroz, maior rentabilidade da área, pois teremos outra cultura implantada na área nos anos em que não está sendo plantado o arroz, a diversificação de receita versus a produção de grãos.

Em experiências feitas pela Embrapa em uma área de 60 hectares, onde eram produzidos, em média, três a quatro toneladas de arroz por hectare, depois de ter sido feito um plantio de milho seguido de soja, com produtividade média de duas toneladas por hectare, na última safra voltou o arroz a essa área e a produção passou a ser em média seis toneladas por hectare. Portanto, esse resultado anima o nosso trabalho.

Falando na diversificação das áreas, no aspecto sócioeconômico, esse foi um trabalho realizado por um mestre em economia pertencente a EMATER, Dr. Romualdo Ferreira.

Nesse trabalho ele levantou os seguintes dados de uma lavoura: a produção de arroz pós pousio era de 115 sacos por hectare, a produção de arroz após produção de milho foi de 188 sacos por hectare e a produção do milho nessa área foi de 83 sacos por hectare. Ele fez, então, a avaliação de quatro sistemas, os sistemas foram os seguintes: um ano milho e um ano arroz; um ano de pousio e um ano de arroz; dois anos de milho e um ano de arroz e dois anos de pousio com um ano de arroz.

Nos dois sistemas em que o milho entrou em rotação com o arroz a rentabilidade, a margem líquida, foi em torno de 350 reais por hectare ao ano, isto foi feito com os valores de arroz a 16 reais a saca e o milho a 13 reais a saca, dependendo de como estiver o preço de comercialização, esses valores podem mudar de um ano para o outro. As potencialidades que temos visto com essas culturas na área de arroz são várias, mas aqui vamos mostrar apenas três trabalhos na área de teste de cultivares. Temos realizado testes de cultivares em Bagé, em parceria com o CPPSUL, em nossa área experimental na estação Terras Baixas no Capão do Leão, em parceria com o IRGA, em Cachoeirinha e com a UFSM em Santa Maria. Portanto, no ano 2000/2001, com testes feitos em cultivares híbridos de sorgo granífero em Bagé, com irrigação, produziu-se 7000 kg/hectare, já Capão do Leão, Cachoeirinha e Santa Maria a produção foi um pouco mais baixa, mas mais ou menos se igualaram com a média dos testes de cultivares em todo o estado do RS. Então, isto é produção de sorgo em áreas de várzea.

A potencialidade da soja para essas áreas também foi mostrada com o resultado de testes de cultivares divididas em precoce, ciclo médio e tardias, que são as cultivares indicadas para o Rio Grande do Sul. Em Bagé, que tem um solo melhor, é possível produzir em torno de 3500 kg, no Capão do Leão a produtividade ficou em torno de 2000 kg na média das cultivares. Temos também, um trabalho novo de sistematização em desnível para poder aliar a irrigação de sulcos trabalhando com pequenos camaleões e, temos um outro trabalho que

estamos conduzindo a mais tempo, de irrigação por banhos controlados, com banhos muito rápidos e bem controlados.

A potencialidade de produção do milho para essas áreas, apesar de ser a cultura mais sensível das três, é a mais alta. Com testes, temos dois anos de resultado, em Bagé no ano 1999/2000 e com irrigação chegou se a produzir acima de 10 toneladas por hectare, depois no ano 2000/2001, foi produzido em torno de 9,5 toneladas por hectare. Apesar de não termos híbridos ou cultivares de milho, totalmente adaptados para as áreas de várzea, já temos alguns com potencial de produção, e se a área for drenada, produzem ainda melhor.

Possuímos uma deficiência muito grande de milho e de sorgo no Estado do RS, devido às sucessivas quebras ou ao incentivo à soja, que é uma cultura de exportação, além de problemas com a seca, o que nos torna muito dependentes de importação, tanto RS como SC. No Estado são produzidos 900.000 hectares de arroz todos os anos, se estima que duas vezes essa área fique em pousio, ou seja, 1.800.000 hectares. Se tivéssemos 20% dessa área para a produção de grãos ou para a produção de milho e de sorgo, e se essa produção fosse de 3000 kg por hectare, que seria a média do Estado, teríamos a produção de 1.000.000 de toneladas de milho e de sorgo no RS. Esse é nosso trabalho de pesquisa, precisamos de parceiros para o desenvolvimento.

Palestra 11

Agentes de desenvolvimento local

Dr. Jesus Villen Garcia-Gallan¹

Gostaria de agradecer ao convite feito pela Embrapa, em especial ao Doutor Belarmino. São dois os objetivos desta palestra: o primeiro é desenvolver os conceitos, função e como é tratado o Desenvolvimento Local (DL) na União Européia e o segundo é consolidar ao final desta apresentação o que se entende por Agente de Desenvolvimento Local (ADL).

O exemplo do sul da Espanha, a Andaluzia, será utilizado mostrando como a região mudou sua fisionomia, nos sentidos de estrutura agrária, de transporte e social, depois da adoção desses conceitos e dos recursos vindos da EU.

O conceito de DL aparece no acervo comunitário da EU em diferentes sites, selecionamos o que define melhor a idéia: “É a potencialização dos recursos endógenos nas zonas alvo, impulsionando a população, com formação e fomentando a cultura empreendedora, o associativismo e a integração social”.

A EU entende que é necessário fortalecer a infra-estrutura, as facilidades de acesso a zona alvo e otimizar o uso dos recursos naturais. Além disso, o DL deve estar enfocado para impulsionar o entorno das empresas e permitir a melhoria das tecnologias utilizadas, potencializando os produtos locais.

¹Granada - Espanha.

Para colocar esses conceitos, essa definição e objetivo em prática, a EU necessita de instrumentos, e o que mais tem utilizado são os instrumentos financeiros que se articulam pelos Fundos Estruturais.

Os Fundos Estruturais são instrumentos financeiros que a EU utiliza para impulsionar o desenvolvimento de determinadas zonas ou regiões da Europa, como é o caso do sul da Espanha que se enquadra dentro do objetivo número um, cujo significado será apresentado adiante. Estes instrumentos se materializam pelo financiamento de projetos vinculados ao DL.

O objetivo básico dos Fundos Estruturais é obter a coesão econômica e social, financiando planos e ações para contribuir ao desenvolvimento sustentável, gerar mais emprego e desenvolver os recursos humanos, promover a igualdade entre homens e mulheres e proteger e melhorar o meio ambiente. Esses são os princípios que todas as políticas locais, autonômicas nacionais estão influenciadas por estes objetivos.

Os objetivos que a EU tem em concreto para os Fundos Estruturais, para a Espanha são: O Objetivo I é promover o desenvolvimento e o ajuste estrutural das regiões menos desenvolvidas, como é o caso da Andaluzia que está dentro desse objetivo, mas não estão nesse enquadramento cerca de 76% da Espanha e 58,5% da população. O que quer dizer isso? Bem, isso influencia a quantidade de financiamento que é superior ao de regiões que estão enquadradas nos objetivos II e III; o Objetivo II visa apoiar a reconversão econômica e social da zona alvo com deficiências estruturais e; o Objetivo III visa apoiar a adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, formação e emprego.

Os tipos de Fundos Estruturais que afetam o DL e o DL Rural são:

- O Fundo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que será enfocado adiante;
- O Fundo Social Europeu e o

- FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia aos Agricultores.

O FEDER e o FEOGA estão mais orientados ao desenvolvimento rural. Na Andaluzia, o FEDER está tendo um papel muito importante, porém as finalidades que deve cumprir são as seguintes: investimentos em explorações agrárias, instalação de jovens agricultores, formação, melhoria da transformação e comercialização dos produtos agrícolas e silvicultura; fomento a adaptação e desenvolvimento das áreas rurais; comercialização de produtos agrícolas de qualidade; renovação e desenvolvimentos dos povoados; proteção e conservação do patrimônio rural; diversificação das atividades no âmbito agrícolas e afins para aumentar a possibilidade de emprego e receitas alternativas; fomento do turismo e artesanato e proteção do meio ambiente e da paisagem.

O Fundo FEDER afeta na Espanha exatos 1774 municípios e enquadra 21,8% do total de municípios do país. A superfície abrangida é de 119.883 km quadrados, 23,8% do total nacional, e a população de 4.396.873 habitantes, ou seja, 11% da população que está favorecida pelo Fundo FEDER ou ajuda financeira, como denominam.

Na seqüência, o instrumento de ajuda é o Fundo Social Europeu, que tem as seguintes finalidades: apoio ao desenvolvimento local; dimensão social e o potencial de emprego que oferece a Sociedade da Informação e integração das políticas de igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

Para levá-lo à prática, deve-se desenvolver, entre outras coisas, as ações de fomento ao desenvolvimento local. A responsabilidade de levar adiante a utilização destes dois Fundos é do Estado Espanhol, cujo papel que desempenha é de impulsionador do DL para aproveitar os vazios produtivos não explorados de uma zona. Isso ocorre por meio da criação dos ADL, que são unidades territoriais de emprego e desenvolvimento.

Os ADL são pessoas que estão em entidades, municípios etc., para colocarem em funcionamento os programas de unidades territoriais de emprego e desenvolvimento local e tecnológico. Podem realizar o trabalho em qualquer área dos municípios, mas estão presentes em qualquer povoado espanhol e, na maioria dos casos, são economistas, os quais aplicam e fazem cumprir a política europeia de desenvolvimento local.

Os objetivos destes ADL são promover a geração de empregos através da dinamização e aproveitamento dos recursos endógenos das zonas de suas responsabilidades para promover o DL e a potencialização do tecido produtivo existente.

Esses ADLs são financiados pela administração da Comunidade Autónoma (como a Andaluzia), que pagam cerca de $\text{€}2.053,46$ mensais aos membros pertencentes a categoria de titulares superiores, os titulados médios recebem cerca de $\text{€}1.803,40$ e os auxiliares administrativos $\text{€}1.151,00$ e as prefeituras participam com a cedência de local de trabalho e os respectivos equipamentos de trabalho correspondente.

Os ADLs têm como principais funções (I) prestar informação mediante a divulgação, assessoramento e assistência às empresas, agentes sociais e cidadãos; (II) prospecção de mercados de trabalho; (III) estudos quantitativos e qualitativos do mercado de trabalho que permitam conhecer a evolução dos diversos setores da atividade e as novas oportunidades de trabalho e (III) a promoção do auto-emprego, mediante a capacitação de possíveis empreendedores e campanhas de difusão e de dinamização.

Além disso, devem realizar a análise do entorno socioeconômico, estímulo para a criação de novas empresas, promoção de projetos e outras iniciativas de DL, dinamização e melhoria da competitividade das pequenas empresas.

Os instrumentos que os ADLs utilizam são programas horizontais, que adotam as análises denominadas DAFO (debilidades, ameaças, fortalezas e oportunidades); criação de

distritos industriais próximos de áreas urbanas, que também facilitam os trâmites para o financiamento empresarial; fomentam o uso de equipamentos com alta tecnologia dentro das empresas; promovem a formação relacionada com o desenvolvimento econômico; facilitam a coordenação interadministrativa e estimulam a participação dos agentes sociais nas políticas de desenvolvimento local.

Outro instrumento que os ADLs usam são programas verticais que possuem uma iniciativa dirigida ao estímulo de setores econômicos específicos. Neste caso, a agricultura, meio ambiente, comércio exterior, turismo, a inovação tecnológica e o bem estar social.

Os ADLs utilizam uma metodologia particular, composta de nove partes: o planejamento estratégico de uma zona, pois aborda o objetivo do fomento e apoio da criação de empresas no entorno local desde uma proposta com visão de longo prazo; fomenta a cultura empreendedora, promovendo o espírito de empresa em um território ou em um coletivo; impulsiona a geração de idéias de negócios viáveis no entorno local; formação econômica e empresarial básica, ensina de forma simples os princípios básicos de funcionamento da economia e de empresas; apóiam a realização do Plano de Empresa, capacitando e assistindo ao empreendedor para que possam desenvolver novos Planos de Empresas e para que possam obter os recursos necessários e; assistem ao empreendedor para que este possa conseguir os recursos necessários para colocar em funcionamento a empresa, tanto os recursos humanos, materiais, jurídicos, administrativos e financeiros detectados na fase anterior.

Depois de feito o planejamento, apoiam o início do funcionamento da empresa, assistindo ao empreendedor nas deficiências típicas desta fase, em especial na primeira gestão, quando introduzem e consolidam o crescimento do primeiro produto. Por fim, realizam um acompanhamento aos novos empresários, em especial para garantir a sobrevivência da nova empresa.

Os dados disponíveis permitem visualizar o efeito que tais políticas de DL, com a participação dos ADLs, usando os fundos de ajuda tiveram na Espanha. Houve considerável melhora de competitividade do tecido produtivo, em especial pela diversificação e modernização produtiva, organizativa e tecnológica. O impulso da Sociedade do Conhecimento, através da nova capacidade tecnológica e do surgimento e/ou crescimento da Sociedade da Informação. Também, houve maior valoração e qualificação dos recursos humanos, ademais de melhorias na infra-estrutura de comunicação, abastecimento energético e de transporte. Ainda se verificou melhor aproveitamento dos recursos endógenos das regiões, a partir do desenvolvimento local e sustentável.

Espero que os dois objetivos desta apresentação estejam cumpridos e que todos tenham concluído que o DL está influenciado pelas políticas centrais da EU.

Casos de viabilização de projetos no sul do Rio Grande do Sul: fruticultura e conservas

João Carlos Medeiros Madail¹

Estou convicto, e agora fiquei mais seguro ainda, depois que assisti a este seminário, de que essa equação do desenvolvimento é altamente complexa, ela tem variáveis econômicas, sociais, técnicas, ecológicas e, também, políticas. Por isso, um projeto de desenvolvimento tem que congrega

¹Pesquisador da Embrapa Clima Temperado.

todas as pessoas e entidades que dominam essas variáveis, talvez tenha sido esse um dos motivos de alguns projetos não terem dado certo nesta região. Às vezes, nos esquecemos do protagonista principal do processo, que são os produtores e os habitantes do meio rural. Quando se trata de projetos de desenvolvimento rural, não se pode priorizar algumas variáveis e deixar outras de fora, importantíssimas e limitantes como os produtores, por exemplo.

Dois projetos que congregam todas essas variáveis, todas essas instituições e pessoas, que eu destaco como importantes e que estão dando certo para a região, já foram citados pelo Doutor Fachinelo, um deles é o projeto de desenvolvimento da fruticultura irrigada da metade sul. Vou apenas dar alguns dados para enriquecer ainda mais essas informações. Ele foi criado em 1997, reúne vários parceiros, todas as secretarias municipais e estaduais de agricultura, a Embrapa, a EMATER, as Universidades e outras entidades de classes, agricultores e também, a iniciativa privada, são parceiros importantíssimos que desde o início estão juntos. O projeto também está sendo gerenciado pelo Comitê de Fruticultura da Metade Sul, que hoje abrange mais de 100 municípios, onde 90 estão engajados diretamente. Estão organizados em 11 grandes regiões, distribuídos conforme os aspectos geográficos e políticos-administrativos.

Essas informações, que não foram dadas anteriormente, servem para enriquecer e justificar o porquê do sucesso desses projetos. Em cinco anos foram implantados mais de oito mil hectares de novos pomares, o investimento exato já supera os cento e cinquenta e seis milhões de reais, também foram colocados recursos municipais e, investimentos dos próprios produtores, que somam cento e trinta milhões e oitocentos mil reais. Também, receberam investimentos de empresas privadas, são quatorze novas empresas que estão investindo nesses noventa municípios membros do projeto, o que representa um valor de oito milhões e duzentos mil. A previsão de investimento para 2005, anunciada oficialmente pelo comitê é de quarenta e seis milhões e duzentos mil.

Este projeto tem aberto novas ações também, às associações dos exportadores de frutas, é um novo projeto que já está consolidado, onde os produtores estão pensando em exportar principalmente para a Europa, e já existem até alguns exemplos. O projeto também tem servido de referência para outros empreendimentos como projeto de fruticultura da metade norte, que é uma cópia na íntegra do que está se fazendo aqui.

Outro exemplo de projeto de sucesso é na área de conservas, é o projeto CAFH, da Associação Gaúcha da Cadeia Agroindustrial de Frutas e Hortaliças. Esse foi instituído no dia 10 de novembro de 1999 e visa congrega todos os elos da cadeia e também, equalizar a agregação de valores entre os elos da cadeia. Como se sabe, dos elos desta cadeia, no setor produtivo o setor primário sempre foi muito prejudicado, sempre foi o que arcou com todos os riscos e que sempre beneficiou os outros elos. Agora, o setor primário está conseguindo oportunidade para discutir com os demais elos uma condição um pouco mais igual, então esse é um dos objetivos principais da cadeia, congrega e representa os produtores.

Participam desse projeto o SINDOCOPEL - Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas, o Sindicato das Indústrias de Alimentação do RS, a EMATER, a Universidade Federal de Pelotas, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e da Zona Rural, o SEBRAE e a FIERGS, são todos parceiros que estão periodicamente se reunindo e discutindo os problemas da cadeia.

Existem vários avanços registrados por esse projeto, alguns citados pelo Doutor Fachinelo e, esse projeto tende a avançar ainda mais, beneficiando todos os elos da cadeia.

Casos de viabilização de projetos no sul do Rio Grande do Sul: carne ovina “modelo herval premium”

Dr. Felipe Azevedo de Souza

Gostaria de agradecer à Reitora da UFPEL pela confiança que levou à assinatura de um novo convênio, depois de dois anos já conveniados. Queria agradecer também pelo tema que me foi proposto, o modelo do Conselho Regulador do Cordeiro Herval Premium como uma das alternativas, quer dizer, cada cadeia, cada região, terá que adaptar a forma de organização à realidade regional.

Meus agradecimentos em nome da nossa entidade, pelo fato de concluírem que esse é um projeto sério, que tem uma proposta efetiva de fazer a coisa acontecer, por isso todo o nosso cuidado desde que se iniciou esse processo.

O enfoque desta apresentação será o modelo cordeiro Herval Premium, não entrarei na qualidade do cordeiro, no que está expresso nos *banners*, mas sim no que está por de trás da constatação, de que já existe um produto disponível em Pelotas, Porto Alegre etc., ainda que de forma incipiente, indicando que aparentemente o caminho que definimos está correto.

Lendo o Sul do Rio Grande, problemas, pontos fracos e debilidades, coloquei como um dos pontos mais importantes e de grande fragilidade, os agentes econômicos regionais com perfil pouco empreendedor. Assistindo a um seminário desses, se vê a enormidade de oportunidades de negócios que existe para a região, foi aqui registrado o número reduzido de pessoas presentes, as perguntas que deveriam surgir não surgiram, porque estão ausentes os interessados. É exatamente pela visão

¹Presidente do Conselho Regulador Herval Premium.

dessa realidade regional que as coisas têm que ser conduzidas de forma perseverante e permanente, até que aconteçam. Esse projeto é exatamente uma alternativa para fazer acontecer.

O que é o Conselho Regulador? É um agente, empreendedor, associativista, baseado na congregação de um grupo grande de produtores fornecendo cordeiros, temos personalidade jurídica, temos CNPJ, estatutos, diretoria e lei, assembléia geral, somos legalmente uma associação, só que a legislação brasileira não prevê a figura do conselho regulador.

Características do modelo, pontos fortes da nossa visão, objetivo estratégico fundamental claramente definido, foram muito discutidos na origem e, acabamos definindo um único foco que é o fluxo não sazonal de carcaças de qualidade de cordeiro, ou seja, animais dentes de leite. Toda a monitoração e todo o trabalho que fazemos, e toda a pouca complexidade do que é a nossa atividade, está focado no fluxo de cordeiros.

O organismo específico de controle da denominação de qualidade e origem cordeiro Herval Premium é a nossa entidade. Então, esse fluxo de carne de qualidade, em realidade está beneficiando os 106 produtores que nos entregaram cordeiros através do projeto Herval Premium, é um produto regional, tradicional e com origem conhecida quer dizer, a nossa colaboração para a ovinocultura do Rio Grande do sul é não falharmos, esse é o nosso enfoque. Aquilo que der certo dentro do projeto cordeiro Herval Premium servirá para outras cadeias produtivas, como é na Europa e, inclusive, cadeias de carne ovina de qualidade.

Essa marca é uma marca coletiva de certificação de qualidade que a legislação prevê, foi um processo interessante e demorado de registro da marca, porque pela informação que tivemos foi o primeiro processo de registro de uma marca coletiva, ou seja, não é uma marca de uma entidade comercial.

Essa objetividade na nossa atuação, que é o fluxo de carcaças, permite uma atuação fortemente convergente.

Estamos implantando conceitos que colidem com práticas tradicionais do produtor, o que exige a quebra de paradigmas na produção e comercialização, como o conceito de que comercializar é simplesmente vender. O desafio gerencial exige persistência e qualificação crescente e, exige perseverança do produtor no aguardo da consolidação do programa.

Finalmente, os conceitos básicos do projeto são associativismo mais integração institucional, por isso é importante o reconhecimento do modelo e, também, o apoio de vocês para que tenhamos uma integração efetiva e para que possamos ajudar a transformar este projeto em realidade.

Durante um bom tempo, fui presidente de uma associação comunitária, o meu envolvimento era no sentido de fazer as coisas acontecerem e, participando de uma reunião onde contaríamos a nossa experiência, os presentes começaram a questionar a questão da iluminação, sendo que a reunião era para fundar uma associação. Um padre, que estava sentado ao meu lado, disse: “Não plantaram a árvore e já querem colher o fruto”. Do exposto, conclui-se que, para uma cadeia, ou para qualquer projeto andar, o importante é que se saiba quem é quem, quem tem a responsabilidade e como ele está cercado e inserido para que isso possa ser uma realidade.

Casos de viabilização de projetos no sul do Rio Grande do Sul: inserção da universidade na comunidade

Prof. Milton Asmuz¹

Estamos desenvolvendo um projeto na Fundação Universidade Federal do Rio Grande, embora não seja na minha área, que de certa forma abandonou a área acadêmica e entrou na extensão universitária, ou seja, inserção da universidade na comunidade, procurando resolver um problema econômico e social muito sério da região da Lagoa dos Patos que acompanhou a crise da pesca, principalmente da pesca artesanal.

Podemos discutir a aquacultura sob vários aspectos, científico, acadêmico, aplicado etc., porém, vou abandonar o aspecto tradicional, procurando tratar do assunto sob a ótica sócio-econômica.

A Universidade de Rio Grande possui um curso de Mestrado em Aquacultura, essa ação de cultivo de peixes e camarões teve início em 1972 como parte do curso de graduação em oceanologia no entanto a partir de 1999, com a construção da Estação Marinha de Aqüicultura (EMA) na praia do Cassino, essa parte da aquacultura teve um grande impulso. Mais tarde, em 1995, fundamos também um Laboratório de Aqüicultura Continental (LAC), então, são esses os elementos que tem impulsionado alguns projetos de desenvolvimento que estamos tentando desenvolver.

Estamos lidando basicamente com três grupos de organismos, camarões marinhos, peixes marinhos e rãs. A área disponível tem praticamente mil quilômetros quadrados, e localiza-se onde anteriormente tínhamos uma pesca artesanal importante, porém, uma série de razões como modelo de pesca

¹ Pró-Reitor da Fundação Universidade Federal do rio Grande.

inadequada, incentivos inadequados, falta de conscientização do pescador e políticas equivocadas levaram-na a uma falência generalizada com reflexos sociais e econômicos seríssimos.

Estamos propondo, através da Estação de Aquacultura, um novo projeto, algo o como repovoamento do estuário da Lagoa dos Patos, que na minha opinião seria algo meio fora da realidade. A proposta prevê o uso de uma espécie local, que é o camarão rosa. Inclusive, já temos um pacote tecnológico em que as matrizes são capturadas em alto mar, é feita a reprodução em laboratório e, após a larva ter atingido um tamanho mínimo, é colocada em cercas no próprio local onde ele será pescado. Durante um período que se chama de engorde, que compreende as estações de primavera e verão, ele cresce e atinge o tamanho desejado para comercialização, sendo produzido, então, dentro de cercados que podem ser cuidados pela própria família dos pescadores, permitindo que ele retire o camarão no momento que desejar. A idéia desse projeto já está sendo passada para a comunidade através das lideranças das colônias de pescadores, pois é o pescador artesanal que tem familiaridade com essa espécie.

A construção do cercado, mais a operação de manutenção e alimentação e todo o pacote tecnológico oferecido à colônia dos pescadores, têm um custo anual de três mil reais, o rendimento de uma safra/ano é de aproximadamente 500 quilos por cercado, a um valor médio de sete reais o quilo, rendendo três mil e quinhentos, o demonstra que esse é um projeto sustentável, do ponto de vista econômico. O pescador pode manter essa produção todo o ano e pode ainda complementá-la com a pesca que ele tradicionalmente vem realizando. É um processo tampão, que evita que o pescador fique sem rendimentos em períodos de safra frustrada.

Nesse momento, estamos na escala de pesquisa para o projeto piloto, e há grande interesse pelas associações de pescadores. O projeto foi encaminhado ao BNDES, com orçamento em torno de um milhão de reais, e a parte técnica já teve aprovação

do Banco, está sendo tratado agora pela área social.

Apenas para deixar alguns números, hoje em dia são 6 mil pescadores, que usam a pesca artesanal como sustento, em torno de 3 mil estão relacionados com a pesca industrial, se nota que a comunidade dos pescadores artesanais é muito maior. Ainda há problemas a serem resolvidos, se está tentando avaliar com uma forma um pouco mais precisa qual o real impacto sócio-econômico. Aos nossos olhos ainda existem questões ambientais mas, enfim, são coisas possíveis de serem tratadas e resolvidas do ponto de vista tecnológico. Realmente, o ponto mais importante que encontramos é de transferência de um projeto de pequena para grande escala, na esperança que esse venha realmente atenuar a situação desesperadora dos pescadores artesanais da nossa região, evitando a concentração de pescadores na periferia das cidades, baixa qualidade de vida, enfim, destruição e desestruturação de uma atividade tradicional e importante para nós.

Casos de viabilização de projetos no sul do Rio Grande do Sul: fórum regional do turismo e projeto viajando pelo Rio Grande

Prof. Jussara Argoud¹

A Universidade Católica de Pelotas tem a coordenação do Fórum Regional de Turismo há dois anos. Esse Fórum é uma parceria do projeto Viajando pelo Rio Grande e da Secretaria de Turismo do Estado. Foi nos lançado, logo no início, quando se começou a trabalhar com o Fórum, um grande desafio, que era de formatar um produto turístico da região que

¹ Curso de Turismo Universidade Católica de Pelotas.

unisse os municípios da região sul, os atrativos turísticos, as potencialidades, enfim, tudo o que temos de belo para mostrar em nossa região.

Começamos a trabalhar pensando em formatar uma rota que unisse os municípios. Foi lançado o desafio para a primeira turma de ensino superior do curso de turismo da cidade. Eram alunos da primeira turma de um curso novo que foram divididos em grupos e esses grupos foram para os municípios. Primeiramente, estudamos em aula, identificamos os municípios que tinham potencial ou atrativos, que tinham alguma infra-estrutura para poder mostrar para o turista e poder recebê-lo bem.

Os grupos foram para os municípios, identificamos sete que poderiam receber, que tinham algumas coisas já formatadas, que tinham uma infra-estrutura básica e turística para estar recebendo turistas. Os municípios identificados para trabalhar com turismo foram: São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, Piratini, Pedras Altas, Jaguarão e São José do Norte. Cada um com uma característica diferente, mas identificamos em todos um trabalho muito importante de valorização da nossa cultura.

Chegamos a formatar uma rota, desde o município de Pedras Altas com a parte de pampa, até chegar a Rio Grande e São José do Norte com o mar. Então, temos aí a rota gaúcha do pampa ao mar, a cultura bem presente do gaúcho desde o pampa até o mar. O objetivo real da rota era este, unir os municípios e mostrar os seus atrativos. Trabalhamos dois anos nesta rota, identificando os potenciais e indo aos municípios, conscientizando o poder público através das reuniões do Fórum Regional de Turismo, conscientizando a iniciativa privada e a comunidade, enfim, continuamos esse trabalho até hoje. Fizemos, através do Fórum Regional essa conscientização, pois sabemos que o turismo só acontece se o poder público, a iniciativa privada e a comunidade estiverem unidos. Não há desenvolvimento do turismo se a comunidade não abraçar esta causa, pois ela é que receberá o turista, se ela não estiver presente nada acontecerá.

Tínhamos a meta de lançar o produto no 2º Salão Gaúcho do Turismo. Já tínhamos participado do 1º, levando a região para lá e mostrando alguma coisa. No 2º salão resolvemos que estava na hora de lançarmos esse produto para todo o Brasil. Trabalhamos para que isso acontecesse, conseguimos unir os municípios para fazer esse material. Através das reuniões do Fórum fizemos todo um levantamento de custos para participar do 2º Salão do Turismo, para lançarmos a rota. Chegamos a um consenso e os municípios bancaram o material, ou seja, é assim que se constrói, é assim que se consegue alguma coisa, com união.

Lançamos a rota gaúcha do Pampa ao mar em abril, no 2º Salão Gaúcho do Turismo, que aconteceu no DC Navegantes em Porto Alegre. O Salão é um grande evento e mostra todas as potencialidades das nove zonas turísticas do RS. No lançamento da rota turística tivemos uma alegria muito grande, pois conseguimos mostrar bem a cultura da zona sul. A rota turística gaúcha do Pampa ao mar foi a rota que mais gerou notícias na imprensa do Brasil e do Mercosul. Eram mais de 50 jornalistas presentes no salão, principalmente porque ela valoriza a cultura local.

Sabíamos que precisávamos qualificar os municípios da rota, as pessoas que iriam receber o turista, os empreendedores, enfim, tínhamos mais um desafio pela frente. E como fazer isso? Dentro da Universidade já estávamos pensando em oferecer cursos de qualificação profissional para pessoas que iriam trabalhar com os turistas, só que não temos capacidade física e financeira para tanto. Então, o SEBRAE lançou um projeto maior de desenvolvimento do turismo para a zona sul. Apresentamos nosso trabalho que já estava pronto, pedindo que eles vissem esse trabalho e o olhassem com bons olhos, com os levantamentos e tudo que o SEBRAE precisava desses municípios. O SEBRAE, então, abraçou a causa e hoje temos uma parceria, que já está iniciando a qualificação da rota turística gaúcha do pampa ao mar. Então, vamos ter um trabalho do SEBRAE em todos os municípios da rota,

agregando mais três municípios, Herval, Santa Vitória e Capão do Leão. Enfim ,iniciamos um trabalho que não esperávamos que desse tanto resultado.

Para finalizar, queríamos deixar a mensagem de que só unidos vamos vencer essa negatividade, essa crise que acontece, com as pessoas a dizerem que nessa região não tem nada de bom, não tem nada para mostrar para o turista. Isso não é verdade, e se todos trabalharem unidos, isso vai acontecer, aliás já está acontecendo. Para minha surpresa, há poucos dias fui ao centro, no domingo, para assistir um trabalho dos alunos que estavam no mercado público. Cheguei na Praça Coronel Pedro Osório, havia cinco ônibus com turistas fazendo visitas ao centro histórico. Isso já é um resultado do trabalho de divulgação dos municípios que todos nós temos feito, portanto, acreditem, porque eu acredito e trabalho para isso.

Casos de viabilização de projetos no sul do Rio Grande do Sul: recursos hídricos na agência de desenvolvimento da Lagoa Mirim

Prof. Adolfo Frantz¹

Farei alguns comentários sobre a atuação da Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim, vinculada à Universidade Federal de Pelotas. Essa Agência está intimamente relacionada com a Comissão da Lagoa Mirim, que corresponde a parte brasileira de toda a bacia da Lagoa Mirim, que tem parte de sua extensão no norte do Uruguai e parte no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. A agência da Lagoa Mirim, em suas principais atividades, tem a administração da barragem eclusa no Canal São Gonçalo.

¹ Universidade Federal de Pelotas.

Essa barragem eclusa tem como objetivo impedir a passagem da água salgada que ocorre nos meses de estiagem da Lagoa dos Patos para o canal São Gonçalo. A barragem eclusa é administrada pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim, que também administra a barragem do Chasqueiro, localizada no município de Arroio Grande, que permite a irrigação por gravidade, ou seja, sem despesa de energia elétrica de aproximadamente 7 mil hectares de arroz. Além disso, a Agência da Lagoa Mirim administra um projeto de açudagem, atualmente em convênio com as prefeituras de Pelotas e Morro Redondo, e há tempos atrás, em parceria com outras prefeituras da região, havendo a construção de aproximadamente 60 a 80 açudes por ano (pequenos açudes que visam a irrigação das culturas locais).

Essa barragem eclusa permite que a cidade de Rio Grande tenha seu abastecimento de água, uma vez que a CORSAN capta a água próxima a desembocadura do Rio Piratini. Se não existisse essa barragem eclusa, não seria possível o abastecimento de água de parte da cidade de Rio Grande e nem a irrigação de aproximadamente 170 mil hectares de arroz neste trecho, compreendido entre esta área do canal e a Lagoa Mirim.

Além disso, a Agência da Lagoa Mirim faz a coleta de dados meteorológicos em Santa Vitória do Palmar na Lagoa Mirim, em Santa Isabel no Canal São Gonçalo, na Barragem Eclusa e no Chasqueiro. Atualmente, está organizando convênio com Agência Nacional de Águas com o objetivo de monitorar toda a região do lado brasileiro.

No apoio à gestão de recursos hídricos, a nova orientação é em relação a modelagem desse monitoramento e a formação de recursos humanos, uma vez que as atividades da Lagoa Mirim estão relacionadas diretamente com atividade acadêmicas.

Palestra 12

A agência da Lagoa Mirim e o desenvolvimento regional

Prof. Alexandre Barum¹

Ainda dentro dos trabalhos da Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim, vou falar a respeito do desenvolvimento regional. Na realidade, a Agência cuida de um trabalho em três partes, lembrando o que o prof. FRANTZ falou, uma parte é na questão de recursos hídricos, outra é voltada para a seção brasileira da comissão da Lagoa Mirim e, a última é voltada ao desenvolvimento regional.

Na realidade, herdamos uma parte dessa estrutura, na qual estamos trabalhando na antiga SUDESUL, e hoje temos a Agência da Lagoa Mirim pertencendo à SUDESUL. Então, os dois primeiros projetos, a açudagem e piscicultura, são projetos que já estavam sendo desenvolvidos na época da SUDESUL, e que estamos reincorporado dentro da estrutura, provavelmente, eles terão uma determinada mudança. Na açudagem, que cuida da parte de desenvolvimento regional, são feitos em torno de 60 a 80 açudes por ano, hoje os convênios existem com os municípios de Pelotas e Morro Redondo. Na piscicultura, na Barragem do Chasqueiro está sendo desenvolvido um projeto para não só fornecer insumos, mas também dar orientação técnica para os produtores. O que tem nos dado mais trabalho é a estruturação da Secretaria de Empreendimentos da Universidade para que se consiga desenvolver o trabalho que é bastante diferenciado e tem chamado a atenção de outras universidades, como a PUC do Rio de Janeiro.

¹ Universidade Federal de Pelotas.

Na Secretaria de Empreendimentos funciona o núcleo de estudos empresariais, a incubadora de empresas, e estamos montando o centro de apoio a projetos da UFPEL e o núcleo de empresários, que não pertencem a Agencia da Lagoa Mirim, mas dão suporte às atividades que desenvolvemos.

Em termos de ajudagem, são esses os trabalhos que estão sendo feitos, basicamente, para pequenos e médios produtores. Em termos de piscicultura, está se tentando desenvolver algumas tecnologias, alguns trabalhos foram feitos com a FURG para se conseguir principalmente trabalhar com peixes nativos, se tem uma atenção especial para o jundiá e para o peixe rei. Em relação à secretaria de empreendimentos, temos os núcleos de estudos empresariais que trabalham exclusivamente com desenvolvimento de projetos.

O que está se tentando fazer aqui é trabalhar com idéias, com a cabeça das pessoas e romper o muro que existe entre a Universidade Federal e o poder público, o que não é muito fácil. Existe uma série de impedimentos jurídicos, de ordem filosófica e de trabalho. Quer dizer que nós temos que adaptar o empresário para trabalhar com a universidade e a universidade para trabalhar com o empresário, o que não é uma coisa muito fácil, pois o empresário tem uma visão rápida, não consegue entender os horários, os fluxos e as dificuldades que a Universidade Federal possui, a Universidade muitas vezes não consegue entender a cabeça do empresário, portanto nós não conseguimos fazer esta ligação com muita facilidade. Então, é um trabalho que demanda muita conversa. O que se tenta fazer é trabalhar o projeto, formando estagiários para o ambiente supra-empresarial no núcleo de empresários que saibam trabalhar com rede, que saibam trabalhar com a administração de complexos agro-industriais, com matrizes produtivas, neste caso a empresa para nós é um subproduto, ou seja, não trabalhamos a empresa como um objetivo, mas sim, como um subproduto.

Os princípios que regem um trabalho são a quebra de paradigmas e a transdisciplinaridade. Dentro do núcleo de insumos empresariais procuramos pôr os estagiários, tanto estagiários do 2º grau, como também doutores e empresários, é um centro de formação de idéias. Então, se passa o tempo todo discutindo idéias, projetos que deram certo ou não, a visualização é justamente conseguirmos criar idéias novas, o que, muita vezes, não é entendido nem pelos professores, nem pelos empresários. Temos hoje em torno de 60 estagiários, 50% da Universidade Federal, em torno de 30% da Universidade Católica e o restante de outras instituições, inclusive recebemos estagiários da URCAMP, da FURG, da UNISINOS, da UNIJUI e da UFSM.

Dando certo o projeto e tendo continuidade, então ele passa para a incubadora de empresas, onde se tenta dar um perfil mais empresarial. Portanto, o objetivo não são projetos, são empresas. Trabalhamos com o conceito de matrizes institucionais específicas que foi desenvolvido dentro da Universidade Federal, que tem nos dado um grande aproveitamento das empresas. De todas as empresas geradas nos últimos anos uma foi vendida e continua funcionando, uma mudou de ramo e nenhuma fechou, o que nos dá um índice de mortalidade de empresas extremamente baixo, tendo em vista que a maior parte das empresas fecham no primeiro, no segundo ou no terceiro ano após saírem da incubadora. São 16 empresas criadas e 21 empresas projetadas ou já em funcionamento, queremos regulamentar a situação até o final do ano e, atingir a meta de 50 empresas criadas até a metade do ano que vem.

No centro de apoio a projetos da UFPEL o que queremos é pegar idéias e colocá-las como produtos e serviços dentro da comunidade, dar apoio aos professores e pesquisadores de maneira que se consiga tanto a estrutura jurídica, a questão de patentes, a questão de comercialização dos produtos e serviços, formulação de projetos, encaminhamento de projetos, o que muitas vezes carece de aspectos empresariais e econômicos,

dependendo da formação do produtor.

Forçamos bastante a criação do núcleo de empresários, inclusive um empresário que está na formação deste núcleo é o Dr. Cristiano que veio da EXATUS. Montamos um grupo justamente para dar suporte tanto para o centro de apoio, como para ao núcleo de empresários e para a incubadora. As ações as quais trabalhamos, buscam ampliar a matriz produtiva e, neste aspecto tentamos trabalhar com empresas que não são daqui, com formação de novas empresas, estruturas comerciais etc. Neste sentido, nosso projeto mais importante foi a criação da bolsa de mercadoria da metade sul, que transferiu a comercialização do arroz produzido e beneficiado aqui, de Porto Alegre para a metade sul.

Em termos de investimento e formação de capitais, está se montando uma companhia de participação que já tem um capital inicial em torno de 400 mil reais para financiamentos de projetos e, em imagem rural, temos uma revista, a TV da UFPEL, apoio ao desenvolvimento de projetos em caixa dentro do centro, inovação tecnológica que está se tentando fazer com a participação da universidade e, estão sendo encaminhadas cinco patentes ainda este ano.

Outro trabalho, um pouco mais complicado, é a questão da inserção social, no qual forçamos a questão da educação pois entendemos que esta é o principal motivo da diferença social e, na questão de apoiar a estrutura da UFPEL, é o que está se tentando montar agora, através deste centro, embora já se tenham alguma atividade, como a administração do restaurante universitário e de outras coisas.

Encerramento

Sr. Fernando Estima¹

Acredito que as palavras do Doutor Barum, de certa forma, representam o que pode ser oferecido por esta região em termos de potencialidades para o estado, para o país e para o Mercosul.

Nossa visão é de que a região pode e deve andar com o Estado, em conjunto, e por isso esta logomarca está revelando as potencialidades e atraindo investimentos, é a missão desta região, que sabe de suas potencialidades, mas que talvez ao longo de sua história não tenha colocado na vitrine e não tenha utilizado bons vendedores. Portanto, me agrada muito ver o trabalho do Doutor Barum e de sua equipe com o mercado direto, cumprindo sua função e, que a nossa Universidade Federal, assim como outras Universidades do Estado, tenham assim como a Embrapa, buscado no mercado a alternativa que realmente vai dar sustentabilidade ao longo da história. Portanto, tenham certeza de que vamos andar em direção ao Banco Mundial, no sentido de que essas potencialidades estejam organizadas em projetos e devidamente tratados com a competência que a região possui.

¹ *Presidente da CDL.*

Inguelore S. de Sousa²

Primeiramente, quero agradecer a todos que participaram desde ontem desta etapa que consideramos importante, porque fechar o tríade que havíamos proposto desde o início, primeiro o Seminário no final de abril, depois a Feira das Potencialidades e agora o Workshop, buscando trazer algumas informações através de pessoas qualificadas e convivência para aqueles que fazem as políticas municipais, para aqueles que fazem a vida economicamente ativa na nossa região e também o pessoal das academias, os pesquisadores e, assim por diante. Pensávamos ter uma presença um pouco maior dos técnicos de municípios, o que não quer dizer que não tenhamos a capacidade dos que aqui estão em multiplicar aquela riqueza de contribuições que tivemos nesses dois dias. Muitos dos que aqui estiveram com certeza voltarão para contribuir em atividades com foco mais preciso. Sei, também, que o pessoal da UFPEL já está buscando trazer a Dra. ANA MARIA GONÇALVES para realizar um curso de qualificação rápido sobre como elaborar, avaliar e levar à frente os projetos que ela apresentou aqui, de uma forma muito consistente e que gerou a expectativa de muitos em poder avançar nesse sentido, de conhecer um pouco mais de como trabalhar com projetos. Acredito que vamos ter muitos multiplicadores, através destes dois dias e, a tríade vai se transformar ou em quadrado ou quem sabe em um pentágono, pois não vamos parar com essas iniciativas, que devem cada vez mais levar aquilo que se estabeleceu aqui, elencando as prioridades de forma mais precisa, mais pontual, para que possamos, então, ter resultados mais rápidos e uma modificação da cultura que temos, em trabalhar com tudo e ter resultados a prazos muito longos ou até nem ter resultados.

Os projetos aqui trazidos mostram que é possível, que as iniciativas quando bem focadas e não desviadas daquele objetivo inicial, com a metodologia que é proposta levada até o fim, dão resultados, modificam economicamente e socialmente uma micro região, um grupo de pessoas que vivem

²Reitora da Universidade Federal de Pelotas.

num determinado lugar, passando a ter as vantagens sociais e econômicas desses investimentos. Mais uma vez, agradeço aos que aceitaram nosso convite e viajaram até a Pelotas úmida e chuvosa, mas acolhedora.

Dr. Luiz Clovis Belarmino³

Inicialmente, quero agradecer por ter tido a oportunidade de expressar, de alguma maneira, algumas idéias através da discussão e montagem dessas aprovações técnicas deste Seminário. Este Seminário gerou, por vezes, algumas demandas muito elevadas, num período em que atravessamos uma escassez de recursos principalmente nos órgãos públicos e, também gerou alguns momentos de reflexão com relação ao que temos e o que tem se buscado fazer, e da repercussão, da exata dimensão, de que impactos trazem essas iniciativas. Todos estamos muito satisfeitos. Procurei falar com muitos para captar um pouco deste momento e deste sentimento, da repercussão que geraram esses encontros, essas três realizações, porque é o lançamento de um novo modo de tratar a questão, com seriedade, com técnica e com aspecto desenvolvimentista. Em todos os momentos, tivemos o cuidado de fazer isso e, no entanto, continua presente um pensamento de que em uma região que precisa se desenvolver, uma região que tem potencialidades, tem gente capacitada, tem recursos que por vezes não são utilizados na totalidade, ainda assim, não entendemos porquê as pessoas não conseguem perceber a validade destas iniciativas. São pequenos ganhos que vão sendo acumulados, isso é o processo de desenvolvimento regional, é uma construção participativa, isso é um processo gradativo que tem que ser controlado sem improvisações, sem exclusões, de maneira que se não for bem cuidado pode até fracassar, mas nós sabemos bem onde queremos chegar e temos certeza que isto é um compromisso institucional e pessoal de todos os envolvidos nesse projeto Sul do RS.

³Pesquisador da Embrapa e Coordenador do Workshop.

Dr. José Francisco Martins Pereira⁴

Um breve retrospecto, em 1989, neste mesmo auditório, foi iniciada uma serie de seminários que se chamavam “Seminários de Desenvolvimento da Região Sul” e, que depois acabou se chamando Pró Sul. Estes seminários foram promovidos pela associação comercial, centro de industrias, CDL e associação rural, foram ao todo 8 seminários regionais com o objetivo de sacudir a região. Se analisarmos, não se sabe o que restou dela para cá, porque eu não vejo nada de errado nesta região. O que vejo, é que aqui temos três instituições promovendo, revelando potencialidades, procurando atrair investimentos e que não estão tendo retorno, portanto, está tudo muito bem aqui na metade sul. A Reitora Inguelore falou que somos insistentes, e somos mesmo, não vamos ficar na crise, temos que fazer aqui mesmo, atraindo investimentos, para aqueles que estão respondendo.

Feito este desabafo, digo que nossa missão continua, somos persistentes e vamos continuar, vamos perseguir a promoção do desenvolvimento regional, nem que tenhamos que ir para a metade norte do estado do RS para buscar investidores. Aos que permaneceram aqui, aos que participaram, aos palestrantes, vamos registrar aqui o nosso agradecimento pelo deslocamento e por terem dado sua colaboração técnica ao evento. Aos que permanecem, o nosso agradecimento.

Agradecimentos

Os editores manifestam gratidão pela qualificada contribuição dos palestrantes, agradecem os patrocinadores do Evento e reconhecem o excelente apoio da chefia de Comunicação e Negócios da Embrapa Clima temperado, para seu planejamento.

⁴*Chefe Geral da Embrapa Clima Temperado.*

Referências

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A Estabilidade inaceitável, desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 739 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 321 p.

BUAINAIN, A. M. Trajetória recente da política agrícola brasileira. Campinas: UNICAMP, 1999. 321 p.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.. O Novo rural brasileiro: políticas públicas. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. 175 p.

COHEN, E. e FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1998. 187 p.

DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. Agricultura e políticas públicas. 2 ed. Brasília: IPEA, 1996. 223 p.

GOODMAN, D.; WATTS, M. Globalising food: agrarian questions and global restructuring. London: Routledge, 1997. 329 p.

HAYAMI Y.; RUTTAN V.W. Desenvolvimento agrícola: teorias e experiências internacionais. Brasília: EMBRAPA, 1988. 326 p.

IANNI, O. A Era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 278 p.

LAMOUNIER, B. Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Brasília: IPEA, 1994. 421 p.

LOPES, M. de R.; BRANDÃO, A.P. Oportunidades e requerimentos do sistema agroalimentar do Mercosul ampliado para o acesso aos mercados mundiais nas próximas décadas:

perspectivas setoriais nos mercados mundiais organização do setor privado e da pesquisa. Montevideu: PROCISUR/BID, 2000. 65 p.

LOUREIRO, M. R. 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamentos, instituições, depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997. 212 p.

MARSDEN, T.; FLYNN, M.; HARRISON, M. Consuming interests: the social provision of foods. London: UCL Press, 2000. 220 p.

PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio. Rio de Janeiro: ABAG, 1999. 280 p.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 429 p.



Clima Temperado

